

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
VENDAS NOVAS**



**SESSÃO ORDINÁRIA  
DE DEZEMBRO**

**ATA N.º 6/2020**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS****Ata n.º 6/2020**

1. Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte, por videoconferência, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 7 minutos, tendo estado presentes todos os membros convocados, nomeadamente:
2. Estiveram presentes os seguintes Membros: Hermínia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Hugo Miguel Seródio Mendes (1.º Secretário), Cátia Alexandra de Sousa Silva (2.ª Secretária), Valentino Salgado Cunha, Ana Rita de Oliveira Lança, João Pedro Jorge Martins, Maria Luís Arranja Martins de Barros, Paulo Jorge Piteira Campino, Sophie Veiga Fontes, Gonçalo Nuno Balão Cegonha, Catarina de Jesus Mendes Serrudo, Rúben Alexandre dos Anjos Alves, Maria Clara Cardoso Pereira, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), José Manuel Fernandes, José Lino Queiroz dos Santos, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão, Paulo Alexandre Valentim Caçoilas (CDU); Custódio Manuel Aldinhas Vale de Gato, Ricardo Manuel Coelho Videira (PSD).
3. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: o Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias, pela Vice-Presidente, Elsa Caeiro e pelos Srs. Vereadores Ana Barros, Bruno Gomes, Susana Gonçalves, João Teresa Ribeiro e Emília Paulino e pelo Dr. Hélder Fernandes, Chefe da DAF.
4. A Presidente da Assembleia Municipal, Hermínia Maria Viegas Henriques, saúda todos os presentes, todos os Vendasnovenses que estão a ouvir.
5. Informa que, para dar cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Lei n.º 1-A de 2020, de 19 de março, iria ser feita a gravação de áudio e imagem da referida sessão para posterior colocação no sítio eletrónico da Autarquia e a Rádio Granada está a transmitir o áudio da sessão.
6. Informa que se vai iniciar a sessão pelo período de intervenção do Público.
7. Comunica que quando decidiram passar a presente Assembleia Municipal para videoconferência, a própria ligou para os Líderes de Bancada e a Bancada da CDU o que comunicou é que, na sua opinião, a presente sessão deveria ser mista, mas no presente é impossível aos serviços conseguirem fazer isso.
8. Agradece, mais uma vez, aos técnicos da Câmara Municipal todo o apoio que estão a dar e têm dado, porque não está a ser muito fácil.
9. Informa ainda que como não há folhas de presença, o que vai servir para atestar a presença, para todos os efeitos, vai ser a Minuta da Ata.
10. Alerta novamente para o processo de votação, agradecendo que aquando das votações, deixem ficar a mão em frente da cara, até informar que se pode baixar, assim como o pedir da palavra mantenham a mão em frente da cara, ou caso consigam, pode votar por voz ou mandem mensagem através do chat para esse efeito, para esse Membro não deixar de votar, porque estamos em casa e, por vezes, há falta de internet.
11. Agradece que mantenham o microfone sempre desligado depois de cada intervenção, para não haver feedbacks, por causa da gravação.
12. Alerta também para o facto da plataforma poder encerrar e caso aconteça, reenviam novo convite para voltarem a entrar na sessão.

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

13. A Presidente da Assembleia Municipal informa que, como foi colocado no Edital, o período para intervenção do público durante o qual são prestados esclarecimentos solicitados, o mesmo esteve aberto até àquele dia até às 12h, não tendo havido inscrições, por isso não têm intervenção do público.

## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

14. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que a correspondência foi enviada por e-mail para todos os Membros. Foi solicitado retirar o ponto 11.º da Ordem de Trabalhos, **Proposta de Alteração do Regulamento do Orçamento Participativo**, devido ao facto de não ter havido uma deliberação na Câmara Municipal.
15. Refere que em relação à Ata, só foi possível a conclusão da Ata n.º 4. Só conseguiram fechar a Ata n.º 4, sendo que a Ata n.º 5 ainda está em estudo, estando a ser revista e não a conseguiram fechar.
16. Inicia com a proposta da **Ata n.º 4 de 2020**, questionando se algum dos Membros tem alguma proposta de alteração à Ata n.º 4 de 2020.
17. Não havendo intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovado, por unanimidade, o Projeto de Ata n.º 4/2020**, referente à sessão realizada no dia 28 de setembro de 2020.
18. Não participaram na votação, por não terem estado presentes na sessão em causa os Membros João Pedro Jorge Martins e José Manuel Fernandes.
19. A **Presidente da Assembleia Municipal** solicita sempre que quiserem pedir a palavra que o façam no chat, sendo mais fácil de gerir. Podem comunicar diretamente com o 1.º Secretário, Hugo Mendes.
20. O **Membro Custódio Vale de Gato** saúda todos os presentes, aos participantes na Assembleia Municipal e ao público que acompanham a sessão.
21. Menciona que na pequena breve intervenção queria congratular com o facto da Senhora Presidente da Assembleia Municipal ter revertido o formato da Assembleia Municipal que foi previamente anunciado como sendo presencial e, depois, de uma maneira que acha bastante sensata, ter-se optado pelo presente formato que é seguramente e passa o plconasmo, bastante mais seguro, mais coerente com aquilo que é presentemente o cenário que se vive.
22. Para si, enquanto participante pertencente a grupo de alto risco, impedi-lo-ia de estar presente se não fosse esse o formato que fosse adotado. Congratula-se, de facto, pelo bom senso ter imperado e permitir que todos possam fazê-lo em segurança e isso, na altura em que se vive, se calhar é o mais relevante de tudo aquilo que poderá eventualmente estar em causa.
23. Deixa uma questão à Senhora Presidente da Assembleia Municipal e, é uma mera questão a uma resposta que se pretende muito sintética.
24. O PSD fez um requerimento, via Assembleia Municipal à Câmara Municipal, relativamente ao PART e às razões e porque é que ainda Vendas Novas não beneficia da inclusão dos seus cidadãos no PART. Receberam uma resposta e a questão é: a Senhora Presidente da Assembleia Municipal entende que a resposta que lhes foi transmitida cumpre os requisitos que estavam expressos no requerimento do PSD, sim ou não, questiona.
25. A **Presidente da Assembleia Municipal** questiona se o Membro Custódio Vale de Gato se está a referir ao requerimento que lhes pediam para ouvirem a ata. Se era esse requerimento, questiona.
26. O **Membro Custódio Vale de Gato** refere que confirma.
27. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que ouviram a ata. Na ata estava tudo certo e voltaram a enviar o requerimento a pedir a informação à Câmara Municipal, sendo o que a Assembleia Municipal pode fazer.



28. O **Membro Custódio Vale de Gato** agradece a resposta.
29. O **Membro José Leitão** saúda todos os presentes. Refere como tem o ecrã partilhado, vão ter de dividir a presença. Espera que estejam a ouvir bem.
30. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que se está a ouvir.
31. O **Membro José Leitão** refere que a Bancada da CDU apresenta uma **Moção “Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade”**. (Anexo 21/20)
32. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Solicita ao **Membro José Leitão** que se pudesse repetir a última parte da Moção que não a “apanhou” na sua plenitude, nomeadamente, naquilo que é deliberado, se for possível.
33. A **Presidente da Assembleia Municipal** solicita ao **Membro José Leitão** se pode repetir.
34. O **Membro José Leitão** volta a ler a deliberação da Moção.
35. Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovada**, por **maioria**, com 5 votos a favor (CDU) e 17 abstenções (15 do PS e 2 do PSD), a **Moção “Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade”**, apresentada pela Bancada da CDU. (Anexo 21/20)
36. O **Membro Valentino Cunha** apresenta em nome da Bancada do PS uma Declaração de Voto, referindo que o Partido Socialista se absteve porque é da opinião que o Município deve cumprir a lei, tal como foi aprovada no Orçamento de Estado para 2021, cuja redação final e promulgação ainda não se tem conhecimento e se entrar em vigor dia 1 de janeiro de 2021, a lei será aplicada.
37. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Saúda na sua pessoa todos os Membros da Assembleia Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Câmara Municipal, o público que está a ouvir em casa e naturalmente, os serviços da Câmara Municipal que apoiam e possibilitam a realização da Assembleia Municipal por essa via.
38. Apresenta em nome da Bancada do PSD a **Moção “Por um verdadeiro Serviço de Urgência Pediátrica no Hospital do Espírito Santo de Évora”**. (Anexo 22/20)
39. O **Membro José Leitão** refere que em relação à Moção apresentada pelo PSD, a CDU irá acompanhar a Moção, apesar de considerarem que estão perante uma Moção que lhes desgosta porque, no presente, se têm as situações que têm na área da saúde, o devem também em muito às políticas levadas a cabo pelo PSD e à sua participação, nomeadamente, no presente ano, no que diz respeito ao Orçamento de Estado com as suas votações, no impedimento de se conseguir ir mais longe na área da saúde.
40. Consideram que a Moção do PSD, no caso, em Vendas Novas é positiva, mas consideram que é contraditória com aquilo que é a política do PSD a nível nacional e do que tem sido a política do PSD a nível nacional, nomeadamente, na área da saúde.
41. No entanto, porque se está a falar da situação do Hospital Pediátrico de Évora e que tem a importância com o Concelho de Vendas Novas irão votar favoravelmente, mas não poderiam deixar passar em branco essa situação.
42. O **Membro Valentino Cunha** refere que, naturalmente, o Partido Socialista partilha das preocupações e, acima de tudo, das melhorias que possam ser feitas nos serviços de saúde prestados no nosso Distrito e às populações do nosso Concelho, mas também creem que é preciso clarificar perante toda a gente de que os serviços prestados pelo Hospital Espírito Santo em Évora não estão e não colocam em causa as crianças, quer do nosso Concelho, quer dos restantes Municípios que são servidos por essa unidade hospitalar.

43. Refere que estão otimistas, apesar da dificuldade que é em fixar médicos no interior do país, estando otimistas que as medidas que têm vindo a ser tomadas pelo Ministério da Saúde e aprovadas na Assembleia da República, podem facilitar a contratação de mais médicos em todas as especialidades, entre as quais a presente e também os incentivos que são debatidos e frequentemente aprovados e melhorados de incentivo à fixação de médicos no interior, como é o caso de Évora, também poderá melhorar o serviço prestado e a fixação de médicos no Distrito que é o que almejam para prestar um serviço de qualidade para todos os Vendasnovenses e para todos os restantes concidadãos do distrito de Évora.
44. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que ficam contentes por sentirem que há um sentido comum na questão de procurar manter o serviço de Urgência Pediátrica em funcionamento, mas a memória é importante funcionar para os aspetos positivos e para os aspetos negativos. Não refutaram quaisquer responsabilidades de Governos PSD que tenham tomado medidas mais duras, na sequência de imposições até por medidas relacionadas com questões financeiras e económicas, mas independentemente disso e, especificamente sobre o caso em apreço, dizer que existe um manifesto que despoletou a situação em termos mediáticos e teve o cuidado de ler com algum cuidado esse mesmo manifesto.
45. Refere que é um manifesto que não tem um cariz político, tem um objetivo de sensibilizar a comunidade, sensibilizar a população para um problema que está a acontecer no Hospital do Espírito Santo.
46. Nesse manifesto diz precisamente que a presente situação se agravou a partir de 2016, o ano em que, se não está em erro e corrijam-no se estiver enganado, o Partido Social Democrata já não estava no Governo, estava sim o Partido Socialista, apoiado precisamente pela CDU.
47. Dirige-se ao Membro Valentino Cunha que, de acordo com os mesmos médicos especialistas pediatras do Hospital de Évora e no manifesto que foi divulgado, aquilo que está em causa é a piora da prestação de serviços de saúde aos jovens e às crianças do Distrito da nossa região.
48. Isso por si só, deve de ser um desígnio comum e não deve ser desvalorizado, ainda para mais não partindo de pessoas como os Membros da Assembleia Municipal que têm ideologias e cariz político associado às suas intervenções, mas pessoas que têm um cariz fundamentalmente técnico, que são médicos e cujo objetivo é fundamentalmente cuidar da saúde das pessoas e obviamente se destinam a servir.
49. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Esclarece, em primeiro lugar, que aparentemente o Membro Ricardo Videira tem dúvida se em 2016 era o PSD que estava no Governo, refere que não era, mas certamente terá sido uma pequena falha de memória que ditou essa confusão.
50. Refere que é precisamente desde 2016 que tem sido reforçado o investimento e a despesa do Serviço Nacional de Saúde, sendo esse um ano que deve ser emblemático como o ponto de viragem daquilo que são as políticas de saúde em Vendas Novas e se estão tão confiantes que esse problema que também os preocupa pode ser resolvido, que em 2021 serão contratados quatro mil e duzentos profissionais de saúde para todo o país e esperam, naturalmente, que parte deles venham reforçar a Urgência Pediátrica do Hospital do Espírito Santo em Évora, sem esquecer obviamente o investimento que vai ser feito no novo Hospital Central do Alentejo.
51. Mas obviamente que a desacreditar os serviços de saúde e a qualidade dos serviços de saúde, vindo de quem sempre teve como objetivo desinvestir no Serviço Nacional de Saúde e promover a saúde privada é algo que na sua idade já não o surpreende.
52. O **Membro José Leitão** refere que a última parte do Membro Valentino Cunha leva a que se escuse de se adiantar muito sobre essa problemática, mas também lembrar o Membro Valentino Cunha que se ler os estudos do Eugénio Rosa, sabe que as quatro mil e duzentas contratações são inferiores às saídas nos últimos anos para a reforma das pessoas que estão no Serviço Nacional de Saúde.

53. O Governo tem anunciado constantemente a entrada de novas pessoas para o Serviço Nacional de Saúde, mas depois acaba por não concretizar as mesmas entradas, ou então muitas vezes utiliza as formas muito precárias de contratação de empresas para prestação de trabalho à hora como acontece, por exemplo, em Vendas Novas no Serviço de Atendimento Permanente, o que não é, de forma alguma, aceitável.
54. Em relação ao novo Hospital Central de Évora, aí não fala, porque o PCP apresenta essa proposta há décadas com o PS e o PSD em muitas das circunstâncias a votarem sempre contra à dita construção do Hospital Central de Évora e, quando votaram algumas vezes a favor, depois arrastaram os processos *ad eternum*.
55. Felizmente parece que agora vai para a frente e é isso que importa não é o passado, o passado é história, é importante, mas o que importa é que ele seja construído, mas que seja construído também e que vá ter as valências e que seja um hospital de referência para a região do Alentejo que é isso que faz falta, ou seja, para não se continuar a ouvir muitas vezes como já ouviram que muitas senhoras querem e que estão grávidas e têm filhos e acabam por ter que ir para Badajoz, porque não têm resposta do lado de cá e pensa que isso é que é importante, é resolver essa situação, apesar de não ter esse carácter nacionalista, se nasce em Espanha, se nasce em Portugal, não é coisa que para si seja muito importante.
56. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que apenas para refutar as declarações do Membro Valentino Cunha, obviamente que o Partido Social Democrata não tem como objetivo desmantelar o Serviço Nacional de Saúde. É uma observação absolutamente ridícula e como naturalmente concordará, o Serviço Nacional de Saúde foi construído com muito esforço, em democracia e com grande sentido de responsabilidade por pessoas à direita e à esquerda, incluindo Sociais Democratas e Socialistas, sabe-lhe reconhecer esse mérito do Partido Socialista e embora o Membro Valentino Cunha ache que o Partido Social Democrata tem por objetivo destruí-lo.
57. Não é um facto, defendem o equilíbrio entre o Sistema de Saúde Privado e o Sistema de Saúde Público, como se revelou no período de combate à pandemia em que o Partido Socialista, por fundamentalismo, preferiu dedicar a atenção ao Serviço Nacional de Saúde e não negociar e não procurar o apoio dos Serviços Privados, para o combate à pandemia, optando por deixar centenas ou milhares de pessoas sem acesso a cirurgias, sem acesso a tratamentos urgentes que deveriam de ter sido equacionados muito mais cedo, precisamente pelo Governo liderado pelo Partido Socialista.
58. Refere que não se trata de fundamentalismo, trata-se de equilíbrio. O Serviço Nacional de Saúde é fundamental, deve ser acarinhado, deve ter investimento em pessoal, deve ter investimento em meios técnicos, mas também não se deve desprezar o privado e quando for necessário, quando o privado eventualmente conseguir fazer melhor do que o público, acha que também deve ser assim que se trata.
59. Dizer mais uma questão sobre questões públicas e privadas. O PSD tem uma visão mais liberal da economia, é um facto e, é por isso que também privatizou a TAP há uns anos e, entretanto, o Governo do Partido Socialista resolveu nacionalizar e agora vai investir cerca de três mil milhões de euros na TAP. Três mil milhões de euros esses que dariam para construir muitos hospitais de Évora no nosso país.
60. Dirigindo-se ao Membro Valentino Cunha dizendo que o fundamentalismo ideológico não faz parte do PSD, faz parte sim o equilíbrio entre aquilo que é público e aquilo que é privado, aquilo que são investimentos públicos e privados, aquilo que são a gestão pública e privada, estando a dar a cara por isso e obviamente, podem contar sempre com o apoio da Bancada do PSD, quer seja no sentido do Hospital de Évora, quer seja num novo Hospital de Évora, quer seja em investimento nos recursos humanos.
61. O **Membro José Leitão** deixa duas notas. Em relação à TAP não vai falar porque o Membro Ricardo Videira diz não é o assunto que está a ser discutido, bastando lembrar que com o processo da ANA, descapitalizaram completamente a TAP, uma parte lucrativa que era a parte da ANA. Mas não vai falar sobre isso, aconselhando a ver “Tudo é Economia” da RTP3, onde isso já foi debatido.

62. Em relação ao Membro Ricardo Videira dizer que defendem o Serviço Nacional de Saúde, fica espantado porque basta ver qual foi a votação do PSD no que diz respeito à Lei de Bases da Saúde em Portugal, para perceber o que é que eles entendem sobre a defesa do Serviço Nacional de Saúde.
63. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que também não quer tomar muito mais tempo, apenas sublinhar que gostou do esforço que o Membro Ricardo Videira fez quando dizia o significado das siglas do seu partido, ainda se lembrar que o seu partido era Social Democrata, algo que nos tempos mais recentes porventura, passa um bocado a palavra sempre sem querer jura, mas que ultimamente os tem deixado um pouco mais esquecidos do seu significado.
64. Quanto à TAP não se quer exceder muito no tempo, só dizer que 2,8 mil milhões de euros de exportações, 1,2 mil milhões de euros de compras a fornecedores nacionais só em 2019, que compensa mais que os 3,3 mil milhões em cinco anos, mas que obviamente que também sente a frustração do Membro José Leitão, no que diz respeito à demora que tomou a construção que ainda não está.
65. Quando virem os primeiros pilares do Hospital Central de Évora, acha que aí podem ficar descansados e convictos que a obra será uma realidade, se, entretanto, não vier um outro Governo com outras filosofias que o embargue, mas que, para finalizar, e recentrando no tópico, irão votar a favor obviamente da presente Moção, no sentido de o quererem e de o solicitar junto ao Governo, as mais justas exigências de terem um serviço em pleno funcionamento, eficaz e que garanta às populações a segurança que elas merecem ter a nível de cuidados de saúde que, a ver do Partido Socialista, não estão ainda comprometidos e acha que é importante passar a mensagem para todos os Vendasnovenses que estão a ouvir de que os Serviços do Hospital Central, do Hospital Espírito Santo em Évora são de confiança, respondem às nossas necessidades e que não há qualquer tipo de perigo ou de falta de cuidados em aceder a esse hospital que é da plena confiança de todos nós e é por isso que cá estarão para trabalhar e para lutar.
66. Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovada, por unanimidade, a Moção “Por um verdadeiro Serviço de Urgência Pediátrica no Hospital do Espírito Santo de Évora”**, apresentada pela Bancada do PSD. (Anexo 22/20)
67. A **Membro Maria Clara Pereira** saúda os presentes. Refere que a Bancada do PS gostaria de apresentar uma **Moção “Dia Internacional da Pessoa com deficiência – Celebrar a Diversidade”** (Anexo 23/20)
68. Não havendo intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovada, por unanimidade, a Moção “Dia Internacional da Pessoa com deficiência – Celebrar a Diversidade”**, apresentada pela Bancada da PS. (Anexo 23/20)
69. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que a intervenção que vai fazer visa enquadrar uma proposta que o PSD pretende apresentar para a **criação de um Grupo de Trabalho sobre prestação de socorro em situações de emergência em Vendas Novas**. (Anexo 24/20)
70. De alguma forma para enquadrar é que o objetivo não é responsabilizar quem presta o socorro, quem tem responsabilidades na respetiva gestão na escolha da solução implementada em Vendas Novas, não é esse o objetivo, o objetivo é procurar soluções para um problema que lhes foi demonstrado e para o qual julgam que é importante um envolvimento da comunidade e o envolvimento também dos Partidos Políticos que são quem representa os cidadãos.
71. Começa por dizer que no dia 23 de setembro o PSD, uma delegação, reuniu com a Direção da Associação dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, para falar especificamente sobre a construção do quartel. No decurso dessa reunião, dessa conversa, afloraram superficialmente algumas questões do plano operacional que os levou a pedir uma segunda reunião, dessa feita com o Comando dos Bombeiros Voluntários e com a presença naturalmente da Direção e essa reunião aconteceu no dia 21 de outubro.

72. Nessa reunião foi-lhes traçado um cenário que mostrava algumas preocupações relacionadas com a escassez de recursos humanos, com a necessidade de mais incentivos ao voluntariado, com os veículos que têm à disposição que são muito antigos e que têm algum desgaste e também com uma questão que os preocupou bastante, que foi o período de resposta no socorro à população que, em alguns casos, durante o dia chega aos trinta, quarenta minutos em situações de urgência e emergência.
73. Esse assunto, a ver da Bancada do PSD, é demasiado importante para ser tratado exclusivamente por um partido, não adianta tratar disso só com a camisola do PSD, só com a camisola da CDU ou só com a camisola do PS e, por isso, tentaram criar uma abrangência para o debater até antes de o trazer à Assembleia Municipal, procuraram promover uma reunião, em que estivessem presentes os partidos políticos com assento nos Órgãos Autárquicos.
74. Não tendo sido possível fazer essa reunião resolveram trazer o tema à Assembleia Municipal com o objetivo de propor a criação de um Grupo de trabalho e é esse o enquadramento que gostaria de fazer para passar a ler especificamente a proposta da criação desse Grupo de trabalho que depois terá o cuidado de remeter.
75. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que na Bancada do Partido Socialista têm consciência de que o socorro em Vendas Novas é uma preocupação permanente, esteja muito fortalecida ou debilitada, mas têm sempre o objetivo de garantir que o socorro é prestado 24 horas e que todas as pessoas no Concelho se sentem em segurança.
76. Refere que não creem que seja competência da Assembleia Municipal estar quase que a substituir-se ao Órgão Executivo, achando que cada Órgão Autárquico tem o seu papel e, obviamente, que a criação de um Grupo de Trabalho vai criar ainda mais burocracia e entropia naquilo que deve ser a relação institucional entre o Município e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e que, muitas vezes, passa até por resolver questões que estão fora da capacidade de resolução do Município ou da própria Associação Humanitária dos Bombeiros quando passa, em muitos casos, para a Autoridade Nacional da Proteção Civil e outras instituições nacionais da área.
77. Menciona que já existe um Conselho Municipal de Segurança que poderá tratar de questões relevantes. O Executivo Municipal e a Câmara Municipal reúnem e têm o poder Executivo no Município para tomar as decisões que achem adequadas.
78. Relembra que a Câmara Municipal é um Órgão plural, com mais que um partido representado e a Assembleia Municipal é o Órgão Deliberativo.
79. Acha que criar um Grupo de Trabalho na Assembleia Municipal para propor que se fale daquilo que se debate posteriormente a aquisição do outro e tal, pensa que é estar a complicar aquilo que deve ser a estratégia que as instituições Câmara Municipal, Associação Humanitária dos Bombeiros, ANPC e os Órgãos Distritais da Proteção Civil e nos quais se incluem, obviamente, o Ministério da Administração Interna devem de tomar.
80. O **Membro José Leitão** refere que da parte da Bancada da CDU está disponível para participar no Grupo de Trabalho, ou em qualquer Grupo de Trabalho que seja constituído, independentemente, depois das suas conclusões.
81. Acham que o envolvimento e a participação do esclarecimento merece sempre o apoio da Bancada da CDU, consequentemente irão votar a favor da constituição do Grupo de Trabalho, além do mais, porque infelizmente têm uma prática do Executivo da Câmara Municipal, nomeadamente pelo Senhor Presidente, de não informar os Vereadores, já nem fala na Assembleia Municipal, mas os Vereadores da Oposição sobre o que se passa na Câmara Municipal. Consequentemente, essa leva é a razão que acham que devem de participar no presente Grupo de Trabalho e em qualquer Grupo de Trabalho que seja constituído.
82. O **Membro Custódio Vale de Gato** agradece a palavra. Refere que os Grupos de Trabalho seja o presente ou de outra natureza qualquer, estão claramente previstos no Regulamento da Assembleia

Municipal e se o Regulamento da Assembleia Municipal os prevê, é porque viu neles alguma utilidade, porque senão, seria perfeitamente gratuito ter-se incluído isso no Regulamento.

83. Menciona que não se entende o porquê de em outras matérias se criarem Grupos de Trabalho, nomeadamente para aquele Grupo de Trabalho para a Economia no combate às consequências do Covid-19, foi criado uma Comissão, um Grupo de Trabalho e esse, entendeu-se que havia coerência e foi da iniciativa do Partido Socialista. Portanto, em matéria de coerência estão conversados.
84. Por outro lado, menciona que, mais cabeças a pensar, mais contributos nunca serão geradores de entropia. São sim, geradores de esclarecimento e geradores de abordagem ao tema de visões que podem ser distintas e, no presente caso, entendem que é imperioso, tal qual como o seu Colega de Bancada disse, que o presente assunto não é um assunto que deva ser politizado, mas sim, um assunto que deve ser trabalhado, tratado em prol de uma causa única que é o benefício do socorro que tão bem ali foi defendido pelo Membro Valentino Cunha e, portanto, tudo aquilo que seja contributos que aportem valor acrescentado ao pensamento e à procura de soluções e, porque não, até eventuais pressões sobre parceiros que possam contribuir de uma forma decisiva para a melhoria dos serviços, acha que são sempre bem vindas.
85. Por outro lado, tinha pedido há pouco a palavra e a Senhora Presidente da Assembleia Municipal não se apercebeu, aproveita para introduzir agora, também para explicar ao Membro Valentino Cunha que quanto a meios de socorro e saúde, se diz que a partir de 2016, houve um aumento do investimento, então a situação é mais grave. Aumenta-se o investimento e os resultados são piores, o que quer dizer que há uma ineficácia, uma ineficiência no investimento feito, ou seja, por cada euro que se investe tem o retorno que é inferior àquele que era quando se faziam com magros recursos.
86. Aproveita para dizer que o andar-se permanentemente para trás e andar sempre a culpar os Governos do PSD, então daqui a duas ou três décadas ainda estão a culpar o Governo do Passos Coelho por ter salvo o país da bancarrota que o Partido Socialista trouxe e aí é que é bom que a memória não seja curta e perceber-se porque é que se chegou a essa situação, em que foi um autêntico milagre ter-se resolvido salvar o país no estado calamitoso em que um Senhor chamado Engenheiro Sócrates, não sabendo se o Membro Valentino Cunha está recordado desse Senhor, deixou o estado em que está o país.
87. Mesmo assim, conseguiu-se manter o Serviço Nacional de Saúde com algum equilíbrio, fazendo autêntica “ginástica” para que não houvesse falhas na oferta dos serviços e agora, segundo o Membro Valentino Cunha, parece que se investe mais, mas a população está mais mal servida, havendo uma clara ineficiência na gestão dos dinheiros públicos.
88. **A Presidente da Assembleia Municipal** pede desculpa ao Membro Custódio Vale de Gato por não se ter apercebido do pedido da palavra.
89. O **Membro Ricardo Videira** menciona se alguém quer intervir para resposta ao Membro Custódio Vale de Gato, pois não sabia da sua intervenção.
90. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Em primeiro lugar, dirige-se ao Membro Custódio Vale de Gato para não ficar tão pessimista que nos próximos 20 anos o PSD não volta ao Governo, deixando-o bem claro que é possível e que a fase negativa e de Coligação com a extrema direita, pensa que seja passageira no PSD e que, daqui a uns anos, possa voltar à matriz social democrata, que de vez enquanto se lembram que têm.
91. Menciona que não o espanta ouvir o Membro Custódio Vale de Gato falar de não haver eficiência quando há um aumento de investimento, principalmente no que diz respeito aos recursos humanos, porque é o próprio Membro Custódio Vale de Gato, recorrentemente, todos os anos no debate do Orçamento, estando se calhar já a antecipar no argumento, se queixa frequentemente da despesa que o Município tem com gastos com o pessoal.

92. Ouvir isso de alguém que todos os anos diz que a Câmara Municipal gasta muito dinheiro com funcionários que tratam das ruas, cuidam do Município, não é algo que seja uma novidade. Portanto, no presente aspeto, achar que é ineficiente o gasto com os recursos humanos e a valorização salarial dos trabalhadores também não é nenhuma novidade na “nossa conversa” que já vem de alguns anos.
93. Refere que o Município já tem Comissões dedicadas ao presente âmbito. Tem a Comissão Municipal de Segurança e tem a Comissão de Proteção Civil e creem que o PSD está recorrentemente a querer substituir, só a querer parecer que é da Câmara Municipal, mas o PSD é da Assembleia Municipal e aos Partidos da Câmara Municipal são atribuídos um conjunto de competências. Aos Vereadores da Câmara Municipal que, no presente caso, são do PS e são da CDU, porque assim desejaram os Vendasnovenses, são atribuídos um conjunto de competências. Aos partidos da Assembleia Municipal são atribuídos outros conjuntos de competências. Se calhar aí, aconselharia a ler, a Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais ou então a própria constituição da República Portuguesa que tão bem souberam citar na proposta da Bancada do PSD.
94. Nesse aspeto, crê que se estamos recorrentemente a querer que a Assembleia Municipal se substitua ou procure interferir naquilo que são as competências exclusivas do Município, então mais vale assumir logo isso e ter-se um regime em que só há um Órgão, o que pode ser a proposta do PSD para uma reforma das Autarquias Locais, se calhar até podia ser razoável de se discutir.
95. Mas crê que se há competências definidas para a Assembleia Municipal, há competências definidas, para a Câmara Municipal, há Comissões Municipais que a lei prevê e que atribui competências específicas e se não estão de acordo com as pessoas que estão representadas na Comissão de Proteção Civil e na Comissão Municipal de Segurança, então façam uma proposta na Assembleia Municipal contra essas Comissões e os representantes dessas Comissões.
96. O que lhe parece é que ao quererem criar um Grupo de Trabalho para analisar a situação da Proteção Civil em Vendas Novas, estão a achar que os Membros da Comissão da Proteção Civil não estão lá a fazer nada e não têm competências para lá estar e que é melhor então serem Deputados Municipais que já têm as suas competências, no âmbito da Assembleia Municipal, a substituir-se aos técnicos e às pessoas que estão na Comissão de Proteção Civil ou na Comissão Municipal de Segurança.
97. Menciona se é esse o objetivo que se diga logo. Agora, se não é e se o objetivo não é pôr de parte a Comissão de Proteção Civil ou a Comissão Municipal de Segurança, então só tem uma questão é criar uma Comissão Política, mas a primeira coisa que tinham dito era que não queriam politizar o presente assunto e a primeira coisa que fizeram foi politizar o assunto, questionando em que ponto é que se fica.
98. O **Membro José Leitão** refere que não está de acordo com a intervenção do **Membro Valentino Cunha** e do que sabe o **Membro Valentino Cunha** já participou em algumas Comissões Parlamentares específicas e, conseqüentemente, por analogia também se pode perguntar para que é que se constitui então as Comissões Parlamentares específicas. Há o Parlamento, há o Governo, existem Subcomissões na Assembleia da República, para que é que se criam aquelas Comissões para analisar a questão do BES, qual a razão, por isso não subscreve de forma alguma o que foi dito.
99. O **Membro Valentino Cunha** interrompe dizendo que não é Deputado.
100. O **Membro José Leitão** afirma que é Deputado, porque se chama isso mesmo, que é uma coisa estrondosa, mas é Deputado na Assembleia Municipal em Vendas Novas, meu amigo e aventureiro Valentino.
101. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que tem de se votar o prolongamento por mais 60 minutos, questionando se alguém se opõe.
102. **Foi aprovado, por unanimidade, o prolongamento do período antes da ordem do dia em 60 minutos.**

103. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que para quem “enche a boca” para falar de abril, a intervenção do Membro Valentino Cunha deixa muito a desejar.
104. Efetivamente, são políticos e, enquanto políticos, são eleitos para representar as pessoas e as suas sensibilidades. Não procuraram, de forma alguma, com a presente proposta, desrespeitar o trabalho de ninguém e aliás, disse-o previamente no enquadramento que fez e está registado também na proposta de criação do Grupo de Trabalho que, o objetivo, não é ferir, nem é beliscar o trabalho, nem de quem presta o socorro, que são os Bombeiros, nem da Direção da Associação Humanitária, nem da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, nem da ANPC, nem do INEM.
105. O objetivo sim era, de uma forma positiva, procurar criar soluções de consenso e mais fortes que ajudem a resolver o problema. Agora, o ter medo de ouvir ou de debater o assunto não faz parte de quem avoga o espírito da democracia.
106. Menciona que o PSD não tem medo de debater assuntos, independentemente de eles terem alguma tecnicidade e, para isso, também referiram que para a Comissão também devem ser chamados sempre que necessário os técnicos de âmbito local, regional ou até mesmo nacional, que possam acrescentar valor àquilo que sejam as propostas que ajudem e apoiem a Câmara Municipal a encontrar uma solução.
107. Refere que não têm medo da democracia, não têm medo da opinião dos outros e acham que a Assembleia Municipal tem o dever de procurar ajudar quando a Câmara Municipal, por si só, não está a conseguir resolver o problema ou pelo menos, até ao momento ainda não encontrou uma solução que permita resolver o problema.
108. Porque, no fundo, dirigindo-se ao Membro Valentino Cunha, como disse há pouco, são representantes das pessoas, estão presentes para as representar e, aquilo que se pede a cada um dos presentes, enquanto eleitos é que vote e o sentido de voto que vai ter presentemente, reflita aquilo que as pessoas que votaram nos eleitos, gostariam que fosse feito.
109. Aquilo que quem votou no Senhor Deputado Valentino Cunha gostaria que fizesse era votar contra a criação de uma Comissão que pretende debater um problema que é o socorro, não é a Proteção Civil, é o socorro e a emergência em Vendas Novas. Que, se na presente noite, ligar para o 112 e tiver um problema de saúde grave, pode ter de esperar trinta minutos para ter uma ambulância à sua porta.
110. Quem votou no Membro Valentino Cunha vai querer que vote a favor ou contra o debate da presente questão. Que se procure um envolvimento para criar uma solução ou não, um envolvimento que pretendem que seja positivo, porque é um envolvimento a favor das nossas famílias, dos nossos amigos, dos nossos filhos. É disso que se está a falar presentemente, não é mais nada.
111. Política sim, mas é política pela população e, é a população que tem de estar em primeiro lugar, e não a sensibilidade política do partido A ou B, ou só porque alguém direcionou um determinado sentido de voto e aquilo que cada Deputado Municipal tem de fazer presentemente e o exercício que tem de fazer presentemente é pensar que quem o elegeu como é que gostaria de ver votado: a favor de procurar uma solução conjunta para o problema ou contra, sendo essa a questão que está em cima da mesa.
112. Há um problema e o PSD propõe procurar uma solução de forma abrangente e positiva que é esse envolvimento que se está a procurar ter com o Partido Socialista e com a CDU. A CDU já disse sim ao repto. O Partido Socialista está a dar indicação de que vai dizer não e isso deixa-os muito apreensivos em relação àquilo que é a vontade de haver democracia e espírito aberto para esse tipo de propostas, para quem advoga que o PSD só diz mal, mas não o PSD fez uma proposta pela positiva e o Partido Socialista está pronto para a rejeitar.
113. Refere que interceder na medida das responsabilidades políticas no âmbito local, também lhes permite interceder no âmbito nacional, como já o fizeram em anteriores ocasiões.

114. Referindo-se ao Membro Valentino Cunha dizendo que o PSD está disponível para procurar soluções de âmbito local e as levarão para o âmbito nacional sempre que elas sejam necessárias e façam sentido. Têm essa disposição e se a conseguirem fazer em conjunto, para o bem da comunidade, é isso mesmo que entendem que deve ser feito.
115. Menciona que o tema se arrasta há demasiado tempo para que fiquem passivamente à espera para que se resolva por si só. Não procuram responsáveis, porque não entendem que a Câmara Municipal é responsável por esse assunto. Procuram sim soluções e é esse o objetivo da proposta do PSD, procurar soluções em conjunto.
116. O Membro Custódio Vale de Gato agradece a palavra. Menciona que procuraria que o presente tema, ou por outra, que se recentrasse a discussão do tema e, infelizmente, de intervenção em intervenção vão colaterizando as ideias e acabam por não discutir o que está presente e que é o essencial, que é o foco e que é a melhoria do socorro.
117. Reforça a ideia e a convicção que não estão a falar de Proteção Civil, estão a falar de socorro, havendo algum equívoco na afirmação do Membro Valentino Cunha.
118. Dito isso, reforça o empenho da Bancada do PSD, porque se o PS entendeu e a Bancada do PSD achou bem, participam nessa Comissão, de encontrar medidas de combate às consequências económicas da Covid-19, questiona o que é que é mais importante, se é ter-se um problema económico ou ter-se um problema de saúde.
119. Refere que ambos são importantíssimos, mas como é cliente com alguma assiduidade desse tipo de intervenções, é testemunha da vitalidade e da importância que é o socorro e quão importante é um minuto a mais ou um minuto a menos.
120. Menciona que, não deseja a ninguém que viva a experiência que está a partilhar com a Assembleia Municipal, mas é com conhecimento de causa que assume essa afirmação.
121. Por outro lado e por fim, e encerra porque acha que não se deve retirar e insiste o foco à questão, dizer ao Membro Valentino Cunha duas coisas. Primeiro, não lhe passou nenhuma procuração para fazer a futurologia relativamente ao que possam ser as suas afirmações em pontos a debater-se futuramente. Segundo, dizer-lhe também que quando disse que daqui a vinte anos o PSD ainda vai ser acusado de ter posto o país no estado em que está, não é porque a sua expectativa é que sejam Governo daqui a vinte anos. A sua expectativa é que se o PSD voltar a ser Governo, se calhar o PS só volta a ser Governo daqui a vinte anos.
122. O Membro Valentino Cunha agradece a palavra. Crê que e quer deixar bem claro que, obviamente, o Partido Socialista não está a querer pôr em causa o socorro em Vendas Novas e quer empenhar todos os meios possíveis para melhorar o socorro em Vendas Novas e acha que não é isso que está em causa.
123. Não concorda com a presente tentativa de criar e gerar algum pânico por parte do PSD, que tem vindo a ser recorrente e que, em muitos casos, até é prejudicial para a calma que todos devemos ter no que diz respeito a questões de saúde pública, mas não concordam que esse seja o mecanismo indicado para procurar resolver os problemas e para arranjar as soluções com consequência que é isso que querem. Queremos soluções que tenham consequência e que não sejam só mais um conjunto de ideias panfletárias para ficar bem.
124. Na presente senda, obviamente que a Bancada do PS não irá criar obstáculos à criação do Grupo de Trabalho, embora não seja, de todo, o método preferível para resolver esse tipo de questões e acham que não é o método mais adequado para estarem a resolver e a debruçarem-se sobre os presentes temas.
125. O Membro José Leitão refere que já não queria intervir no presente ponto. Menciona que a Bancada da CDU subscreve a criação da Comissão, não é nada que vejam com mal ou que tenha algum prejuízo, mas têm consciência que não é ao nível da autarquia que os problemas de socorro se resolvem. Ou seja, cada um às suas, existe uma lei que enquadra as competências das autarquias e consequentemente não se queira com os dinheiros residuais que são aquilo que as autarquias têm no momento, que são dinheiros residuais no Orçamento Geral de Estado, que representam qualquer coisa

como dois por cento do PIB Nacional, venham resolver problemas que são problemas da Administração Central.

126. Agora que se reúna, que se envolva, participe, informe e denuncie aquilo que não é feito pela Administração Central ou por quem tem competência por resolver as situações, aí não tem dúvidas nenhuma que devem de participar, independentemente, da história dos vinte anos do PSD, ou do PS, já fazendo lembrar a música do Paulo de Carvalho “quando tínhamos vinte anos”. Está tudo muito agarrado e desejosos de ir para o poder, não sabe porquê, o poder deve ter “mel” possivelmente, não o sabe. A sua postura não é uma questão de vinte anos, não é uma questão de dez.
127. Relembra que quem teve durante quarenta e oito anos, fazem cem anos em 2021, sem qualquer ambição do poder e antes sim, a lutar contra o regime fascista que todos se lembram, pelo menos da história de se ter estudado o que foi.
128. Sendo essa a postura da Bancada da CDU, não sendo uma questão de resolução de problemas, porque não o sabem, mas têm consciência que não é ao nível das autarquias que se consegue resolver esse problema.
129. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Corroborando naturalmente das observações dos Deputados Municipais que lhe antecederam, naturalmente concordam que a Câmara Municipal não consegue resolver o problema sozinha, mas também, a Câmara Municipal tem feito um esforço anualmente, financiando precisamente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas para prestar serviços à população de Vendas Novas e fá-lo e, no presente ano, inclusive, no Orçamento que vão votar a seguir há um reforço de verbas para esse fim e muito bem e aquilo que pretendem discutir e debater nesse Grupo de Trabalho naturalmente é não só aquilo que serão as competências diretas da Câmara Municipal mas, também obviamente, aquilo que poderá ser feito pela Câmara Municipal em termos de sensibilização, em termos de envolvimento de outros intervenientes no processo, inclusive, naturalmente, o Governo como o Membro José Leitão acabou de referir.
130. Agradecendo as palavras do Membro Valentino Cunha e o facto do Partido Socialista não ir obstaculizar a criação do Grupo de Trabalho, não como Comissão, mas sim como Grupo de Trabalho e refere que o desejo da Bancada do PSD é obviamente que esteja errado em relação às conclusões que poderão ser tiradas presentemente e que no final de tudo, a bem de Vendas Novas que se consiga encontrar uma boa solução e que melhore a operacionalidade do serviço de socorro e de emergência em Vendas Novas.
131. Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovada**, por **maioria**, com 8 votos a favor (1 do PS (Paula Valentim), 5 da CDU e 2 do PSD) e 14 abstenções (PS), a **proposta de criação de um Grupo de Trabalho sobre prestação de socorro em situações de emergência em Vendas Novas**, apresentada pela Bancada da PSD. (Anexo 24/20)
132. O **Membro Valentino Cunha** apresenta em nome da Bancada do PS uma Declaração de Voto, referindo que o Partido Socialista concorda que se devem empenhar na resolução de problemas que existam no socorro de Vendas Novas. As competências residem, acima de tudo, na Associação Humanitária, na Câmara Municipal e em Órgãos de índole Distrital e Nacional, embora não concordem que o Grupo de Trabalho seja o mecanismo ideal para proceder à resolução desses problemas, mas não vão obstaculizar aquilo que é a criação do Grupo de Trabalho.

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 1.º Ponto – FIXAÇÃO DAS TAXAS NO ÂMBITO DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

133. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.

134. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Pede permissão para que, na sua pessoa, cumprimente os demais Membros da Mesa, todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhores Presidentes da Junta de Freguesia, os trabalhadores da Câmara Municipal que asseguram a videoconferência, que é a forma possível de se reunirem nos presentes tempos e cumprimentar também a Rádio Granada FM e todos os ouvintes que a partir de casa acompanham a presente Assembleia Municipal.
135. Solicita permissão para apresentar os três pontos que têm a ver com os Impostos Municipais para o ano 2021 e, independentemente da discussão e votação poder decorrer de forma separada, para rentabilizar tempo, decidiram manter todos os impostos para o ano de 2021 à semelhança do que aconteceu nos anos anteriores.
136. No que diz respeito ao IMI, manter a taxa nos 0,34%, taxa geral e aplicar o IMI familiar com descontos de vinte euros para agregados com um dependente, quarenta euros para agregados com dois dependentes e setenta euros para agregados com três ou mais dependentes.
137. No que diz respeito ao IRS, manter a participação variável de 5% no IRS para os sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município de Vendas Novas e no que diz respeito à Derrama, manter também em 1,5 o imposto sobre o lucro das empresas, que só se aplica às empresas que têm mesmo lucro.
138. A **Membro Maria João Luz** saúda a Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, funcionários do Município e Vendasnovenses que estão a ouvir.
139. Menciona que não tem condições para votar o presente ponto, porque os documentos não lhe foram entregues. Lamenta, mas não vai poder votar o presente ponto. Não o pode discutir, não o pôde estudar e não teve acesso aos documentos.
140. O **Membro José Lino** refere que também não recebeu os documentos, nem em suporte papel, nem em suporte digital, uma vez que só o recebe em papel.
141. A **Presidente da Assembleia Municipal** questiona se não os receberam em papel, terá de ver o que se passou com os serviços, porque disse para tomarem muita atenção a isso, sendo que já na outra vez tinha acontecido uma falha e não podia voltar a acontecer, tendo de averiguar o que é que se passa com os serviços. Refere que não o sabe, não é a mesma que faz a distribuição, refere para os serviços terem cuidado. Se houve mais uma falha, tem de ver o que é que se passa, já da outra vez houve, não sendo admissível. Pede desculpa sobre o facto, questionando se não receberam nenhuma documentação em papel.
142. O **Membro José Lino** refere que só dos pontos seis e sete.
143. A **Presidente da Assembleia Municipal** questiona a **Membro Maria João Luz** se também não recebeu os outros pontos todos.
144. A **Membro Maria João Luz** estava a referir que só recebeu os documentos da Demonstração Financeira do Município que é para tomar conhecimento e o ponto sete que é a Proposta de manutenção das Competências e Enquadramento. Das outras não recebeu nada, nem a Informação da Atividade Municipal receberam. Só recebeu esses dois pontos.
145. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que os documentos foram distribuídos na passada sexta-feira, fazendo na presente data oito dias.
146. A **Membro Maria João Luz** refere que é muito desagradável estar-se a tratar de um assunto sério sem documentação.
147. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que concorda com a **Membro Maria João Luz** e assina por baixo, mencionando que viu os documentos, conferiu pelos seus que estavam os documentos

todos. Agora se não entregaram os documentos, não sabe o porquê, tem de ir averiguar isso já na segunda-feira, tendo de ver o que é que se está a passar com os serviços e o que se passou, não conseguindo responder, nem dizer o porquê, concordando com a Membro Maria João Luz, mas julgava que os documentos tinham sido todos distribuídos.

148. O **Membro José Leitão** refere que, derivado à circunstância, a Bancada da CDU solicita a retirada de todos os presentes pontos com a exceção do sexto e sétimo ponto que foram os pontos que os **Membros da Bancada da CDU** receberam, sob o risco de não votarem nenhum dos pontos, à exceção daqueles que tiveram acesso aos mesmos.
149. Menciona que era bom que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal tomasse as providências no sentido de marcar uma Assembleia Municipal extraordinária até ao final do ano para resolver o presente imbróglio que é estarem numa Assembleia Municipal para discutirem pontos que têm uma importância capital para o próximo ano 2021, lembrando que é ano de eleições autárquicas e têm **Membros das Bancadas da Assembleia Municipal** que não tiveram acesso aos documentos.
150. Por isso, na sua ideia e aquilo que a Bancada da CDU propõe é que sejam só votados o sexto e o sétimo ponto e a Senhora Presidente fará a marcação de uma Assembleia Municipal extraordinária para dar resposta ao presente imbróglio.
151. A **Presidente da Assembleia Municipal** questiona se todos os outros **Membros da Assembleia Municipal** receberam a documentação.
152. Refere que foi distribuído em papel e em suporte informático, mencionando se também não receberam a documentação deviam de ter dito alguma coisa aos serviços, sendo assim que faria as coisas.
153. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Menciona que ia reforçar a ideia que a Senhora Presidente acabou de referir, sendo que todos sabem e nenhum dos presentes é novo na Assembleia Municipal, estão no final de um mandato, já tiveram várias reuniões da Assembleia Municipal no historial e todos sabem que recebem os documentos com antecedência.
154. Menciona que, pessoalmente, recebe também em papel, que é a versão em papel que vem para a Bancada do Partido Socialista e sabe que se a uma semana da Assembleia Municipal faltam os documentos então algo se passa e procura tentar perceber o que se está a passar, não estando a dizer que e, obviamente, que às vezes pode passar e se esquecer disso, mas tendo em conta que é a segunda vez, acha que também faz parte do recetor em alertar e, obviamente, também faz parte dos serviços necessariamente em tentar perceber o que é que se passará.
155. Sublinha também as repercussões que poderá ter-se, ao estarmos a adiar pontos tão importantes e relevantes como a votação do IMI, do IRS/IRC que têm de ser comunicados à Autoridade Tributária para que possa implementá-los logo desde o dia 1 de janeiro, porque enquanto Município têm prazos a cumprir perante a Autoridade Tributária e Aduaneira para cumprimento das deliberações, porque salvo erro, há falta de votação do IMI, o que eles podem fazer é aplicar a taxa máxima, não estando apenas a falar de adiar um ponto, estão a falar de que a Autoridade Tributária e Aduaneira poderá aplicar todas as taxas máximas quando o Município não o comunique.
156. A **Membro Maria João Luz** esclarece que, desde o início pediu para ter o suporte em papel e como disse e reconhece que também o poderia ter dito, mas não estava em Vendas Novas. Chegou no presente dia a Vendas Novas, que foi quando entregaram o resto dos documentos e a funcionária da Autarquia sabe perfeitamente que lhe tinha dito que não estava em Vendas Novas, não tendo culpa que quando lhe vieram entregar o primeiro envelope, faltarem tantos documentos, não sendo um nem dois, são imensos e com a relevância que têm para o Município, havendo qualquer coisa que está mal.
157. Acha que compete aos serviços, à Mesa verificar se as coisas estão em ordem ou não, sendo que na anterior Sessão tiveram de fazer um intervalo de trinta minutos, que a Bancada da CDU não recebeu os documentos. Agradece muito que lhe queiram deixar de ser infoexcluída, mas é infoexcluída, estando presentemente porque lhe prepararam isso em casa porque não gosta disso, não gosta de estar no

computador, sendo que pensa que também têm de respeitar isso e têm de fazer com que as coisas funcionem devidamente, porque acha que é muito desagradável com pontos tão importantes como são esses e para o futuro e para um ano de eleições, devem de ser discutidos com conhecimento de causa.

158. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que sabe que a **Membro Maria João Luz** quer os documentos em papel. Até os últimos documentos, disse à funcionária para tomarem atenção que a **Membro Maria João Luz** quer os documentos todos em papel. Se questiona se os documentos foram distribuídos, dizem-lhe que sim, e que está tudo ok, não pode ir atrás, nem a Mesa podem ir fazer a distribuição da documentação. Agora o que tem de fazer é ir averiguar o que é que se passou. Tirar os pontos da Assembleia Municipal põe em risco muita coisa.
159. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que em relação aos pontos que estão em análise, não são de grande documentação, sendo que fez o resumo de cada um deles, pensa que não havendo grande novidade, não é difícil de votar em consciência até porque a maioria dos Membros da CDU recebeu os documentos e certamente prepara a reunião da Assembleia Municipal, como as restantes Bancadas e, portanto, terão falado sobre o assunto.
160. O que está em causa no caso do IMI já o expôs, tem a mesma taxa do ano passado 0,34% com o IMI familiar aplicado. Não há mais nada, é só isso.
161. Referindo-se à **Membro Maria João Luz**, sendo um ano eleitoral ou não eleitoral isso é irrelevante. São os impostos municipais a aplicar no próximo ano e a documentação era basicamente isso 0,34 de taxa, a mesma que tiveram para o ano de 2020 e a aplicação do IMI familiar, não há nada de novo, pensando que é em consciência, não é difícil de votar.
162. O **Membro Custódio Vale de Gato** refere que o assunto é delicado e pede à **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** que com toda a humildade que o diz e com todo o respeito, não devem, na Bancada do PSD estar a atirar para cima dos funcionários a responsabilidade. A responsabilidade é sempre do topo da hierarquia e, portanto, pede permissão que diga, não é simpático antes de se averiguar o que é que se passou, estar a encontrar já réus.
163. Sabe e tem a perfeita consciência da urgência e da necessidade de se tomarem essas decisões para que elas possam produzir efeitos numa janela temporal que é exigida. Percebe isso tudo, percebe os constrangimentos que tudo isso provoca.
164. Dirigindo-se ao **Senhor Presidente** refere que não está em causa segundo o que ouviu, a ausência de documentos só relativamente aos três primeiros pontos. Segundo aquilo que ouviu, estão em causa outros pontos, como seja o Orçamento, o Plano Plurianual de Investimentos, etc, um conjunto de outras circunstâncias e esses sim, têm outra magnitude que exigem outra ponderação, outra volta.
165. Refere que não é advogado de defesa de ninguém, porque ninguém lhe passou nenhuma procuração para isso, mas apenas por uma mera sensibilidade porque poria também do outro lado, pede que lhes permitam que faça declaração de intenções, sendo uma pessoa que se preocupa com a causa pública, que se preocupa com os outros e que se preocupa sempre em colocar-se na posição que outros estariam, também não gostaria de estar presentemente a discutir, sem ter tido acesso aos documentos e dizer-se às pessoas que têm que acusar a não receção do documento, que seja de forma mais correta de se colocar a questão.
166. Mais uma vez insiste e perdoem-lhe as pessoas da CDU que não têm nada a ver com a sua afirmação, porque não lhe passaram nenhuma procuração para fazer a presente defesa. Agora tem de se encontrar uma solução que conforte toda a gente e aí, cabe à **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, encontrar uma solução de equilíbrio urgentemente por forma a duas coisas: que as pessoas presentes on-line consigam decidir, tomar posições e votar em consciência.
167. Segundo: que isso deva ser feito, de forma a que a Câmara Municipal não fique também numa situação delicada de incumprimento perante terceiros, nomeadamente para que seja depois feito o Orçamento de Estado, etc, por forma a que os cidadãos de Vendas Novas não venham a ser prejudicados com a

- atribuição de taxas de impostos que sejam superiores àquelas que a própria Câmara Municipal tem intenção de propor.
168. Dito isso, atreve-se a dizer que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal tem, na presente altura, a “bola do seu lado” e, portanto, terá de encontrar uma solução de equilíbrio que consiga compatibilizar todos os aspetos que acabou de referir.
  169. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que não põe em questão os serviços, sabe que a responsabilidade é sempre de quem está à frente, isso sabe, porque também lidera e sabe-o. Nunca na sua vida faltou às suas responsabilidades e sabe que é sempre a culpada, apesar de quando se tem as pessoas a fazer as coisas por nós, também têm de perguntar se as coisas estão feitas.
  170. No presente momento, estão a tentar entrar em contato com os serviços para ver o que é que aconteceu na sexta-feira para os documentos não terem sido distribuídos.
  171. A solução que está a ver é o Senhor Presidente da Câmara Municipal explicar muito bem os pontos, para se poder votar para quem não tem a documentação poder votar.
  172. Os pontos não podem ser retirados da Ordem de Trabalhos. Os pontos são necessários para o Município, não estando a ver mais nenhuma solução.
  173. O **Membro José Leitão** visto que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal não está a ver mais nenhuma solução, dá uma sugestão que é adiar a presente reunião para um outro dia, ou marcar uma Assembleia Municipal Extraordinária, por exemplo, para o dia 28, tem-se tempo. Tendo várias soluções, agora não queira é pôr a ouvir o Senhor Presidente da Câmara Municipal, como já aconteceu numa videoconferência, a descrever um orçamento para 2021, não sabendo se a Presidente da Assembleia Municipal o viu, mas é um documento que tem setenta ou oitenta páginas, também tem a proposta do Mapa de Pessoal que também tem um conjunto de páginas e que tem uma situação que não é nada pacífica, até a Informação à Assembleia Municipal, que, apesar de genérica, como habitualmente, apresenta sempre um conjunto volumíssimo de páginas. Não lhe peça agora para ficar a ouvir o Senhor Presidente da Câmara Municipal a explicar as coisas, referindo que não vai ficar, achando que a proposta é descabida e se ouvisse explicações de alguma coisa, seria da parte da Senhora Presidente da Assembleia Municipal.
  174. A seu ver é, adiar a presente Assembleia Municipal, ou marcar uma Assembleia Municipal. Se é possível adiar, não tendo consigo o Regimento, marcar uma nova Assembleia Municipal, não diz para o dia 24, nem no dia 25, porque é um bocado chato, estando de volta de outros assuntos, do “dito bacalhau”, mas, por exemplo, para o dia 28, como é por videoconferência, simpaticamente teriam condições para o poder fazer e em consciência então, esgrimirmos os argumentos que tiverem sobre os pontos da Ordem de Trabalho.
  175. No presente momento, não há condições para vir discutir, ou falar sobre o Plano Plurianual de Investimentos, ou o Plano de Atividades, ou os projetos que a Câmara Municipal se propõe a fazer em 2021, é completamente impraticável.
  176. Era isso que queria deixar, sob risco de ter a vida facilitada, ou seja, a Bancada da CDU não irá votar nenhum dos pontos, à exceção dos pontos em que recebeu documentos.
  177. O **Membro Valentino Cunha** propõe uma pausa de cinco minutos para as Bancadas falarem internamente e tentarem ver de uma solução que também se pudesse propor.
  178. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que concorda e iria sugerir isso, para falar entre todos o que se vai fazer e na Mesa têm de reunir para decidirem e já comunicam o que irão decidir. Se não se importarem, vão fazer um intervalo de cinco minutos.
  179. Refere que tiveram em conversação e decidiram que vão suspender a Assembleia Municipal, sendo que passa a palavra ao Senhor Presidente, para depois passar a palavra ao Dr. Hélder Fernandes.

180. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que solicitou, na pausa, aos serviços do Município, nomeadamente, ao Dr. Hélder Fernandes para analisar a legislação para se perceber o que é que poderia ser feito no decurso de uma Assembleia Municipal, sobre o que diz a lei no assunto da suspensão da Assembleia, pelo que passa a palavra ao Dr. Hélder Fernandes.
181. O **Chefe da DAF, Dr. Hélder Fernandes** saúda todos os presentes. Refere que, de acordo com o disposto da lei, a Assembleia Municipal pode reunir mais do que uma vez no âmbito da mesma sessão e de acordo com o que conseguiu apurar na presente fase relativamente ao Regimento, a mesma sessão apenas não poderá prolongar-se por mais, por ser uma sessão ordinária, por mais de cinco dias. Por isso, se assim for tomada essa decisão, a presente Assembleia Municipal poderá ser suspensa e ser retomada até terça-feira, não contrariando o Regimento da Assembleia Municipal.
182. A **Presidente da Assembleia Municipal** questiona os Membros que não receberam a documentação, ou então à Bancada da CDU, que foi quem não recebeu a documentação, se receber a documentação no dia seguinte, vai entregar a documentação, só têm de dizer qual é a morada para ir entregar a mesma, questionando se pode avançar com a Assembleia Municipal na próxima segunda-feira.
183. O **Membro José Leitão** pensa que estão perante aquilo que é a solução mais aceitável. Refere que segunda ou terça para si é sempre complicado, sendo preferível para a Bancada da CDU na terça-feira para terem mais um dia para poderem analisar a documentação, sendo que estão no fim-de-semana e as pessoas têm os seus afazeres. Mas pela Bancada da CDU não veem inconveniente na próxima terça-feira ou segunda-feira, se não for possível ser na terça-feira, realizarem a Assembleia Municipal.
184. Refere que era bom que se cumpra com o que está estabelecido na lei sobre a entrega dos documentos, que são as 48 horas de antecedência e, era bom consultar, nomeadamente, a Membro Maria João Luz e o Membro José Lino que não receberam os documentos.
185. Menciona que o Membro Paulo Caçoilas lhe disse há pouco, por telemóvel, nos cinco minutos alongados, que tinha pedido a palavra, mas que não lhe tinham dado a palavra até à data, referindo que era bom ver-se o que é que ele tinha a dizer, sendo que, não vai ocupar muito tempo, não é uma pessoa de grandes discursos e grandes oratórias, pelo que estaremos descansados com a intervenção dele.
186. O **Membro Paulo Caçoilas** saúda todos os presentes. Refere que há pouco, quando pediu a palavra, embora alguns Membros tivessem passado um pouco à frente e sendo uma pessoa de poucas palavras.
187. Menciona que também não recebeu a documentação, tendo consigo só o ponto seis e sete, sendo que normalmente recebe também a documentação em papel.
188. Em relação à reunião que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal está a querer marcar, está como o José Leitão, estando mais balanceado para a terça-feira que é quando tem mais disponibilidade.
189. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que a Bancada do Partido Socialista sobrescreve a solução encontrada, achando que é uma solução razoável, tendo em conta a circunstância que se sucedeu e esperam que quando continuarem a presente sessão da Assembleia Municipal, também possam ter alguns esclarecimentos adicionais sobre qual é que foi o problema que causou a falta da entrega da documentação a alguns Membros da Bancada da CDU, esperando que se consiga concluir a agenda, sem prejuízo para o Município.
190. O **Membro Custódio Vale de Gato** agradece a palavra. Acompanham, de facto, a solução, parecendo-lhe de facto uma solução equilibrada e, ao contrário daquilo que o Membro Valentino Cunha aponta, o PSD não está interessado em saber as culpas, precisa sim saber que há garantias de que, de futuro, não voltam a acontecer estes percalços que são desagradáveis e não querem crucificar ninguém, era o que faltava, o que querem é que de facto haja rigor no exercício da Presidência da Assembleia Municipal por forma a que não ponham em causa os trabalhos da mesma e que criem os constrangimentos para todos, não sendo de todo agradável. Dito isso, termina como começou, a Bancada do PSD subscreve a

solução, eventualmente, com o prejuízo das suas vidas, mas também é para isso que estão presentes a exercer os presentes cargos com a dedicação que eles merecem.

191. A **Membro Maria João Luz** refere que está disponível, tanto na segunda-feira ou na terça-feira.
192. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que, pelo que está a ver, se pudesse ser segunda-feira seria o melhor dia, sendo que estão muito perto do natal e compromete-se no dia seguinte a ir distribuir os documentos, confirmando as moradas, dando-lhes o seu número de telefone e faziam a reunião logo na segunda-feira, ficando com o “caso arrumado”.
193. Questiona se têm alguma coisa contra.
194. O **Membro José Leitão** refere que nada melhor que pôr a proposta à votação, de quem vota a favor, de quem vota contra. Se houver votos contra, tentarão resolver, se não houver, se for aprovado por unanimidade, tudo bem.
195. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que se está a tentar encontrar uma solução de compromisso em que todos concordam, por unanimidade, mais valia em vez de se estar a votar que se alguém estiver contra, dissesse logo, para se tentar arranjar uma solução do melhor dia e hora, do que ir a votações, para depois haver votos contra de pessoas que não estão satisfeitas. Se alguém estiver contra de se continuar a presente Assembleia Municipal na segunda-feira, que o diga agora para se agilizar.
196. O **Membro José Leitão** menciona “diga agora ou cale-se para sempre”.
197. A **Presidente da Assembleia Municipal** menciona que se tem de se chegar a um consenso. Questiona quem é que não pode na segunda-feira, e quem não pode na terça-feira. Pede ao **Membro Paulo Caçoilas** se pode contornar a sua vida, uma vez que ninguém estava à espera da presente situação.
198. O **Membro Paulo Caçoilas** refere que vai tentar.
199. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que assim não é necessário ir a votação, suspende os trabalhos para se voltarem a encontrar na segunda-feira, dia 21 de dezembro às 21h.
200. Foi suspensa a sessão quando eram 22h50m, por se ter detetado que não tinha sido atempadamente entregue parte da documentação a alguns Membros da Bancada da CDU.
201. Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte, por videoconferência, retomou-se a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, tendo a reunião iniciado às 21 horas e 05 minutos, tendo estado presentes todos os seguintes membros:
202. Hermínia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Hugo Miguel Seródio Mendes (1.º Secretário), Cátia Alexandra de Sousa Silva (2.ª Secretária), Valentino Salgado Cunha, Ana Rita de Oliveira Lança, João Pedro Jorge Martins, Maria Luís Arranja Martins de Barros, Paulo Jorge Piteira Campino, Sophie Veiga Fontes, Gonçalo Nuno Balão Cegonha, Catarina de Jesus Mendes Serrudo, Rúben Alexandre dos Anjos Alves, Maria Clara Cardoso Pereira, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), José Manuel Fernandes, José Lino Queiroz dos Santos, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão (CDU); Custódio Manuel Aldinhas Vale de Gato, Ricardo Manuel Coelho Videira (PSD).
203. A Câmara Municipal esteve representada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias, pela Vice-Presidente, Elsa Caeiro e pelos Srs. Vereadores Bruno Gomes, Susana Gonçalves, João Teresa Ribeiro e Emília Paulino e pelo Dr. Hélder Fernandes, Chefe da DAF.
204. A **Presidente da Assembleia Municipal** saúda os presentes. Refere que a presente Assembleia Municipal, dia 21 de dezembro é o retomar dos trabalhos que tiveram início na anterior reunião do dia 18 de dezembro e que foram suspensos.

205. Solicita que quando os Membros quiserem intervir que utilizem o chat, para ser mais fácil para a Mesa controlar as intervenções.
206. Antes de começar a sessão quer que fique bem explícito que todos os Membros da Assembleia Municipal receberam os documentos por e-mail e foi verificado que não houve nenhuma devolução de e-mail.
207. Dos três Membros que acusaram a não receção dos documentos em papel, um já tinha recebido no dia 11 de novembro, o qual assinou o livro de Protocolo. O Membro em questão não está presente. Menciona que lhe voltou a entregar a documentação no passado sábado, recebida pela sua esposa, mas que fique bem explícito que o Membro já tinha recebido toda a documentação no dia 11 de novembro e assinou o livro de Protocolo.
208. Quer agradecer o trabalho prestado e o apoio de todos os serviços do Município de Vendas Novas para a resolução do presente problema.
209. Refere que se vai entrar no Período da Ordem do Dia, retomando o 1.º Ponto, o qual o Senhor Presidente da Câmara Municipal já tinha feito a respetiva introdução na sessão anterior, mas vão ter de voltar a fazer a apresentação do 1.º Ponto.

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 1.º Ponto – FIXAÇÃO DAS TAXAS NO ÂMBITO DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

210. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
211. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Pede permissão, de forma oficial, para cumprimentar os Membros da Mesa, os Membros da Assembleia Municipal, os Senhores Vereadores, os colaboradores da Câmara Municipal que estão a dar suporte à Assembleia Municipal e também os ouvintes que a partir de casa acompanham a presente Assembleia Municipal.
212. Refere que na primeira parte da reunião já tinha apresentado o presente ponto, mas falo-o novamente com todo o gosto e, se o permitir, fará o que tinha feito na sexta-feira, apresentará os três pontos que dizem respeito aos Impostos Municipais a aplicar durante o próximo ano.
213. No que diz respeito ao IMI, a manutenção da taxa do IMI, não sobe, nem desce, mantem-se, como ao longo do presente mandato tem acontecido, com uma taxa fixa de 0,34% e com a aplicação de descontos de IMI familiar, 20€, 40€ e 70€, respetivamente para agregados que têm um, dois, três ou mais dependentes.
214. No que diz respeito ao IRS, a proposta é, que se mantenha a participação variável dos 5% e, no que diz respeito à Derrama, 1,5 sobre o lucro das empresas, ou seja, sobre as empresas que têm lucro e a aplicar 1,5 sobre o total do lucro apurado das empresas.
215. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que apesar do Senhor Presidente da Câmara Municipal ter apresentado os três pontos em simultâneo, vão discuti-los em separado.
216. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 1, tendo sido **deliberado, por maioria, com 19 votos a favor (15 do PS e 4 da CDU) e 2 abstenções (PSD), aprovar a proposta de, no âmbito do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixar uma taxa de 0,34 % a aplicar aos prédios urbanos, de acordo com o n.º 1 do artigo 112.º do CIMI**

**e fixar uma redução da taxa do IMI de 20 €, 40 € ou 70 €, respetivamente para agregados com 1, 2 e 3 ou mais dependentes a cargo.**

## **2.º Ponto – FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO MUNICÍPIO NO IRS**

217. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 2.º ponto da ordem de trabalhos, questionando se alguém quer intervir no presente ponto.
218. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 2, tendo sido **deliberado**, por maioria, com 19 votos a favor (15 do PS e 4 da CDU) e 2 abstenções (PSD), **aprovar a proposta de, para 2021, fixar em 5 % a participação variável do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município de Vendas Novas, de acordo com o disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.**

## **3.º Ponto – FIXAÇÃO DA DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTADO DE IRC**

219. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos, questionando se alguém quer intervir no presente ponto.
220. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 3, tendo sido **deliberado**, por maioria, com 19 votos a favor (15 do PS e 4 da CDU) e 2 abstenções (PSD), **aprovar a proposta de Derrama de 1,5 % a lançar sobre o lucro tributável sujeito e não isento sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.**

## **4.º Ponto – PROPOSTA DE DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS PARA 2021 (ORÇAMENTO, PPI E PAM)**

221. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
222. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que, em relação ao presente ponto, faz um breve enquadramento.
223. Menciona que se está a falar do último orçamento do presente mandato e num contexto particularmente especial, porque, de facto, o ano de 2020 marcou de forma muito significativa aquela que foi a atividade regular e, também, financeira e económica do Município de Vendas Novas por causa da Pandemia Covid-19, a SARS-COV-2.
224. Sendo, de facto, um marco no ano de 2020 e, também, um marco na preparação para o ano de 2021, havendo um grande cariz de incerteza no enquadramento que reveste o contexto do orçamento para o ano de 2021 e que, no fundo, procuraram com o presente exercício dar resposta a várias coisas ao mesmo tempo sem deixar de seguir a estratégia que têm vindo a seguir desde o início do mandato.
225. Menciona que a primeira resposta a ser dada é, de facto, à Covid-19 com verbas destinadas ao Fundo de Emergência Municipal que, na primeira versão do orçamento, têm apenas verbas para o primeiro trimestre, estando previsto um reforço aquando da entrada do saldo transitado e a estimativa que a Câmara Municipal faz é de alocar cerca de cem mil euros ao Fundo de Emergência Municipal que é o mesmo valor que alocaram para o presente ano, sendo que há despesas que tiveram em 2020 que já não terão em 2021 e, também é expectável que surjam outras despesas em 2021 que não tiveram em 2020.
226. Os cem mil euros como bitola foi o valor suficiente para o ano 2020. No entanto, a pandemia começou em março e os cem mil euros alocados serão sempre alvo de revisão aquando da prestação de contas e no mês de abril com a introdução do saldo a transitar.

227. Depois não pararam também e, de alguma forma, tentaram no enquadramento e, permitam-lho fazer, dar resposta a uma novidade na Câmara Municipal que também tolda e condiciona o orçamento de 2021 e os Documentos Previsionais que foi a entrada em vigor do Sistema Nacional de Contabilidade na Administração Pública, um novo sistema de contabilidade que os levou, de alguma forma, a uma adaptação muito grande na Câmara Municipal, face àquilo que era o hábito e os normativos que se vinham a seguir.
228. Permitam-lhe também fazer um louvor a todos os colaboradores da área da contabilidade e das finanças da Câmara Municipal, que num curto espaço de tempo, tiveram de se adaptar às novas regras e que também justificam a vinda do presente orçamento só agora em dezembro à Assembleia Municipal, ao contrário do mês de novembro, como é habitual.
229. O terceiro ponto de enquadramento tem a ver com a ambição que não deixaram de ter, apesar da imprevisibilidade, com a dotação de um conjunto de projetos e de ações que consideraram que o Município de Vendas Novas deve continuar a prosseguir ao longo do ano de 2021, independentemente de ser um ano de eleições.
230. Refere que não governam em função disso, governam pelas pessoas e, de alguma forma, a preparação de projetos que vinham a fazer, o aproveitamento do quadro comunitário que vai terminar a execução em 2023, mas que cujas candidaturas terminam em 2021, fazem ter um quê de ambição que não poderiam abandonar, sob pena de perderem o dinheiro que tinham para o Município no quadro comunitário e de Vendas Novas ser prejudicada nesse sentido.
231. Refere que é assim que surgem investimentos em todas as áreas, destacando as áreas principais, de acordo com a estratégia que o Executivo apresentou aos Vendasnovenses em 2017 e que foi sufragada, não podem deixar de fazer investimentos, nomeadamente, a regeneração e a reabilitação urbana e também dentro do mesmo “bolo” a mobilidade sustentável, uma vez que há um bloco de projetos que estão adstritos e afetos a essa área fundamental e estratégica para o futuro da cidade e para o futuro do Concelho de Vendas Novas, como o projetam com a visão do Executivo de médio e longo prazo.
232. Menciona que foi muito falado já, a questão das pavimentações, apesar de todos os anos no mandato terem feito investimento em pavimentações, há um conjunto delas que foram inclusive e vendo a ata do ano passado, é fácil perceber que assumiram que havia um conjunto de carências que tinham de ser supridas e fizeram durante o presente ano os projetos técnicos necessários para avançar com a obra das pavimentações em ruas tão importantes como sejam a 25 de Abril, como sejam por questões de segurança e premência, a Estrada de Cabrela, mas também pavimentações na Landeira, nas Piçarras, em Bombel e na Afeiteira, como fizeram sempre questão de fazer ao longo dos quatro anos de mandato.
233. Depois, um segundo bloco de investimento e de continuidade de investimento, depois de garantidas as verbas nas escolas, havendo aqui um terceiro pilar fundamental que tem a ver com a requalificação de escolas e como é do conhecimento público, está já em curso a requalificação da Escola de Landeira, esperando que se siga no próximo verão a requalificação do JI da Afeiteira, o que encerra o Parque Escolar Municipal em uso com essa requalificação.
234. Pode-se dizer que requalificado o JI da Afeiteira, todas as escolas em uso que são pertença do Município de Vendas Novas ficam requalificadas, de acordo com o que é a visão do Executivo.
235. Menciona que há um terceiro projeto que não sendo da responsabilidade e nem competência do Município, o Município disse presente à remoção das coberturas de amianto da EBI n.º 1, antiga C+S, que basicamente, resulta de um compromisso e de um protocolo firmado com o Governo, que já foi alvo de concurso público, estando inclusive, adjudicada a obra a realizar no próximo ano no valor de noventa mil euros, pagos pelo Governo.
236. Menciona que há um conjunto de outras premissas que refletem a visão do Executivo e que têm a ver, por exemplo, com os serviços públicos, ondem deram passos significativos durante o ano 2020, para a concretização de um projeto que é os Julgados da Paz, como todos bem sabem, havendo compromisso

na CIMAC, estando no momento a desenvolver-se os trabalhos técnicos para que no ano de 2021, possa vir a ser efetivamente e fisicamente criada essa rede, mas também, na área do planeamento com a revisão do PDM que já começaram e que por prazo legal para o ano tem de terminar, ou também, na área económica, uma Startup que ela própria foi um caso de sucesso no desenvolvimento económico do Concelho, que tem cerca de cinquenta empresas, grosso modo, no presente momento, sediadas e que não tem mais espaço e, portanto, é necessário requalificar o Mercado Municipal para ampliar a Startup Alentejo Vendas Novas Empreende.

237. Menciona que, como resumo, e porque não quer alongar-se na intervenção inicial, uma vez que tem a certeza que todos os Membros leram os documentos que foram entregues, resumindo diria que, onze milhões e oitocentos mil euros, um pouco mais do que o orçamento do ano anterior porque há, de facto, verbas comunitárias que alavancam ao nível do PPI o presente orçamento, bem como um reforço do Orçamento de Estado que está refletido nos documentos previsionais.
238. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Saúda todos os presentes.
239. Menciona que estão presentes mais uma vez para aprovar aquele que vai ser o último orçamento Municipal do atual mandato e o oitavo desde que o Partido Socialista assumiu a liderança da Câmara Municipal e do Município.
240. Refere que ao longo dos anos têm procurado construir um caminho de desenvolvimento social e económico para o Concelho, sem obviamente esquecer aqueles que são os investimentos públicos necessários.
241. Têm conseguido atender a várias áreas de ação, com a consciência que fazem uma gestão rigorosa, dada também a exigente restrição orçamental que têm sobre a qual atuam, restrição essa que oito anos depois ainda se faz notar, tendo em conta o seu “forte cheiro” a uma gestão desgovernada com que a CDU liderou a Autarquia Local no passado.
242. Menciona que receberam uma forte dívida municipal, muito em resultado de orçamentos com receita subestimada e despesa subestimada.
243. Imediatamente se viram forçados em gerir as contas do Município com uma clara noção de que as restrições financeiras que conheciam e as que se vieram descobrir mais tarde, quando tomaram posse, poderiam limitar a capacidade do Executivo de atuar, referindo que não baixaram os braços.
244. O Partido Socialista de Vendas Novas priorizou os investimentos do Município e conseguiu durante os anos do mandato lançar um mecanismo de comparticipação de medicamentos aos mais idosos, garantir a gratuidade dos manuais escolares, investir no parque educativo local, requalificar a Estrada da Afeiteira, a Rua de Timor, parte da Estrada das Piçarras e de Landeira. Requalificaram também a envolvente da Avenida 25 de Abril, que não é o descampado que era antigamente e prepararam-se para a requalificação propriamente dita do piso dessa Avenida, inclusivamente, com a colocação de lombas para melhorar a segurança de todos os que a utilizam, quer seja de modo rodoviário, quer seja de modo pedonal.
245. Menciona que também não se esqueceram da Avenida Marechal Craveiro Lopes que juntamente com a Avenida 25 de Abril são uma das duas principais artérias de comunicação e de tráfego da cidade.
246. Refere que o Partido Socialista não nega o passado. Embora a herança que receberam foi, a ver da Bancada do PS, de má gestão, também há que reconhecer, por parte da CDU, que houve um grande número de infraestruturas que foram construídas no seu longo período em que estiveram à frente da Autarquia, que resulta de investimentos feitos pelos antecessores, pelos Presidentes de Câmara, sendo que um deles está presente na Assembleia Municipal, o qual cumprimenta, e que, durante as várias décadas que estiveram à frente dos destinos da Autarquia Local fizeram no Concelho. Não negam isso e está à vista de todos.

247. Menciona que o passado é passado e os Vendasnovenses, entretanto quiseram mudar e quiseram dar mais juventude àquilo que era a visão que a Autarquia tinha para o Concelho na altura.
248. Na altura, a visão que assumiram de mudança, de jovialidade, de querer uma ambição reforçada e nova para o Concelho, está reafirmada no presente documento que está a ser debatido e que se irá certamente aprovar, um orçamento estratégico para o Município que contém a visão que têm para a Câmara Municipal e para os destinos do Concelho de Vendas Novas e que têm vindo a aplicar desde 2013.
249. Refere que, continuarão a apostar na educação e na saúde dos Vendasnovenses, no gradual retomar de algumas atividades municipais, quer seja de cariz lúdico, desportivo e cultural onde obviamente se inserem as festas da cidade, as festas do Concelho e as várias corridas que se tem no Concelho, mas sempre com a noção de que é preciso a retoma da atividade normal com a segurança necessária para todos os seus participantes e todos os Vendasnovenses, obviamente, com a restrição de não saberem como é que será o ano de 2021.
250. Sendo que todos esperam que seja o mais normal e o mais parecido a 2019 possível. Mas perante essa restrição e tendo em conta o risco que há na produção das atividades “normais”, o presente orçamento não deixa de ambicionar isso, como deve de ser e como deve de se fazer.
251. Menciona que darão sempre o mesmo empenho que deram na gestão rigorosa, mas, jovial e sem nunca esquecer o caminho que têm para cumprir e com que se comprometeram com os Vendasnovenses quer em 2013, quer em 2017.
252. Refere que investir no Concelho com os seus desígnios, passa também por vários projetos que constam no presente orçamento, por colocar coberturas nos Campos de Padel, que foram iniciativa do PS no passado, passa também por continuar a garantir a comparticipação dos medicamentos e assegurar que chega a cada vez mais gente, passa por criar as condições necessárias para o estabelecimento dos Julgados de Paz, que não é competência direta do Município, mas que o Município pode alavancar como tem feito e, passa também, pela requalificação da Estrada de Cabrela que é uma via de comunicação importante para uma Freguesia, que embora não sendo ou ainda não sendo do Município de Vendas Novas, é uma Freguesia que é muito querida e com a qual têm fortes relações.
253. Investir no Concelho também passa pela eficiência energética e pela conclusão da revisão do PDM. Passa por investir e dinamizar mais a Startup Alentejo, passa por promover a utilização dos transportes públicos.
254. Por tudo isso, dedicam o ano de 2021, com um orçamento de 11,8 milhões de euros. Um orçamento estimado quer na receita com credibilidade, mas também, com as despesas que preveem efetuar. É um orçamento que tem um forte cariz social, mas também consciente da necessidade de investimento público necessário para o Concelho e com o qual certamente os colegas Membros da Assembleia Municipal não poderão negar.
255. Naturalmente, a gestão do Município não é uma gestão sem obstáculos, encontrarão sempre obstáculos pela frente e um desses obstáculos, obviamente, não o poderia deixar de mencionar é o desrespeito pelos cidadãos da Cidade, do Concelho por parte de uma empresa local que causou graves danos ambientais em Vendas Novas. Não será esquecido e só com uma continuada e constante monitorização e aplicação da lei em toda a sua extensão, em toda a sua severidade, em toda a sua consequência, garantirá que a qualidade de vida de todos os Vendasnovenses volte àquilo que sempre nos habituámos.
256. Por outro lado, têm outra grande dificuldade pelas mãos, um grande obstáculo, que é a constante recusa por parte da CP e alguma morosidade que se tem por parte da tutela, do Ministério das Infraestruturas, seja ela justificada por a alteração da ordem de trabalhos natural que todos tivemos com o Covid-19, ou seja pela falta de material circulante, ou ambas, factuais aliás.

257. Mas essa inação ou obstáculos criados pela CP dificultam aquilo que é a aplicação do PART ao serviço de Intercidades em Vendas Novas. Crê que esse ponto tem de ser muito bem explicado, o PART é atualmente aplicado em Vendas Novas, mas não é ao serviço Intercidades que é aquele que é usado pela população para se deslocar a Lisboa. É um serviço, já desde si, muito particular, pois o serviço de Intercidades não é utilizado, ou não foi pensado para movimentos pendulares, mas assim é utilizado pelas nossas populações.
258. Toda a problemática de ser um serviço que foi criado pela CP há cerca de trinta anos para fazer ligações pontuais de pessoas que se deslocam entre cidades, ser utilizado quase como um serviço suburbano, aí está a raiz de todo o problema. É um problema que não é, infelizmente, algo que possam resolver por iniciativa própria, é algo que têm falado com o Ministério das Infraestruturas e com a CP e que a CP tem medo que isso depois se repercute no país inteiro e que, haja exigências no país inteiro, embora Vendas Novas, Évora e Casa Branca sejam as únicas situações em que, realisticamente, isso poderá vir a acontecer.
259. A oposição da CP irá continuar enquanto não os conseguirem “convencer”, ou melhor, “obrigar”, continuará a vedar a todos nós um benefício que e bem foi criado pelo Governo do Partido Socialista, ao qual naturalmente já sabem da oposição, na altura, do PSD, com argumentos que, na altura, acharam por bem dizer, tendo em conta essa medida claramente positiva com no presente caso da presente Assembleia Municipal, com o apoio da CDU.
260. O PART tinha como objetivo promover a utilização dos transportes públicos nos movimentos pendulares e é isso que querem ver aplicado ao Concelho de Vendas Novas o mais cedo possível.
261. Menciona que, ainda na semana passada, teve oportunidade de assistir a uma questão colocada por um Deputado do Partido Socialista sobre o presente tema e, mais uma vez, o Ministro das Infraestruturas, no presente caso, o Secretário de Estado, reafirmou aquilo que seria o objetivo do Governo em ver resolvido essa questão, mas que realmente tinham de tratar do problema levantado pela CP quanto ao material circulante com o que está agora a ser reabilitado nas oficinas de Guifões, mas que, o problema tinha de ser resolvido porque anteviam um aumento da procura por esse serviço e, atualmente, se os Intercidades já têm um problema de acomodar as pessoas que pagam bilhete e as pessoas que têm passe, para garantir que vão todas sentadas, com o preço que têm o passe, uma redução drástica do preço, obviamente, que fará aumentar a procura e eles estão preocupados que isso aconteça, que a falta de material circulante limite a capacidade de absorver todo esse aumento de procura.
262. Refere que vão ver como conseguem resolver o presente problema.
263. Para concluir e, também não quer maçar muito os colegas na presente Assembleia Municipal, certamente que as intervenções que se seguirão serão de crítica. À esquerda ouvirão a crítica natural do pormenor ou a vírgula que faltou, ou o número de tijolos que não foram bem contados. À direita ouvirão a crítica de quem tem medo que os problemas se resolvam, mas em comum, têm a vontade ou melhor, têm o comodismo de se refastelarem no oposicionismo militante, sempre prontos à crítica mas, poucos dispostos a contribuir para soluções. Mas os Vendasnovenses saberão certamente que, soluções é do lado do Partido Socialista e, continuarão a trabalhar pelos Vendasnovenses, pelo Concelho de Vendas Novas, pelas suas gentes e certamente contarão com a aprovação do Orçamento Municipal para 2021.
264. A **Membro Maria João Luz** saúda todos os presentes. Menciona que tem algumas questões a colocar em relação ao orçamento de 2021. O PPI para 2021 é de dois milhões e seiscentos mil euros, página quarenta e dois do Relatório. O que está orçamentado em aquisições de bens de capital são dois milhões, questiona como se explica essa diferença. Desses investimentos vão deixar seiscentos mil euros para serem pagos em 2022, deixa a questão. Nos dois milhões previstos para gastar com aquisições de bens de capital, um milhão e trezentos e oitenta mil euros, destinado a bens do domínio público, mais um milhão e trezentos mil estão numa rubrica designada por outros, questionando o que são esses outros e porque não aparecem discriminados.

265. Para além disso, esses outros já têm dois milhões previstos para 2022 e ainda mais um milhão e meio para 2023, questionando a que tudo isso se refere. Como se explica que estejam a ser orçamentados 2,8 milhões de euros de aquisição de bens de capital para 2022 e mais dois milhões e cem mil euros para 2023, página 5 do orçamento da despesa, para mais quando 2021 é o final do mandato, desconhecendo-se as opções de gestão de quem vier a seguir, mesmo que seja do PS.
266. No balanço previsional, na primeira coluna, financiamentos obtidos, está em negativo trinta e dois mil seiscentos e vinte e três euros, questionando a que se refere esse saldo negativo.
267. Relembra que só no final do presente ano em previsões vão passar com um saldo negativo de oitocentos e trinta e seis mil euros, referindo se isso é a boa gestão que o PS apregoa de não haver dívida, de recuperarem tudo, pedindo esclarecimento.
268. Em relação ao Membro Valentino Cunha, refere que pôr em causa a experiência e os conhecimentos adquiridos ao longo da vida é um síndrome do cabelo grisalho, mencionando que se sentiu ofendida.
269. Em relação aos “tijolos”, refere que os “tijolos” fazem parte da construção de Vendas Novas e foi à base de muito trabalho e de muito esforço durante muitos anos que Vendas Novas conseguiu o que conseguiu.
270. O Membro José Leitão menciona que a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal era a intervenção esperada. A intervenção do Membro Valentino Cunha é uma intervenção com “tijolos”, ou seja, começou a enviar “tijolos” a toda a gente, uma intervenção infeliz porque diz que a oposição não contribui.
271. Refere que certamente não esteve na reunião em que a oposição esteve, ao abrigo do Estatuto de Direito de Oposição e a CDU pautou por apresentar um conjunto de projetos que não estão previstos, tudo bem. Agora não se pode dizer que a Bancada da CDU não contribuiu, porque isso é fugir à verdade.
272. Menciona que o Membro Valentino Cunha anda com umas certas tendências expansionistas que já quer tomar Cabrela, daqui a uns tempos estão em Marraquexe, alertando para ter cuidado, para não estar feito D. Sebastião que as coisas por vezes correm mal.
273. Referindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que ficou muito congratulado por saber que a Startup está cheia, ou seja, o “elefante branco” que a CDU tinha construído afinal já não chega.
274. Sobre a pavimentação das ruas, continuam na demagogia habitual que é dizer “nós vamos alcatroar a Avenida 25 de Abril”, mas, depois não corresponde a alcatroar a Avenida 25 de Abril, corresponde a alcatroar um trecho, podem ser cem metros ou duzentos metros da Avenida 25 de Abril que é uma coisa completamente diferente, mas, no entanto, faz esse “show off” com o alarido das ruas e, de tal forma assim o é que, por exemplo, no plano vêm um conjunto de ruas para alcatroar que se a Bancada da CDU acreditasse nisso e olhasse para o valor que lá consta, perceberia logo que era impossível alcatroar as ruas na sua totalidade com aquele valor.
275. Menciona que é uma forma de trabalhar, já o sabem, já conhecem o método, sendo evidente que a CDU irá votar contra a Proposta do Orçamento para o próximo ano, por considerarem que não tem ponta por onde se pegue.
276. Refere que, por exemplo, o Plano Plurianual de Investimentos prossupõe um investimento superior entre o definido e o não definido, superior a todos os sete anos anteriores da gestão do PS.
277. Também vieram com uma dívida muito grande e com grandes dificuldades. Já várias vezes o disse que quando o PS chegou à Câmara Municipal ainda tinha capacidade de endividamento. Era evidente que era uma situação que estava desequilibrada, mas, no entanto, é bom lembrar que foi a CDU que avançou com um Plano de Saneamento financeiro e o Senhor Presidente da Câmara Municipal dizia

- “raios e coriscos” desse Plano de Saneamento Financeiro e, no entanto, acaba por estar a aplicar e tem cumprido com o mesmo. Sendo sinal que não era assim tão mau esse dito Plano de Saneamento.
278. Alude que não vai perder muito tempo. As razões da CDU são sobejamente conhecidas para votar contra, os Vereadores na Câmara Municipal já fizeram sair, através das redes sociais e para a comunicação social, a sua declaração de voto, já que a Câmara Municipal, não tem o prazer de lhes dar conhecimento das declarações de voto dos Vereadores da oposição, não se estando só a referir à presente, estando a referir-se a todas as outras, que nunca têm conhecimentos delas quando chegam à Assembleia Municipal, mas infelizmente é assim. A Câmara Municipal pactua por muitas vezes, só dar conhecimento daquilo que lhe interessa, há coisas que não lhe interessam.
279. Por exemplo, no dia de hoje, colocaram numa rede social, informação à população Vendasnovense dos problemas que têm havido no Cemitério Municipal e que o Senhor Presidente da Câmara Municipal nunca informou ninguém sobre isso, em qualquer reunião,
280. Por isso é assim, quando não agrada transmite-se, quando não agrada passa-se por baixo a ver se a coisa passa despercebida, mas isso já é fugir à questão do orçamento para o próximo ano e deixa só a nota de que vão votar contra, porque não se identificam nem de perto, nem de longe com isso.
281. Em última nota, o Senhor Presidente da Câmara Municipal diz que o Fundo de Emergência Municipal tem cem mil euros, mas a realidade é que ele tem lá trinta e três mil e quinhentos definidos, o resto vão ver como é que é.
282. O **Membro Custódio Vale de Gato** agradece a palavra. Cumprimenta todos de novo, aos presentes e todos os que seguem através da Rádio Granada.
283. Menciona que quem ouvisse e não conhecesse o Concelho de Vendas Novas e ouvisse o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o Membro Valentino Cunha, achava uma de duas coisas: ou estavam no paraíso ou estariam muito perto de o atingir, ou seja, estariam às portas do paraíso.
284. O manifesto eleitoral que o Membro Valentino Cunha acabou de ler presentemente, não é mais de que uma tentativa frustrada de fazer passar uma mensagem e de simultaneamente esvaziar aqueles que sejam os comentários e os argumentos de quem, de uma forma clara, afirmativa e não demagógica como repetidamente apregoam, de não concordar e democraticamente tem que aceitar que não têm de concordar com a estratégia que a Câmara Municipal e o Partido Socialista vêm trazendo ao Concelho.
285. Estão a discutir um orçamento, estão a discutir o Plano Plurianual de Investimentos, estão a traçar linhas que são definidoras do futuro de Vendas Novas. Cada orçamento menos bem conseguido, cada orçamento menos bem delineado, com prioridades menos acertadas é naturalmente uma oportunidade perdida e quem perde com isso são os Vendasnovenses.
286. Menciona que não resiste a fazer duas ou três introduções, uma delas já o Membro José Leitão já lha retirou, sendo que tinha também registada essa ambição expansionista de anexar Cabrela. “Atenção Cabrelenses que Vendas Novas vem aí”. O Membro Valentino Cunha arroga-se regedor de Cabrela.
287. Pede desculpa pela piada, mas acha que é de uma falta de bom gosto, até para não dizer até de respeito para com o Concelho de Montemor-o-Novo a quem Cabrela pertence.
288. Dizer também que chamou à colação alguns dos argumentos para valorizar o Orçamento, um deles o do PART e teve uma grande preocupação em desculpar a CP, falta disto, falta daquilo, falta daqueloutro. Certo é que o PART continua a não ser aplicado e aproveita para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que já os “mimou” com algumas “ameaças” duras que terá feito ao Senhor Ministro das Infraestruturas de Portugal e questiona se o Senhor Presidente da Câmara Municipal já arranjou um “pau para lhe bater”, parecendo que é a única coisa que falta, a menos que tenham combinado alguma estratégia de fazer passar alguma mensagem para o exterior, sabendo-se depois que não vai acontecer PART para ninguém.

289. Menciona que também foi dito que ao longo de oito anos que o Concelho tem merecido uma gestão exímia, exemplar e criticou-se a gestão anterior, sendo uma prática do Partido Socialista ter sempre o “olho virado para trás” à procura de culpados que desculpem a sua ineficiência ou as suas más decisões.
290. Refere que também está de acordo que a gestão da CDU não foi perfeita, muito longe disso e, teve oportunidade de a criticar durante muitos anos de forma frontal, tal como o está a fazer presentemente.
291. O que é certo é que na gestão do Partido Socialista também não se veem “rasgos” ao contrário do que o Membro Valentino Cunha diz, “um Governo jovem, todo virado pra frente, etc”. A verdade é que não se vê mais do que uma gestão corrente e é disso que os presentes orçamentos, ano após ano, se tornam uma maçada, são monótonos, são rigorosamente cópias dos anteriores e repetem-se, repetem-se e voltam a repetir-se. Por mais doçura, por mais que o queiram adornar, por mais laços que lhe queiram colocar, o que é certo é que o orçamento não apresenta nenhum rasgo, nenhuma visão.
292. Por exemplo, para o Centro Estrutural de Vendas Novas, vão pavimentar algumas ruas, vamos sim senhor, andam a mexer no que está razoável e deixam de mexer no que está péssimo, uma prioridade, do seu ponto de vista, altamente discutível.
293. Menciona que se fazem as coisas em “cima do joelho” e citando a Vice-Presidente Elsa Cacirola, em declarações à Rádio Granada, disse que não sabia muito bem quanto é que seria a obra da General Craveiro Lopes, por só agora é que está a fazer o projeto e está de acordo, só depois do projeto feito é que se poderá saber exatamente qual é o tipo de infraestrutura, qual é os custos que ela vai ter, mas não a deixaram de incluir no plano, não a deixaram de quantificar e agora é que vão fazer o projeto e agora é que vão à procura dos reais valores.
294. Refere que é do presente tipo de gestão errática, sem fundamentação, que o presente orçamento está repleto.
295. Falou também e, acha curioso, desde que o PSD tomou como causa própria a instalação dos Julgados de Paz em Vendas Novas, a Câmara Municipal e o Senhor Presidente da Câmara Municipal chamaram a si a gestão desse dossier. O que é certo é que os efeitos práticos tardam em aparecer. Mas se aparecerem ainda bem, o PSD na altura certa e aqui está uma contribuição, dirigindo-se ao Membro Valentino Cunha é, pressionar, uma vez que não têm o Governo da Câmara Municipal, não têm outra alternativa que não seja fazer com quem tem as capacidades para o fazer o faça. O que é certo é que é com agrado que ouviu presentemente que está para breve a instalação dos Julgados de Paz. Esperam para ver se a sua concretização é tão rápida como tem sido a do PART.
296. Era isso que para já lhe oferece dizer. Dizer que o PSD não se revê no presente orçamento. Naturalmente, as suas prioridades se fosse Governo da Câmara Municipal, teriam outras prioridades, teriam outra visão mais alargada, uma visão de futuro, uma visão de perspetivas inovadoras, não aquelas que dizem que fazem, mas sim aquelas que realmente seriam.
297. O Membro Ricardo Videira agradece a palavra. Começa por saudar na sua pessoa toda a Assembleia Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Câmara Municipal presente e também saudar o público que os escuta em casa através da Rádio Granada.
298. Pede permissão à Senhora Presidente da Assembleia Municipal por apresentar uma sugestão que no final de cada ponto e em cada votação, para além de dizer se é aprovado por maioria ou por unanimidade que indique o sentido de voto de cada Bancada, porque quem está em casa não consegue perceber o sentido de voto que cada Bancada terá.
299. Relativamente aos documentos previsionais para 2021 e no seguimento daquilo que acabaram de votar anteriormente relativamente às Taxas Municipais em que se mantem, têm realmente uma visão de manutenção, com alguns acrescentos que lá irão daqui a pouco.

300. Mas antes de entrar propriamente no orçamento, gostariam de referir e, não ficariam bem sem o fazer, que relativamente ao Estatuto de Direito da Oposição, entendem que não foi cumprido mais uma vez o Estatuto de Direito de Oposição pela Câmara Municipal.
301. Na reunião para a qual foram convocados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal no dia 12 de novembro do corrente ano, não lhes foram apresentadas as linhas gerais do orçamento, o Plano de Atividades, nem o Plano Plurianual de Investimentos, pelo que consideram que o Estatuto do Direito de Oposição não foi cumprido, a Lei não foi cumprida pela segunda vez no presente mandato, já o havia acontecido em 2018.
302. Menciona que apresentaram propostas sim, fizeram a sua parte, mas, não receberam informações para se puderem pronunciar efetivamente sobre o orçamento, antes de ele ser trazido aos Órgãos Autárquicos para votação, sendo a segunda vez que acontece no presente mandato.
303. Refere que, no fundo, isso consolida aquilo que foi a intervenção do Membro Valentino Cunha. Uma intervenção de completo desprezo por aquilo que são os outros partidos que democraticamente têm representantes nos Órgãos Autárquicos à esquerda e à direita do Partido Socialista, só quando lhe interessa, valoriza. Quando não lhe interessa, desvaloriza, e como disse à pouco, o Deputado do Partido Comunista “joguem-lhe tijolos para cima, ainda sem sequer ter havido intervenção e sem qualquer conteúdo a justifica-lo”.
304. Dizer que, esquecer também que o PSD participou no Mandato de 2013/2017 é algo que não lhes fica bem. Foi um Mandato completo que foi feito em conjunto e o PSD não esquece o trabalho que foi feito em prol de Vendas Novas, na altura no executivo, no presente momento na Oposição.
305. Relativamente ao orçamento em si, gostaria de apresentar algumas questões diretamente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, porque é para isso que estão presentes, para esclarecer e depois sim indicarem o sentido de voto da Bancada do PSD.
306. No enquadramento do orçamento, dirigindo-se aos Municípes, a Câmara Municipal refere o seguinte: “obrigado por serem vós, pelo exercício da vossa cidadania ativa”, pretendendo-se valorizar a participação dos cidadãos, como aliás discorre nos parágrafos seguintes, questionam se em 2021 haverá Orçamento Participativo em Vendas Novas.
307. No orçamento é também referido que vai ser estudada a possibilidade de aquisição de veículos elétricos. Menciona que se trata de uma informação nada objetiva, deixando em aberto se vão ser ou não vão ser adquiridos veículos elétricos, pelo que solicitam ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que clarifique e, se possível, indique as tipologias de veículos elétricos que estão a ser equacionadas para a aquisição.
308. Terceira questão: É referido que vai ser feita uma revisão ao Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas, porém não identificaram esse investimento em nenhum dos documentos que lhes foram facultados, solicitando clarificação em que rubrica é que ele está inserido.
309. Quarta questão: Identificaram que existirá uma intervenção de fundo na rede viária, nomeadamente, na Rua José Pinto Ferreira e na Avenida 25 de Abril, questionando se estão previstas intervenções complementares em outras vias com risco rodoviário muito elevado, como é o caso da Avenida da Misericórdia e da Rua José Francisco Fragoso, como referem há muito tempo, carecem de intervenções, mesmo que sejam pontuais, sem ser estruturais.
310. Questiona se existe ou está previsto algum reforço da manutenção dos passeios e estradas do Concelho, porque em Vendas Novas é com muita frequência que os buracos nas estradas e os passeios por reparar, se arrastam meses a fio, precisando das reparações.
311. Por fim, uma última questão que acrescenta no seguimento da intervenção do Senhor Membro Valentino Cunha em que uma boa parte da intervenção que fez não foi a falar do orçamento, mas sim sobre a aplicação do PART ao transporte ferroviário em Vendas Novas.

312. Uma pergunta direta que gostaria de fazer é se aquilo que foi anunciado pela Câmara Municipal no dia 28 de setembro em que o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que as notícias são boas, houve um compromisso verbal por parte do Senhor Ministro que até ao final do corrente ano a situação ficará tecnicamente resolvida pela CP e o PART irá finalmente abranger todos os utilizadores do Alentejo Central.
313. Portanto, se no dia 21 de dezembro, o Partido Socialista está a anunciar aos Vendasnovenses que afinal aquilo que prometeu em setembro do corrente ano não vai cumprir.
314. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que a votação será toda lida quando for a leitura da Minuta da Ata.
315. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Começando pelo fim, refere que o PSD parece que se candidata ao Governo do país e não à Câmara Municipal, porque promete tudo aquilo que não é competência da Câmara Municipal.
316. O **Membro Vale de Gato** acusou-o de desculpar a CP, sendo que não desculpou a CP, acusou a CP, dizendo precisamente aquilo que eram os argumentos da CP, porque é que eles eram falaciosos, porque por um lado é certo que falta material circulante que está prestes a ser resolvido, por outro, o serviço em Vendas Novas é um serviço de Intercidades com características pendulares que não há em mais nenhum lugar do país. Sendo que a CP não pode ter o problema, nem pode alegar o problema de que isso se vai repercutir no país inteiro, porque não vai.
317. A situação de Vendas Novas é uma situação particular, referindo que não desculpou a CP, acusou a CP de criar esse tipo de desculpas para inviabilizar aquilo que é uma pretensão do PS, que não tem oposição do Ministério e que eles são a única força de bloqueio, em termos da aplicação do PART ao serviço Intercidades que é aquilo que se está a falar, porque o PART já existe ao serviço rodoviário, no âmbito da aplicação do PART nas CIM'S.
318. Menciona que não houve nenhum tipo de desculpa e obviamente que se esse problema pudesse ser resolvido imediatamente pelo Município, tê-lo-ia sido.
319. Refere que o Município tem um problema, tem o problema de ter a não oposição do Ministério e a oposição daquela que é a empresa pública com, como todos o sabem, autonomia administrativa e financeira e só põe a aplicação do PART ao serviço Intercidades, com as características que o serviço tem.
320. Sejam claros e, se queremos explicar a história na sua plenitude e não apenas a parte que convém para combate político, então têm também de explicar que a lei não prevê que o PART seja aplicado a nenhum serviço Intercidades, só ao Serviço Regional ou Suburbano.
321. Menciona que estão perante uma encruzilhada. Ou optam por querer trazer um serviço Regional para servir Vendas Novas e aí o PART pode ser aplicado, como um complemento, a seu ver, ao passe navegante metropolitano, ou vão continuar com a exigência mais morosa, ou uma exigência que se prende com questões legais de aplicação ao Intercidades, porque a lei não prevê que o Intercidades seja fruto da aplicação do PART e esse é o ponto de situação. O Município tem feito tudo o que pode, mas a decisão não é do Executivo.
322. Refere que não sabe o que é que o **Membro Vale de Gato** quer, só basta aceitar a sugestão do PSD e quase ir à "paulada" atrás dos administradores da CP, não sabendo se é essa a pretensão, mas mais que isso, mais que a insistência permanente que o Município tem feito junto do Ministério e, por consequência, junto da CP, é impossível e se estão a prometer aos Vendasnovenses aquilo que não é do alcance prático do Executivo, como é a questão da aplicação do PART ou como é a questão do Julgado de Paz, então das duas uma, ou estão presentemente a criar uma ilusão de que conseguem resolver problemas que não são do âmbito do Executivo, nem da sua competência administrativa, ou então,

estão-se a candidatar ao local errado e não é à Câmara Municipal, mas sim a Ministro das Infraestruturas ou a administrador da CP e acha que isso era importante de esclarecer.

323. Mas também não lhe admira que na “ânsia” de criticar tudo, o PSD acabe quase por defender a CDU numa espécie de “Vodka laranja”, que já conhecem e que bem funcionou em outros Municípios. Mas nada do que foi dito sobre o trabalho da CDU, pensa que tenha ofendido o historial dessa força política para o Concelho, pensa que até foi bastante razoável quando referiu, com bastante vigor, que a CDU teve um legado, enquanto esteve à frente do Município, deixou muita obra feita.
324. O Mercado Municipal não se pode dizer que seja um “elefante branco” apenas porque lá está a Startup, ele foi valorizado pela Startup, mas antes era um “elefante branco”, que bem sabem quanto é que custou o Mercado Municipal, quase mais por efeitos estéticos do que por efeitos práticos e a CDU tem um legado, mas também tem um legado de endividamento, por ter uma gestão orçamental que diria, para também não enervar nenhum Membro da Oposição, diria “descuidada”, se poder utilizar esse termo mais simpático.
325. Menciona que a prova está na intervenção do Membro José Leitão que anuncia que a CDU quando saiu do mandato estava endividada, mas ainda se podia endividar mais. Essa era a mentalidade corrente daqueles que geriam o Concelho há oito anos. Que o Município estava endividado, mas atenção, ainda se podia endividar mais e quando chegaram ao Município e, de facto, com uma aliança com o PSD que às vezes não sabe se gostam tanto de lembrar, mas quando chegaram ao Município, depararam-se com a situação de dívida, depararam-se com a questão do Parque Industrial de Vendas Novas que também foi resolvida e colocaram um ponto final a esse tipo de gestão, para o qual o limite da dívida é algo que é para atingir, enquanto que a sustentabilidade orçamental é apenas um indicador.
326. Ao mudar esse tipo de pensamento e ao começar a gerir melhor as contas do Município tiveram de implementar rigor que era o que não havia no passado e que o PSD por vistos está a tentar desculpar a CDU. Não, o Partido Socialista diz com toda a firmeza que não havia rigor na gestão do orçamento Municipal, isso não havia e a intervenção do Membro José Leitão que, é repetida todos os anos e, também e pede desculpa, mas vai-se abster de voltar aos argumentos que recorrentemente se debatem nas Assembleias Municipais e se tiverem oito Assembleias Municipais de gestão PS, certamente que os argumentos estão em sete delas, ou em seis, porque pensa que no ano passado já se absteve de se repetir.
327. Mas a intervenção dos Membros da CDU demonstra mesmo que não havia uma gestão rigorosa e, depois, fala no Plano de Saneamento, como se o Plano de Saneamento fosse a justificação “oh, mas nós fizemos um Plano de Saneamento que o PS criticou, mas implementou”. Então a CDU está a congratular-se por meter o paciente doente, mas, ao mesmo tempo, ter ido comprar os medicamentos para o paciente.
328. Se isso os deixa tranquilos com aquilo que foi a gestão do Município antes do Partido Socialista entrar, crê que para medicina não davam muito bem.
329. Da parte do Partido Socialista, trataram um doente que receberam doente com os medicamentos que já haviam comprado, porque não foi o PS que planeou o Plano de Saneamento, nem endividaram o Município e hoje têm um paciente que está reabilitado, que está capaz de responder aos desafios do futuro.
330. Menciona que se tem um Município forte, capaz de atuar, quando é preciso, onde é preciso, precisamente porque corrigiram o desvio que havia nas contas públicas e melhoraram a atuação da Câmara Municipal nas diversas áreas.
331. Pensa que isso é inegável, com o PSD no Governo, sem PSD no Governo, mantiveram o rumo que traçaram. Se para efeitos de combate político convém dizer que é uma gestão corrente, assim o seja, mas uma coisa é certa, todos os Vendasnovenses olham para Vendas Novas hoje, olham para Vendas Novas em 2013 e veem diferenças abismais e isso, ninguém pode tirar.

332. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que vai à primeira ronda de dezassete perguntas, tentando ser o mais breve possível.
333. Em relação às intervenções da Membro Maria João Luz, a quem agradece e agradece a todos as questões que colocaram, independentemente dos moldes em que as fizeram ou com que intenção as fizeram, mas agradece as intervenções.
334. Referindo-se à Membro Maria João Luz, em relação à questão do PPI como disse e a questão dos documentos previsionais é profundamente diferente daquele que tinham para 2020. Uma das grandes diferenças tem precisamente a ver com a preparação e a previsão para anos seguintes em que a exigência é muito maior com o Sistema Nacional de Contabilidade da Administração Pública, do que era com o POCAL anteriormente, dando uma projeção que é feita para os anos seguintes de uma forma também ela diferente.
335. No que diz respeito aos bens de capital, aquilo que refere, obviamente que a Câmara Municipal não vai gastar dois milhões de euros em aquisições de terrenos ou em edifícios ou o que quer que seja. Não podem ficar só pelo resumo dos classificadores, onde estão as rubricas resumidas, têm depois de analisar o orçamento da receita e da despesa ao detalhe, mas é fácil de explicar isso em três ou quatro “bolos”, bastando falar apenas do PPI, não indo sequer ao orçamento diretamente.
336. Quase todas as obras de grande investimento têm como classificador outros bens de capital, nomeadamente, como exemplo, a Avenida Marechal Craveiro Lopes que tem um milhão e cem mil euros nessa classificação, estando aí só metade do valor que a Membro Maria João Luz questionava e que depois tem uma previsão para anos seguintes, em função dos projetos que estão inscritos em PPI, isso só para lhe dar um exemplo, mas poderia dar mais, porque todos os projetos depois têm esse classificador no detalhe, no desagregador, não podendo olhar só para o “bolo”.
337. Menciona que não têm nada a esconder, o classificador chama-se “outros” e, de facto, é aí que tem de estar. Estão a falar de obra, não estão a falar de nada que não seja palpável sequer.
338. Em relação ao que o Membro José Leitão questionou “que é impossível alcatroar as ruas todas com aquele valor”, menciona que o é. Sendo o valor possível e a intervenção possível numa gestão que querem que não vá além daquilo que é possível, até para a Câmara Municipal não entrar no rumo em que andava antes.
339. Menciona que sim, há muitas mais ruas e com essa responde também já ao Membro Ricardo Videira, há muitas mais ruas a necessitar de requalificação, mas o Orçamento Municipal não dá para tudo, a capacidade de endividamento que amealharam durante sete anos também não.
340. Foram àquelas onde a segurança é manifestamente inferior. A Estrada de Cabreia basta circular nela. Perdoem-lhe a rima, mas não é com sentido de humor, é com preocupação. É uma estrada que tem de ser requalificada, como a Avenida 25 de Abril que é uma das artérias mais importantes de circulação diária dos Vendasnovenses, muito badalada na Assembleia Municipal no ano anterior quando prepararam o Orçamento Municipal para 2020.
341. Foi feito ao longo do ano o projeto, como calculam não é só repavimentar é repavimentação e implementação de medidas da acalmia de tráfego e de redução de velocidades e não vai estar a apresentar o projeto, tendo gosto de o fazer chegar depois se for necessário, mas não é só lombas, tem a previsão de um duplo traço contínuo, tem a previsão de iluminação de passadeiras e com a colocação de olhos de gato em todas elas, sendo um conjunto de soluções que tecnicamente são aquilo que se quer quando se está a falar de uma artéria onde diariamente circulam se calhar umas centenas ou milhares de carros e onde transeuntes e veículos muitas vezes têm que coexistir e às vezes com problemas.
342. Em relação ao PPI definido e não definido, dirigindo-se ao Membro José Leitão, menciona que é de facto superior aos outros anos, como disse, tendo projetos prontos para avançar, estando a concluir alguns ainda, havendo Fundos Comunitários disponíveis para o efeito, era uma “tontice” não

aproveitar esse dinheiro e essas verbas estão em não definido, bem como as pavimentações que serão financiadas por empréstimos bancários e, portanto, essas verbas não constam do orçamento.

343. Só para se ter uma noção, dos dois milhões e seiscentos mil euros do PPI, sensivelmente um milhão é para a Avenida Craveiro Lopes e assim responde também ao Membro Custódio Vale de Gato que talvez tenha ouvido mal, é possível que tenha ouvido mal, não tenha estado com atenção que normalmente tem, duvidando que a Vice-Presidente Elsa Caeiro tenha dito que a Rua Craveiro Lopes ia para projeto, sendo que o projeto foi desenvolvido durante os últimos dois anos e meio, sendo um projeto complexo, com todas as especialidades, que foi concluído, já lançaram o concurso público, estando em fase de adjudicação de obra, não estão em fase de projeto. Só pode ser um lapso, não pode ser outra coisa a intervenção que fez.
344. Em relação às declarações de voto virem a conhecimento, refere que nunca tal foi prática da Câmara Municipal remeter as declarações de voto à Assembleia Municipal, as atas são públicas, estão no site da Câmara Municipal e basta ir consultar. Quem não tem acesso à internet, pode requerer e estão disponíveis para consulta, porque são documentos públicos, não lhe parecendo que seja uma mais valia para a Assembleia Municipal ter conhecimento das declarações de voto da Câmara Municipal, referindo que isso nunca foi prática no funcionamento orgânico.
345. Em relação às questões colocadas pelo Membro Custódio Vale de Gato “onde está o pau para bater no Ministro”, refere que nem lhe reconheceu essa expressão, pedindo desculpa, mas a elegância que costuma ter e, de alguma forma, a postura institucional é seu apanágio, caíram por terra nesse momento, mostrando-se dececionado, até porque se estava zangado com o Membro Valentino Cunha, não era com a sua pessoa certamente, não se revendo nessa expressão.
346. Refere que não fez “ameaças” nenhuma ao Senhor Ministro, quem é, um mero Presidente da Câmara Municipal para fazer “ameaças” ao Senhor Ministro. O que diz é que o Senhor Ministro assumiu um compromisso com Vendas Novas, com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas e tem que o cumprir. E, portanto, sim. Como o PSD requeria há uns meses atrás, há outras formas que têm de ser tomadas, o discurso tem de mudar de tom, mas não “batem” em ninguém. Obviamente que essa metáfora, essa figura de estilo que utilizou não é particularmente feliz, porque Vendas Novas sempre resolveu desde que é o Presidente da Câmara Municipal, os problemas sentando-se à mesa com os Governos e já passaram por três legislaturas. Uma primeira do PSD, uma segunda do PS e agora estão na terceira com o PS.
347. Permitam-lhe que diga que, se sentam à mesa para resolver os problemas, sendo alguns mais fáceis do que outros de resolver, aos poucos têm vindo a resolver as situações e isso é o mais importante.
348. Em relação ao PART não está resolvido. A situação técnica não foi apresentada pela CP e, no presente momento, estão obviamente, a analisar o que é possível de se fazer daqui em diante, sendo que o discurso tem de ser bem mais duro, não aceitam que os Vendasnovenses continuem a ser esquecidos numa questão como a presente, não são esquecidos em muitas outras, mas nesta estão a ser prejudicados. É essa a palavra e, sem problema nenhum, “levantará as bandeiras” de Vendas Novas, no presente caso, para dizer que o Senhor Ministro não cumpriu com a sua palavra, o Senhor Ministro assumiu um compromisso consigo, enquanto Presidente da Câmara Municipal e não o cumpriu, pelo menos até ao final do ano, tendo ainda aqui alguns dias para o cumprir, mas, até ao momento, não o cumpriu.
349. Seja pelos argumentos da CP, que os considera válidos do ponto de vista da CP e inválidos do ponto de vista dos utilizadores de Vendas Novas e, portanto, não quer saber das razões, mas querem porque acham que têm razão, querem o PART aplicado aos utilizadores de comboio no Concelho de Vendas Novas.
350. Sobre o preverem obras para mexerem no que estava bom e onde está mal não se mexe. Menciona que realmente a estrada das Piçarras está melhor, não está boa, mas está melhor. Ainda não está concluída. Mas digam às pessoas das Piçarras que não faz falta concluir aquela estrada. Digam às pessoas de Bombel que vivem naquelas ruas que estão a alcatroar ao fim de quarenta anos sem serem

pavimentadas que elas estão boas, digam às pessoas da Afeiteira que compraram as suas habitações que aquelas ruas em terra batida e com problemas de drenagem de águas, nomeadamente ali, estão boas, digam a quem vem de Cabrela para Vendas Novas e quem vai de Vendas Novas, para Cabrela se a estrada está boa e digam aos milhares de utilizadores da Avenida 25 de Abril, se é aquela a estrada que merecia ser descartada, apesar do PSD o ter defendido no ano anterior.

351. De todas as intervenções que estão previstas e que estão descritas na introdução, não sabe qual é que o PSD considera não prioritária, face a outras que também e, assume presentemente, são prioritárias, são importantes. Classificaram as presentes como as de intervenção prioritária. Estão a seguir um plano que é do Executivo, é político, é uma questão de opção. O PSD se não concorda que o diga na presente Assembleia Municipal qual era a estrada que não faria, porque o dinheiro não dá para mais e, portanto, para fazer umas coisas e não outras, têm de dizer o que é que não faziam, deixando o desafio lançado ao PSD para dizer quais os projetos do PPI que não faziam, para fazer mais estradas ou no caso, qual das apresentadas é que não era prioritária, gostava de o saber e os Vendasnovenses também.
352. Em relação à intervenção do Membro Custódio Vale de Gato sobre os Julgados da Paz, não disse que estava para breve e pede desculpa, mas disse que tinham dado passos em 2020, no sentido de chegar a um acordo na CIMAC, Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e que todos os Municípios tinham dito já o que é que pretendiam dessa rede que vai ser criada dos Julgados da Paz.
353. Chegaram ao final do presente ano com esse compromisso em reunião de levar para a frente esse projeto. Agora é preciso quantificar, perceber do funcionamento de uma coisa que não têm e, esse trabalho está a ser feito pela CIMAC, diretamente com a Direção Geral de Políticas da Justiça e, portanto, não disse que está para breve. Sabe que essa é a estratégia do PSD dizer coisas que às vezes não dizem e depois voltar atrás e andar a pegar naquela palavra precisa que se disse e não era aquilo que se queria dizer.
354. Para ficar bem claro presentemente, não o disse que estava para breve, disse que os trabalhos tiveram desenvolvimento e, esperam que em 2021 vir a ter, não disse que estava para breve.
355. Em relação à intervenção do Membro Ricardo Videira sobre o Estatuto da Oposição em que não foram apresentadas as linhas gerais do orçamento. Refuta já essa ideia e em próximos anos vai fazer questão de o gravar. Disse na introdução, no momento em que reuniram, aquilo que disse na introdução na presente Assembleia Municipal. O contexto foi apresentado ao PSD e foi apresentado à CDU. Em nenhum ano de reuniões com o Estatuto da Oposição apresentou os projetos em PPI e os projetos em PAM. Destacou eventualmente, um ou outro que queriam lá pôr, mas nunca fez essa apresentação até porque e pede desculpa consideraria uma deselegância total para com o Órgão Câmara Municipal que tem a obrigação de o aprovar.
356. Menciona que não poderia dar conhecimento do orçamento aos Partidos da Oposição antes de os apresentar aos Vereadores que estão eleitos no Órgão Câmara Municipal.
357. Aquilo que faz é apresentar um contexto de elaboração do orçamento, antes de ele ser elaborado e, foi isso que fizeram no presente ano, apresentou, disse, falou da pandemia, falou daquilo que era o enquadramento que falou presentemente na Assembleia Municipal e, só não falou dos projetos porque na altura não estavam definidos. Estavam a elaborar o orçamento e quiseram saber o que é que os Partidos da Oposição tinham para propor e para incluir e, pede presentemente, esse louvor ao PSD de ver dentro desse orçamento, parte das suas ambições, dos seus projetos apresentados porque estão praticamente lá todos e, era importante também, ouvir isso da parte do PSD, porque quando apregoam que são sérios e que estão cá pela positiva também é importante dizer que sim, o PSD e o PS continuam alinhados numa visão em termos de projetos, não em termos de política em geral, têm as suas diferenças e ainda bem que as têm, já as tinham no mandato anterior quando estavam juntos na Câmara Municipal.
358. Sobre a cidadania ativa, o Orçamento Participativo 2021 foi retirado da Câmara Municipal a revisão ao Regulamento que tinham anunciado e irá à futura reunião de Câmara Municipal e irá à Assembleia Municipal a alteração ao Regulamento e vai avançar em 2021, fica o compromisso já e essa pode-o

escrever, vai avançar em 2021 até porque já concluíram as obras que estavam atrasadas em relação às edições anteriores do Orçamento Participativo.

359. Em relação aos veículos elétricos, menciona que a Câmara Municipal há pouco tempo instalou, como devem ter reparado, os primeiros carregadores elétricos no Concelho de Vendas Novas, não tendo sido feita ainda a inspeção e, portanto, estão à espera da inspeção para os poder disponibilizar ao público e, isso não invalida que não tivessem todos os anos, em função do plano de renovação de frota que têm, tentado perceber se era vantajoso ou não, pela tipologia de veículos que têm na Câmara Municipal e que precisam para os serviços, ter elétricos.
360. Refere que aquilo que o Executivo está a ponderar, diz ponderar e, não está em orçamento no PPI, estará diretamente ao orçamento é eventualmente um *renting* de viaturas ligeiras, porque elas fazem muita falta aos serviços, nomeadamente, aos encarregados, por exemplo, ou para formação, ou para situações de deslocação dentro da própria Cidade e, portanto, não faz sentido estar a renovar a frota e ir comprar com combustíveis fósseis, quando um elétrico serve perfeitamente e, nesses casos concretos e é isso que estão a avaliar a possibilidade do *renting* que ainda poderá vir a ser mais vantajosa quando têm cada vez menos mecânicos e têm mais problemas de fazer reparações dentro das oficinas da Câmara Municipal, mas é uma questão que está em avaliação, embora isso saia da rubrica de aquisição de serviços, não sai do PPI na compra.
361. Em relação ao Plano de Pormenor do Parque Industrial, não sabe se a Vice-Presidente, Elsa Caeiro, depois quer adiantar alguma coisa, mas não tem uma classificação dentro do orçamento também, porque está a falar-se em trabalho técnico de revisão e, para rever um Plano de Pormenor como todos calcularão, não há só trabalhos externos, não há só equipas especializadas que tenham de contratar, há uma base inicial que tem de ser feita pelo Executivo e, portanto, iniciando esses trabalhos em janeiro, porque não os começaram ainda, ou em fevereiro, dar-lhes-á tempo se for necessário e se conseguirem prever que em 2021 ele está concluído e precisam de equipas externas, podem prever a inclusão da revisão ao Plano de Pormenor, dentro da revisão orçamental feita em abril.
362. Menciona que não está previsto na presente fase, porque até lá, até pensarem em adquirir serviços externos, têm muito trabalho interno para fazerem dentro da Câmara Municipal por isso não o colocaram devidamente identificado dentro do PPI.
363. Em relação à rede viária já respondeu. Em relação aos passeios, sim, é um problema que se tem e o Membro Ricardo Videira sabe que o Executivo abriu um concurso para calceteiro recentemente. O processo deve de estar em fase de conclusão e chegaram ao final do processo com duas pessoas, ou seja, duas pessoas concorreram para esse lugar. É de facto difícil conseguir arranjar pessoas que venham ou que queiram vir para a Função Pública, com o que se recebe na Função Pública, para fazer esse tipo de trabalho, quando no privado ganham o dobro ou o triplo.
364. Menciona que a Câmara Municipal tem, nos seus quadros de pessoal, um conjunto de pessoas que fazem das “tripas coração”, permitam-lhe a expressão, todos os dias para fazerem o melhor possível, a remendar os problemas de uma rede de águas que é velha e que gera roturas e as roturas geram os buracos que têm de abrir muitas vezes quer no alcatrão, quer nos passeios e têm vindo a resolvê-los, não com a velocidade que querem, mas muitas vezes porque não podem e, tecnicamente, a compactação das terras antes da reparação é essencial para que não haja deformações *à posteriori*, mas não é aceitável um ano para reparar uma calçada, está totalmente de acordo e se tivessem mais cinco, seis, sete pessoas talvez o conseguissem resolver.
365. O que podem equacionar e o que vão equacionar é eventualmente, fazer um processo fora para resolver as situações de maior dimensão e que sejam mais prementes. No entanto, não está previsto no orçamento essa aquisição de serviços externos porque para já, têm como disse, um calceteiro a entrar muito em breve para a Câmara Municipal, eventualmente dois, logo se avaliará e a ideia é que se melhor obviamente, porque uma pessoa a trabalhar trinta e cinco horas por semana, sempre faz muito trabalho. Uma pessoa fará certamente diferença na equipa que, no presente momento, tem duas pessoas, sendo por aí que vão.

366. Em relação ao PART, anúncio feito pelo PS, menciona que o PS não anunciou nada e, no presente caso, pede desculpa ao Membro Ricardo Videira, mas foi mesmo o Presidente da Câmara Municipal. Foi eleito pelo PS, foi, com muito orgulho, sem vergonha absolutamente nenhuma, mas não foi o PS que anunciou que iria ter o PART. O Presidente da Câmara Municipal, depois de uma reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas, disse aquilo que tinha sido o resultado da reunião que era francamente positivo, porque houve um compromisso assumido que vai ser em princípio, ainda faltam alguns dias, que não vai ser cumprido por parte do Governo, lamentavelmente, e vão ter de mudar de discurso.
367. O Membro José Leitão deixa umas pequenas notas em relação às variadas intervenções, nomeadamente dizer ao Membro Valentino Cunha que ele se preocupa muito com a dívida da CDU, mas preocupa-se pouco com os diversos Governos que não cumpriram a Lei das Finanças Locais e, conseqüentemente, ficaram a dever dinheiro às Autarquias Locais, a todas elas, independentemente da força partidária.
368. Aí já não há problema, eles continuam inclusivamente, a Lei das Finanças Locais, por exemplo, no ano passado não foi cumprida e isso já não tem problema, o que há problema é com as dívidas que as Autarquias contraem para dar resposta, sem meios financeiros, às necessidades das populações, esse é que é o problema. Cada um vê as coisas do lado que acha que deve ver.
369. Agradece ao Membro Custódio Vale de Gato por relembrar aquilo que a CDU tem sempre usado todos os anos e como o Senhor Presidente da Câmara Municipal achou que estavam a ser repetitivos, acabou por não usar que era estarem perante uma gestão corrente por parte da Câmara Municipal.
370. A CDU tem dito desde há muitos anos, desde que o PS entrou para a Câmara Municipal, que estão perante orçamentos de gestão corrente, os projetos arrastam-se de 2016 para 2017, de 2017 para 2018, de 2018 para 2019, enfim *ad eternum, ad eternum* não porque está convencido que o PS não se aguentará muito mais tempo à frente da Câmara Municipal, mas isso é outra questão.
371. Refere que a CDU e o Partido Comunista Português congratulam-se com a preocupação com o Julgado de Paz e com o Programa do PART que permitirá às pessoas ficarem com algum dinheiro na compra do passe social para transporte de comboios.
372. Relembra que essa, contrariamente ao Partido Socialista e ao PSD, é uma posição que a CDU já apresenta na Assembleia da República, há cerca de vinte anos, ou seja, os Julgados de Paz não é nada que o PS ou o PSD tenha sugerido agora, lembrando-se perfeitamente em que a CDU estava nos anos noventa, ainda o Vereador João Teresa Ribeiro, que está presente na presente Assembleia Municipal era Presidente da Câmara Municipal e não só os Julgados de Paz, mas também, o reclamar a existência de um Tribunal da Comarca de Vendas Novas, que por sinal era votado contra sempre em orçamento de Estado pelo PSD e pelo PS.
373. Por isso é bom não se esquecerem desse passado, evidentemente que se congratulam com a nova postura por parte desses Partidos.
374. Em relação à “vodka com laranja”, o Membro Valentino Cunha não beba muito disso que deixa uma dor de cabeça um bocado grande e assim baralha os números com os alunos lá na Faculdade.
375. Dizer por fim que, o problema do alcatroamento das ruas, aqui não está o problema do alcatroamento das ruas, está o problema em dizer-se que se vai alcatroar a rua tal, quando depois o que se vai alcatroar é uma parte dessa rua. E essa é a informação que não chega. Porque muitas vezes se está a dizer que se vai alcatroar uma rua que tem, por exemplo, seiscentos metros e fazem só cinquenta metros e isso, quanto à Bancada da CDU não é correto, não faz sentido fazer esse tipo de afirmações.
376. Por isso têm sempre, também na Informação à Assembleia Municipal, prezado que ela seja muito mais explícita e mais concreta e não seja um conjunto de generalidades, precisamente porque isso induz as pessoas em erro.

377. Porque alcatroar a Avenida 25 de Abril, possivelmente, custará muito mais do que o dinheiro que a Câmara Municipal tem no presente momento em orçamento para as ruas que pretende alcatroar em Vendas Novas, incluindo a estrada de Cabrela e o troço nas Piçarras. Só a Avenida 25 de Abril possivelmente, desde a rotunda da Santa Casa da Misericórdia até ao fundo, só que tivesse que alcatroar essa rua, a verba que tem inscrita em orçamento, não chegava para esse trabalho.
378. Menciona que por isso tem de se ter um bocado de cuidado quando passamos a informação. Sabe que é agradável sempre meter nos Boletins Municipais a dizer que se vai fazer isto e se vai fazer aquilo sem se precisar nada, mas, não é correto e, pelo menos para a Assembleia Municipal parece-lhe mesmo que não é nada correto fazer isso.
379. No Boletim Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal fará aquilo que acha que deve de fazer e aí podem ter algumas discordâncias e cada um utilizará os meios de comunicação social que tiver ao seu dispor e que tiver capacidades para utilizar, para denunciar as situações. Agora para a Assembleia Municipal não parece correto que o faça.
380. Dirige-se à Presidente da Assembleia Municipal dizendo que espera que seja a sua última intervenção sobre o presente ponto visto que já são 22.23h, não que seja uma pessoa que se deite muito cedo.
381. O **Membro Custódio Vale de Gato** agradece a palavra. Menciona que procurará ser breve, só para repor algumas imprecisões que o Senhor Presidente da Câmara Municipal acabou de proferir.
382. Primeiro, começa por lhe retribuir as agradáveis referências à sua posição institucional e, é um facto, que procura ser sempre correto e, nunca qualquer das suas palavras procura atingir pessoas, mas sim, atingir ideias.
383. A expressão que utilizou do “pau” e não o vai retirar é uma figura de estilo porque é uma resposta a um documento que o PSD teve acesso, enviado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal em que diz que está cansado de ter essas promessas do Senhor Ministro das Infraestruturas e se, não vierem as respostas a ser positivas, terá de utilizar medidas mais duras.
384. E, portanto, se calhar, não com a felicidade e com a capacidade dialética do Senhor Presidente da Câmara Municipal, não terá sido tão feliz a dar os seus parcos recursos em termos dialéticos não são equivalentes, ou, não foram suficientes para ser tão elegante, mas crê que a intenção não era ser deselegante, era apenas chamar a atenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal que prometeu que, caso não fossem concretizadas as promessas que tinham sido feitas, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal iria tomar medidas mais duras.
385. Ora, como já era a segunda vez que prometia medidas mais duras, elas têm de ir sempre endurecendo e, naturalmente ocorreu-lhe, de facto, essa forma de estilo. Por outro lado, a capacidade do Senhor Presidente da Câmara Municipal de dar a volta às questões é reconhecida, mas isso não transforma as realidades.
386. No que tem a ver com a estrada, o que disse não foi que as estradas estavam boas, o que disse foi, está a fazer-se intervenções em vias, e não foi em estradas, foi em vias, que estão em razoável estado de conservação, em detrimento de se fazerem em outras que estão piores. Isso foi o que disse e não o que o Senhor Presidente da Câmara Municipal “pôs na sua boca”.
387. Portanto, essa correção faz toda a diferença, não vale a pena estar a acicatar as populações dessas zonas contra o PSD, porque o PSD nada tem contra elas, pelo contrário, e já deu provas disso que quando é necessário defender as zonas mais afastadas da Sede do Concelho, lá está e diz presente.
388. Se calhar, é por isso que a Escola da Landeira, por exemplo, vai agora ter uma intervenção. Se calhar, é por isso também, que o amianto das escolas também foi mais rapidamente, porque, de facto, é essa a função da oposição. Ninguém os pode levar a mal de chamar à atenção para problemas reais, criando pressão e é essa a sua função sobre os decisores.

389. Menciona que isso não tem nada de mal e não tem ninguém de se sentir minimizado ou ofendido por causa de sofrer esse tipo de pressões.
390. Por outro lado, em relação às declarações da Senhor Vice-Presidente, Elsa Caeiro, crê que está certo naquilo que ouviu. Se não estiver, pede desde já presentemente desculpa. Mas o que ouviu, para além disso, foi que o projeto de reabilitação do pavimento da Avenida Craveiro Lopes teria ainda um longo processo, que passaria, nomeadamente, por ter um projeto, por ter depois os valores aceites pelo Tribunal de Contas, por ter um crédito bancário aprovado e, que tudo isso somado, seriam timings e está de acordo com isso, não está a desmentir, está plenamente de acordo que tudo isso leva o seu tempo, tem os seus timings da decisão e, portanto, a obra levará tempo até poder estar em condições de poder ser iniciada.
391. Quando se está a tentar passar a ideia que a Avenida Craveiro Lopes em 2021 fica completamente reabilitada. Essa não será naturalmente a expectativa, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que sabe que está a abanar a cabeça dizendo que não, mas também não está a dizer que o disse, o que está a dizer é que pode ficar essa ideia e a ideia que quer enfatizar é que a obra se for começada, só será começada lá para o fim do ano ou coisa assim parecida. Assume as despesas desse vaticínio, mas para que também os cidadãos Vendasnovenses não fiquem com ideias que podem fugir à realidade.
392. Menciona o que queria era fazer essas precisões e nada mais que isso, sem querer criar qualquer tipo de problema, agradece.
393. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Menciona que começando pelo fim, com as intervenções que assistiram quer do Deputado Valentino Cunha, quer do Senhor Presidente da Câmara Municipal, dá a ideia que em alguns momentos que a CP não é uma empresa pública como o Membro Valentino Cunha sempre tanto preza e que não foi nomeada pelo Partido Socialista a respetiva administração, porque foi.
394. A desculpa relativamente à CP é uma desculpa que tem de ser gerida com a Tutela e o Senhor Presidente da Câmara Municipal está a fazer muito bem em pressionar a Tutela, sendo esse precisamente o seu papel e estão absolutamente solidários com o Senhor Presidente da Câmara Municipal nesse seu papel.
395. Dizer que não anunciou na qualidade de Membro do Partido Socialista, mas anunciou na qualidade de Presidente da Câmara Municipal já duas vezes a aplicação do PART em Vendas Novas no caso ferroviário e nas duas vezes não foram cumpridas.
396. A primeira, anunciou na Landeira, numa Assembleia Municipal em setembro de 2019, em vésperas das Eleições Legislativas e a segunda anunciou em setembro de 2020 nas redes sociais do Município. Para a Bancada do PSD, independentemente disso, o que importa é que se concretize o mais rapidamente possível e, por isso mesmo, reiteram aquela que é a sua expectativa relativamente aos Deputados do Partido Socialista para que quando o PSD levar a votos na Assembleia da República um projeto de resolução para que essa solução se aplique à linha ferroviária do Alentejo, o Partido Socialista vote favoravelmente essa mesma proposta que já deu entrada e que será votada, esperam, muito brevemente.
397. Relativamente às observações “vodka laranja”, dirigindo-se ao Membro Valentino Cunha refere-lhe que quando a razão estiver do lado da CDU ou de qualquer outro Partido, o PSD irá acompanhá-los naquilo que acha que está correto, agora não vão estar do contra simplesmente porque é um Partido diferente do seu, não fazendo parte do espírito da Bancada do PSD.
398. E refere que já menciona com o que é que concordam e com o que não concordam no orçamento do Partido Socialista, se é esse o repto que o Membro Valentino Cunha lhes faz.
399. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, dizendo que não tem o dever, nem o direito de fazer esse tipo de repto à Assembleia Municipal. Referindo que o Senhor Presidente da Câmara

Municipal está presente para prestar contas sobre o orçamento do Executivo e não para desafiar a Assembleia Municipal e os representantes dos outros Partidos, a apresentar aquilo que é o dever do Senhor Presidente da Câmara Municipal, apresentar o Orçamento Municipal, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal.

400. Refere ainda que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não fez o enquadramento que fez em 2019, na reunião do Estatuto da Oposição e que não cumpriu a lei e passa a citar aquilo que diz a lei “a lei prescreve que os Partidos Políticos representados nos Órgãos Deliberativos das Autarquias Locais e que não façam parte dos correspondentes Órgãos Executivos ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta imediata pelo exercício de funções executivas têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e Planos de Atividade”.
401. Referindo que não conhecendo as propostas, nem os Planos de Atividades, não se podem pronunciar sobre eles, sendo isso que aconteceu e, o enquadramento que o Senhor Presidente da Câmara Municipal fez e reconhecerá e agradecem que gravem nas próximas sessões, se for Presidente da Câmara Municipal, serão naturalmente, não foram da mesma forma que em sessões anteriores.
402. Dito isso e, feito esse enquadramento, importa voltar àquilo que é realmente importante que é o orçamento. Aquando do debate para o orçamento 2019/2020, o PSD apresentou divergências relativamente às opções políticas que a maioria Socialista na gestão da Câmara Municipal vem seguindo. Não fala da gestão corrente, mas sim da visão que têm para o futuro do Concelho e dos meios, dos mecanismos, das iniciativas e das ações que a Câmara Municipal deve promover, no sentido de tornar Vendas Novas um Concelho cada vez melhor para se viver, trabalhar ou visitar.
403. O orçamento e os demais documentos provisionais que lhes são apresentados, são de tal forma previsíveis, que se não fosse o empolamento que decorre do número de obras que o Executivo pretende executar no último ano de mandato, assentaria em qualquer outro ano desse mandato, era igual.
404. Menciona que apesar de, ao contrário daquilo que procuram fazer passar para a população, o PSD acompanha a Câmara Municipal em investimentos como o Parque Escolar, a Avenida 25 de Abril, a Startup ou a comparticipação de medicamentos para idosos, entre outros.
405. Agora, o facto da votação do orçamento é feita na generalidade e não ponto a ponto, o que lhes leva a um exercício abrangente e que está fundamentado na visão de futuro da Bancada do PSD e não no ponto-a-ponto, como tentaram fazer passar para a opinião pública no ano passado, é completamente diferente.
406. Refere que é um orçamento sem rasgo, é um orçamento sem ambição e cujas opções refletem uma Câmara Municipal que está conformada e sem capacidade de catapultar Vendas Novas para uma dinâmica diferente, para uma dinâmica de crescimento e que lhe dê índices de desenvolvimento ainda superiores àqueles que têm.
407. Menciona que dão exemplos disso mesmo. Ao contrário do que seria de esperar, depois da aprovação, por unanimidade, de uma iniciativa do próprio Partido Socialista que não era mais do que uma réplica do tema abordado pelo PSD no discurso em 7 de setembro de 2019, em que se lançou o repto para o desenvolvimento de apoios para a natalidade, não se identificam alterações de fundo nos incentivos à natalidade, apenas medidas avulsas e pontuais, quando a população de Vendas Novas vem caindo.
408. O valor fixado pela Câmara Municipal para comparticipação das famílias nas atividades de apoio à família continua a ser desajustado, na opinião da Bancada do PSD, da realidade social do Concelho. Reiteram a posição assumida em 2018 defenderam a redução do valor dessas mensalidades.
409. Para a Bancada do PSD é inaceitável que não se realizem desde já alguns investimentos, mesmo que provisórios, que tenham como fim assegurar a segurança de quem circula nos passeios e estradas do Concelho de Vendas Novas, como são os casos da Rua José Francisco Fragoso e da Avenida da Misericórdia.

410. Relembra que também falaram dessas Avenidas no ano passado, à semelhança do que foi falado para a Avenida 25 de Abril e para a Avenida da Misericórdia. Não falaram de investimentos de fundo, mas investimentos que permitam minimizar os riscos, mitigar o problema que é grave. A não priorização do desenvolvimento urbanístico do centro da cidade, em detrimento de outros centros ou vias complementares em que os investimentos terão um período de retorno maior.
411. Menciona que, não sabe se vão a tempo de salvar o centro histórico que se consolidou ao longo de décadas e que está a desvanecer ao longo dos anos e o exemplo dessa falta de priorização é o facto da Câmara Municipal estar a apontar um investimento de um milhão e seiscentos mil euros na presente fase para a Avenida Marechal Craveiro Lopes, em detrimento do centro da Cidade.
412. Refere que não estão contra o investimento na Avenida Marechal Craveiro Lopes, mas nas prioridades o centro da Cidade tinha que estar primeiro.
413. A ausência de uma política de investimentos prementes, a Câmara Municipal anda ao sabor dos Fundos Comunitários e não de uma estratégia de desenvolvimento do Município a curto e médio prazo que possam gerar mais emprego, a vinda de mais empresas para o sector estratégico, que gerem uma dinâmica na economia e de crescimento que se fixem novos residentes e que gerem mais receitas. É um ciclo vicioso positivo que é preciso existir em Vendas Novas.
414. Para o PSD, o investimento tem que estar centrado na educação, na qualificação, na saúde e a centralidade, nas pessoas e nas empresas.
415. A ausência de um plano de manutenção de longo prazo, preventivo e contínuo que garanta a melhoria das condições dos edifícios e infraestruturas municipais, dos quais também se incluem estradas e os passeios que acabaram de referir, onde os buracos e as necessidades de reparação muitas vezes se arrastam meses a fio.
416. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e aos Senhores Deputados Municipais menciona que é mais um orçamento que não acrescenta o valor que Vendas Novas merece e precisa, o que se traduzirá em mais um ano perdido, pelo que terá naturalmente o voto contra da Bancada do PSD.
417. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Menciona que pretende fazer uma intervenção não muito longa, aliás só de alguns segundos, mas vê-se agora obrigado a tomar mais algum tempo dos colegas.
418. Em primeiro lugar, dirige-se ao Membro José Leitão que lhe parece que no presente dia não estão em sintonia, como têm estado em algumas Assembleias Municipais, o que lamenta profundamente, apesar de ter feito, julga, um honesto e justo reconhecimento da CDU ao longo dos primeiros anos da democracia do poder local em Portugal.
419. Em segundo lugar, uma palavra à Membro Maria João Luz, no sentido de as suas palavras iniciais não foram, obviamente, com intenção de ofensa à sua pessoa e, se foi o caso, pede desculpa por isso. Apenas quis sublinhar que, de vez em quando é preciso e, acha que foi isso que estava como raiz da mudança que viram em 2013 na gestão do Município, que é preciso jovialidade no pensamento, achando que a jovialidade e a idade da pessoa não é necessariamente a idade que se tem no cartão de cidadão. É a idade que se tem mental.
420. Portanto, a jovialidade também depende da criatividade das iniciativas e de como se pode dar uma nova ambição ao Município. Não foi, de todo, algum tipo de ofensa com a sua pessoa por quem tem todo o respeito.
421. Por fim, dizer que isso de estar na oposição é uma facilidade muito grande porque se pode prometer tudo, já que não se tem de pagar as promessas que se fazem e resta saber também onde é que o PSD iria cortar, porque só falam de aumento de despesa, certamente, ou compensavam por aumento de

receita e aí não sabe se estão a falar num aumento das taxas de IMI, ou se estão a falar de cortes na despesa.

422. Se calhar, estão a falar de cortes na despesa, porque sucessivamente o PSD tem vindo a dizer que os gastos com o pessoal, com os trabalhadores da Câmara Municipal são demasiado elevados e a questão que deixa é que será que por ser ano de eleições já não falam daquilo que foi sempre o argumento da Bancada do PSD, que queriam cortar nos gastos com o pessoal, ou seja, despedir pessoas ou diminuir salários. Será que é por ser orçamento para 2021 que esquecem a promessa que tantas vezes fizeram nas reduções dos orçamentos passados.
423. A **Membro Maria João Luz** menciona que era para lembrar ao Senhor Presidente que não lhe respondeu, talvez por sua culpa, a uma pergunta que acha que é pertinente no balanço previsional, na coluna de 31 de dezembro de 2021, está previsto um valor negativo de trinta e dois mil seiscentos e vinte e três, trinta e três euros em financiamentos obtidos, pelo que gostava do esclarecimento.
424. Referindo-se ao Membro Valentino Cunha que realmente se sentiu ofendida, porque anda na moda o síndrome dos “grisalhos”, mas refere que os grisalhos podem ter uma mente muito mais jovem que a do Membro Valentino Cunha, tudo depende do que se quiser fazer ou não em benefício de Vendas Novas e, por si, Vendas Novas pode contar com o seu trabalho.
425. O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra e agradece a todos os Membros que fizeram as suas questões e observações.
426. Em relação ao Membro José Leitão, não sendo uma pergunta para a Câmara Municipal, mas colocando-o em causa, “o PS não aguenta muito mais tempo à frente da Câmara Municipal”. Essa observação faz-lhe lembrar duas intervenções a que assistiu quando estava na oposição, uma dirigida a si por um Membro da CDU e outra dirigida ao Membro Ricardo Videira que está na presente Assembleia Municipal, mas que anteriormente já lá estava. Dirigida a si, a dizer que ele não seria ninguém e ao Membro Ricardo Videira que não iria longe profissionalmente, sendo um ataque daqueles que são desajustados.
427. Dirigindo-se ao Membro José Leitão, menciona que não depende do mesmo, nem o PS depende do Membro José Leitão para continuar à frente da Câmara Municipal, depende dos Vendasnovenses, por isso pede perdão, mas não o admite.
428. Sobre o alcatroar as ruas tem razão, não explicou porque achou que não seria necessário. Menciona que a Estrada de Cabrela será a extensão toda do Concelho de Vendas Novas. A Avenida 25 de Abril tem razão, não é toda, do cruzamento do talho da aldeia, não sabendo se o Membro José Leitão sabe onde é até à Rua Luís António Firmino não será alcatroado, ou seja, aquele troço de rua que vai do Talho da Aldeia não será. Entre rotunda a rotunda será alcatroado. Está no projeto, está feito e está nas verbas que estão previstas para o efeito, pensa que não há muitas mais dúvidas e está esclarecido. De facto não é toda, a Avenida 25 de Abril começa na rotunda da Artilharia e vai até ao cruzamento da Rua Luís António Firmino, porque faz ali aquela curva no Talho da Aldeia. Pede desculpa o preciosismo, é de rotunda a rotunda. Da rotunda da Artilharia à rotunda dita do Continente, porque para baixo já está alcatroada. Foi feito no mandato anterior pelo PS e pelo PSD, que estavam à frente dos destinos da Autarquia e fica por fazer o troço do Talho da Aldeia até à Rua Luís António Firmino.
429. Na Afeiteira, pensa que não há dúvidas. É o bairro e a rua lateral do Grupo Desportivo e Recreativo da Afeiteira. Na Landeira é a ligação da estrada que foi no presente ano, requalificada da entrada norte até aos Nicolaus, de ponta a ponta. Bombel é toda a Rua de Santo António, não é só uma parte, é toda. E nas Piçarras é o troço que falta pavimentar até à Nacional 4, um quilómetro e trezentos metros que falta pavimentar.
430. Pede desculpa pela precisão, mas são de facto todas as ruas que estão detalhadas, com exceção da Rua 25 de Abril que tem depois aquela curva que leva até à Rua Luís António Firmino, em que esse troço não está previsto no próximo ano, tendo toda a razão.

431. Dirigindo-se ao Membro Custódio Vale de Gato menciona que dispensa debates linguísticos ou de capacidade de eloquência. Não disse no ofício ao PSD que estava cansado do debate com o Senhor Ministro. Calcula que não estava no ofício que endereçaram à Senhora Presidente da Assembleia Municipal que foi depois remetido ao PSD, em resposta a um requerimento, que estava cansado. Felizmente não padece desse mal e dispensa debates linguísticos com o membro Custódio Vale de Gato, embora em outros contextos goste muito e, goste particularmente de terem os seus debates, achando-os interessantes.
432. A questão de terem opiniões diferentes, sim, o mundo democrático não vive sem oposições e o executivo valoriza, embora algumas das opiniões do PSD vindas a público estavam previstas e todas alinhadas. Até agora não há nenhuma que possa dizer que não há até uma sequência política daquilo que foi o mandato em que teve o prazer de ter o PSD ao seu lado na Câmara Municipal e, portanto, há um alinhamento, só não havia naquela altura a disponibilidade de verbas que têm hoje felizmente, para poder começar a fazer, embora leve muito tempo, de facto, como dizia, porque não dá para tudo ao mesmo tempo, vai-se fazendo.
433. Em relação à Rua Craveiro Lopes pensa que há uma confusão e passa a palavra à Senhora Vice-Presidente Elsa Caeiro, não havendo problema nenhum, para ela esclarecer, mas a entrevista que deu foi em resultado da aprovação em reunião de Câmara Municipal do empréstimo para as pavimentações para 2021 e não para a Rua Craveiro Lopes.
434. A Rua Craveiro Lopes está em concurso público já, sendo que essa vai levar um ano e meio, sendo a previsão de obra de um ano e meio e disso também não podem acusar de ser obra para as eleições, que não é. É uma obra estrutural, numa artéria importantíssima do Concelho que é o tempo de concretização de um ano e meio, esperando que em janeiro possam estar com o procedimento concluído.
435. Agora, a Senhora Vice-Presidente, Elsa Caeiro, falou das pavimentações para o ano de 2021 e daí talvez a confusão tenha sido essa.
436. Em relação à questão do Membro Ricardo Videira do anunciar do PART, menciona que não anunciou o PART. Enquanto Presidente da Câmara Municipal, a Câmara Municipal o que faz é dar os resultados de reuniões que tem com o Ministério daquilo que lhes é transmitido. Nesse caso, sente-se mais defraudado do que o PSD, sendo que a expectativa que tinha era que se a situação estivesse resolvida efetivamente e, não o está, até ao presente dia.
437. A previsibilidade do orçamento e a falta de estratégia dos investimentos, menciona que é uma crítica que não assume e, esclarecendo, que é essa a sua função na Assembleia Municipal, agradecendo por o recordarem, a falta de estratégia.
438. Menciona que elaboraram no mandato anterior, curiosamente com o PSD, foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano que é onde assenta toda a política de investimentos do Município desde 2015 até ao presente.
439. Refere que estão a falar do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, aquilo que foi um documento fundamental que será até 2023, no caso de investimento na urbe de Vendas Novas. Um documento estratégico feito a par e passo entre o PS e o PSD, é no presente criticado pelo próprio PSD, dizendo que não há estratégia nos investimentos, sendo que é esse plano que estão a seguir, sem qualquer sombra de dúvida.
440. Cita que também concorda com o Membro Ricardo Videira numa coisa. É um investimento no Centro Tradicional de Vendas Novas, não histórico porque não têm um Centro Histórico, têm um Centro Tradicional, mas o investimento no Centro Tradicional é premente e, é por isso, que no presente orçamento têm a continuidade do projeto de execução para essa obra.
441. Só que essa obra, segundo as estimativas técnicas, assenta numa ordem de grandeza de perto de quatro milhões de euros e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, PEDU, tinha no Quadro

Comunitário três milhões e qualquer coisa, quatro milhões sensivelmente. Portanto, ou faziam essa obra e não faziam mais nada ou davam vida e condições a vários espaços da cidade que consideraram fundamentais, até porque, volta a frisar, o Quadro Comunitário encerra agora, as candidaturas tinham de estar prontas agora e não iam ter um projeto como o do Centro Tradicional pronto a tempo e horas para o presente Quadro Comunitário, iriam perder tudo, apostando numa única obra.

442. Portanto, a decisão foi fácil e foi, de facto, alinhada com a estratégia que definiram.
443. Em relação à Rua Craveiro Lopes não ser prioritária é uma opinião. Para o executivo é prioritária. É uma rua importantíssima do casco antigo da cidade que depois continua pela Rua Custódio Janeiro Santana e que, também terá de ser intervencionada a médio prazo.
444. Menciona que só gostaria de perceber uma questão. O PSD tem um conjunto de opções, o PS tem outras. Enquanto Presidente da Câmara Municipal apresenta um orçamento que lhe parece equilibrado e, de alguma forma, alinhado com aquela que é a estratégia que o PS tem vindo a seguir para o futuro do Concelho, estratégia essa que não é nova, já vinha atrás, apesar de já ter sido sufragada em 2017 novamente.
445. A questão é que para fazerem uma coisa não conseguem fazer outra. O orçamento e a receita é aquela e, para fazer e seguir as opções do PSD, por isso é que fez aquela observação, teriam de abandonar algumas das obras que tinham na estratégia do executivo.
446. Sendo muito franco com os Membros, a Rua Francisco Fragoço precisa, a Rua da Misericórdia precisa e, no presente momento, consideraram prioritária a Avenida 25 de Abril e a Estrada de Cabrela, no caso e as outras, porque consideram que essas ruas no presente têm mais trânsito e isso é fundamentado. É a opção do executivo, não é a do PSD. Calcula que o PSD não deixaria de fazer a Avenida 25 de Abril, também calcula que não deixaria de fazer a Estrada de Cabrela, só não percebe onde é que iam ao dinheiro para fazer o resto. De facto, não há dinheiro para fazer o resto e o orçamento que apresentam é profundamente equilibrado.
447. Em relação à questão da Membro Maria João Luz pede que lhe indique a página em que isso está, porque ainda não identificou o que pretende. Pede desculpa à Presidente da Assembleia Municipal, mas, de facto, não consegue identificar, nem perceber o que é que a Membro Maria João Luz quer.
448. A **Membro Maria João Luz** refere que no Balanço Previsional, no final do exercício a 31 de dezembro de 2021, no passivo, financiamentos obtidos tem, em negativo, trinta e dois mil e seiscentos e vinte e três, trinta e três euros, querendo saber a que se refere isso.
449. O **Presidente da Câmara Municipal** solicita à Senhora Presidente da Assembleia Municipal um pouco de tempo para tentar saber com os serviços, mas presume que tenha a ver com o financiamento de projetos comunitários que não receberam, mas vai tentar confirmar e já informa, se o permitirem.
450. A **Presidente da Assembleia Municipal** dá permissão ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Solicita aos Membros que se centrem mesmo no ponto, porque já estão no presente ponto há duas horas. Sabe que é um ponto muito importante, mas ainda têm mais pontos pela frente.
451. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Menciona que não têm feito outra coisa a não ser centrar-se no presente ponto.
452. Começando pela intervenção do Membro Valentino Cunha, menciona que mente. Mente ao dizer que o PSD quer despedir funcionários da Câmara Municipal, convidando-o a provar essa afirmação. Porque o PSD, em momento algum, fez esse tipo de afirmação e fica-lhe muito mal vir induzir, na presente Assembleia Municipal e quem os escuta em casa, com esse tipo de afirmações. Não corresponde à verdade.
453. O que o PSD diz e tem dito sempre é que é importante haver implementação de medidas que torne mais eficientes os serviços da Câmara Municipal e que equilibre aquilo que é o rácio entre os gastos

com o pessoal que a Câmara Municipal tem, que é um dos mais elevados do país. Não é nada mais nada menos do que isso, implica melhorar a formação das pessoas, automatizar processos, mas não falaram em despedir ninguém, nem em diminuir recrutamento.

454. O Membro Valentino Cunha, na sua opinião, deveria retratar-se na presente Assembleia Municipal, porque afinal de contas, ficou gravado essa sua observação que não lhe ficou nada, mas nada bem e também dizer-lhe o seguinte, que também lhe fica muito mal utilizar com frequência os trabalhadores da Câmara Municipal para “atacar” os Partidos da Oposição. Não lhe fica bem esse tipo de observações.
455. Não lhe parece que os trabalhadores da Câmara Municipal gostem de ser “armas de arremesso” político da sua Bancada contra os outros Partidos que, pelo menos da parte do PSD, respeitam os trabalhadores da Câmara Municipal, como julgam que todos os Deputados Municipais presentes e que foram também eleitos por esses mesmos trabalhadores, o devem fazer.
456. Dizer também ainda uma última coisa, a única coisa que vai reduzir no próximo ano efetivamente é o número de Membros eleitos da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, porque a população vem diminuindo, porque como disse há pouco, há uma falta de investimento e desenvolvimento a nível da natalidade e do crescimento da população de Vendas Novas que os vai conduzir a isso, sendo a única poupança que vão ter em termos de pessoal.
457. Posto isso e, não contava em fazer mais nenhuma intervenção, apenas ripostar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente à questão do Plano Estratégico.
458. O PSD não se desvia do Plano Estratégico, o PSD mantém as linhas do Plano Estratégico. Aquilo que o PSD defende é que há investimentos mais importantes e que devem de ser feitos primeiro do que outros e, para o PSD, antes de se fazer a Rua da Estação, antes de se fazer a Avenida Marechal Craveiro Lopes, em primeiro lugar deveria ter estado o Centro da Cidade e depois viriam os outros investimentos. É aqui uma das opções de investimento precisamente que teriam para esse ano. Não investiriam este ano esses montantes na Avenida Marechal Craveiro Lopes, investiriam em outros locais.
459. No fundo são opções, não cabe à Bancada do PSD elaborar o orçamento, cabe-lhes aprová-lo ou não, criticá-lo, ajudar a construí-lo, mas, no fundo, as opções são políticas, como o Senhor Presidente diz e bem, respeitam-nas, mas não os obriguem a concordar com elas, porque a visão da Bancada do PSD e as suas prioridades seriam diferentes.
460. Volta a dizer, não quer dizer que essa obra não seja importante, mas não seria uma prioridade para o ano de 2021.
461. O Presidente da Câmara Municipal respondendo à Membro Maria João Luz refere que tem a ver com a mobilização do empréstimo que pediram para as pavimentações do presente ano, com uma parte da verba que não foi mobilizada, ou seja, que não foi necessária porque quando pediram o empréstimo era para um “bolo” estimado de valor de investimento, ou seja, imagine que as pavimentações tinham uma previsão de quinhentos mil euros, mas depois foi a concurso público e ficou abaixo desse valor. O que quer dizer que a Câmara Municipal não mobilizou o valor todo que estava previsto. Pelo menos foi a informação que acabou de obter por parte dos técnicos do Município.
462. O Membro Valentino Cunha agradece a palavra. Refere que foi dito de uma pesquisa muito rápida que está nas atas, na discussão do orçamento para 2019, que o Membro da Bancada do PSD, não fazendo questão de especificar quem é, achando que não vale a pena, diz que “refere como aspeto que está ligado outro ponto que estiveram a analisar e que gostava de enfatizar porque compromete os compromissos do Município com o futuro e que resulta e, está a citar, de um ponto que irá analisar de seguida e que tem a ver com a admissão de mais pessoas para a Câmara Municipal”.
463. Refere que “o que está a dizer é que é preciso que se tome consciência que há um acréscimo de responsabilidades futuras por estar a falar de admissões de pessoal para o futuro que transforma os

custos relativos com pessoal em cerca de mais de 4% ou até pouco mais, porque os custos que estão inscritos não dizem respeito ao ano inteiro, ou seja não pressupõe a admissão de pessoas logo em janeiro, mas sim no trimestre a seguir, estando inscritos apenas  $\frac{3}{4}$  dos custos relativos ao pessoal”

464. Ou seja, existe aqui uma crítica que já não é nova, à evolução dos custos com pessoal e daí a sua questão, porque os custos com o pessoal evoluem ou aumentam em duas vertentes: ou aumentam em número de pessoas ou aumentam em número de salários.
465. Ao querer estar-se a limitar e, isso foi o que disse há minutos atrás, ao querer estar-se a limitar e a criticar os custos com pessoal, a dizer que são muito elevados, que pesam muito na estrutura da Câmara Municipal, então só pode ter duas conclusões, ou que se quer reduzir o número de trabalhadores ou, que se quer cortar salários, porque só dessa maneira é que se mantêm ou reduzem os custos com pessoal e isso parece-lhe que é uma conclusão óbvia para uma frase que citou de uma Assembleia Municipal.
466. Pede que o corrijam se alguém achar que está errado, mas só se mantêm ou reduzem gastos com pessoal quando a trajetória é de valorização salarial, se reduzirem o número de trabalhadores ou se reduzirem os salários. Só assim a massa salarial diminui.
467. Pensa que a mentira não está do seu lado.
468. O **Membro Ricardo Videira** refere que o Membro Valentino Cunha bem se esforçou, mas a mentira é indistigável.
469. Menciona que o PSD nunca defendeu despedir pessoas da Câmara Municipal. Volta a dizer e, aquilo que disse anteriormente é mentira, o PSD não defende o despedimento de ninguém. Porque se o tivesse feito o Membro Valentino Cunha certamente teria colocado isso “cá fora”, o Partido Socialista, ou até os próprios sindicatos da Câmara Municipal, ou a própria CDU. Isso não faz sentido nenhum, nenhum. Acha que qualquer pessoa no seu perfeito juízo não faria esse tipo de observação, achando que até lhe fica mal voltar ao tema e voltar a usar os trabalhadores da Câmara Municipal, como muito respeitam, como arma de arremesso político contra o PSD.
470. Não é isso que está em causa, as observações que foram feitas têm a ver com o rácio com os gastos com o pessoal e o total do orçamento da Câmara Municipal e o que está em causa são questões de eficiência e nunca esteve em causa a intenção do PSD, nem em reduzir salários e muito menos despedir alguém.
471. O **Membro Valentino Cunha** intervém só para dizer duas frases muito sintéticas, a primeira é que se nota algum nervosismo na resposta do PSD, porque sabe aquilo que disse nas Assembleias Municipais passadas e que está escrito nas atas, de qual é fácil retirar a conclusão que retirou, bastando estudar um pouco de matemática para se perceber essa conclusão e, em segundo lugar é que o Partido Socialista está sempre focado na valorização salarial dos trabalhadores. Acha que isso é uma justa reivindicação e, que durante muitos anos não houve uma real valorização e, nesse aspeto, o PS não tem qualquer problema em defender aquilo que são os direitos dos funcionários da Câmara Municipal que muito orgulho têm que trabalhem para a Cidade de Vendas Novas com o mérito e a dedicação que fazem todos os dias.
472. O **Membro José Leitão** deixa só uma nota de rodapé em relação à questão de pessoal, falarão no ponto a seguir, não vale a pena estar a falar agora. A CDU tem algumas questões sobre esse ponto. Dizer, no entanto, que teve um bocado que não esteve em frente ao computador e ouviu que em 2021, a Câmara Municipal irá levar a cabo o Orçamento Participativo, espera não estar enganado e que tenha sido isso que tenha sido dito.
473. No entanto, aquilo que vê nos documentos previsionais para 2021 é que o Orçamento Participativo não consta, nem sem verbas, nem com verbas, pura e simplesmente não consta e gostava de ser esclarecido sobre isso.

474. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Sem mais demoras, responde ao Membro José Leitão, mas por lapso seu, não passou a palavra à Senhora Vice-Presidente, Elsa Caeiro, sendo que já frisou duas vezes que ela podia esclarecer o Membro Custódio Vale de Gato, embora tenha feito o melhor que pôde, pelo que lhe passa a palavra.
475. A **Vice-Presidente, Elsa Caeiro** esclarece que na última reunião de Câmara Municipal, se é essa a que se refere, quando falou para a Rádio Granada não falou na Avenida Marechal Craveiro Lopes. Realmente, a Avenida Marechal Craveiro Lopes foi a reunião de Câmara, porque foi lançada a empreitada e foram colocados esclarecimentos, mas esse projeto já foi desenvolvido durante os anos anteriores, está o projeto de execução para a empreitada e inclusivamente foram as alterações ao projeto à última reunião de Câmara.
476. Trata-se de um investimento de cerca de um milhão e seiscentos mil euros, a empreitada de um milhão e quatrocentos mil euros mais iva, ao qual acresce a fiscalização do projeto.
477. Menciona que o projeto está totalmente desenvolvido, ou seja, será implementado agora, sendo que a obra se prevê que tenha um ano e meio, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu, mas em momento nenhum falou sobre esse projeto, logo a seguir à reunião quando fez a entrevista para a Rádio Granada.
478. Na entrevista para a Rádio Granada, estava a referir-se às pavimentações e o que explicou foi que o que foi à reunião da Câmara sobre as pavimentações foi o montante do empréstimo que ia ser pedido e que o empréstimo só tinha vindo a reunião de Câmara nesse momento, porque antes estiveram a desenvolver os projetos. Só com o desenvolvimento dos projetos conseguiram perceber qual é que era o montante dessas intervenções e só depois de se apurar esse montante, poderia ser pedido o empréstimo e que depois esse procedimento ainda terá de ser validado pelo Tribunal de Contas. Foi a essas questões que se referiu quando falou para a Rádio Granada, não sobre a Avenida Marechal Craveiro Lopes, mas sim sobre as diversas pavimentações.
479. Acrescenta uma outra questão em relação ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha falada há pouco e que o Membro Ricardo Videira tinha colocado em causa a questão da requalificação do Centro Tradicional de Vendas Novas.
480. Menciona que a requalificação do Centro Tradicional de Vendas Novas é para o executivo realmente estratégica, está como o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse, inscrita no Plano de Desenvolvimento Urbano Sustentável desde 2015 e estão a desenvolver esse projeto de intervenção, mas como o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse, quando aprovaram as verbas para o Plano Estratégico que são financiadas através dele, não existia verba suficiente para poderem fazer essa intervenção já. No entanto, não deixaram de começar a desenvolver o projeto, o projeto está em desenvolvimento e é uma intervenção prioritária para o executivo.
481. Tanto o é que esse projeto já está considerado na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial que está a ser desenvolvida no presente e que considera as intervenções até 2027.
482. Acrescenta também que, considerando que o Centro Tradicional de Vendas Novas é essencial para tornar Vendas Novas mais atrativa, também aprovaram uma área de reabilitação urbana que considera diversos tipos de apoios aos particulares que venham a intervir nessa zona. Por isso, essa zona em momento algum ficou esquecida e é para o executivo realmente estratégico.
483. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra e agradece à Senhora Vice-Presidente, Elsa Caeiro o esclarecimento.
484. Em relação ao Orçamento Participativo, só dar informação ao Membro José Leitão, não consta dos mapas financeiros, porque não tem previsão de despesa no próximo ano, ou seja, o Orçamento Participativo decorre em duas fases distintas: uma primeira em que se abre à comunidade e em que se recebem propostas da comunidade, que se enquadram tecnicamente ou não ao abrigo de um

- Regulamento que está no presente a ser revisto e que virá à Assembleia Municipal e depois são inscritas no orçamento do ano seguinte, ou seja, o impacto financeiro será em 2022, não em 2021.
485. O **Membro José Leitão** concluindo que se tem o Orçamento Participativo em 2022, não se tem em 2021, basicamente é isso. Só para a coisa ficar correta, porque diz que vai haver Orçamento Participativo em 2021 e afinal não vai, o que vai haver é em 2022, havendo todo um procedimento inicial em 2021 para depois se concretizar esse orçamento em 2022.
486. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Dirigindo-se ao Membro José Leitão, menciona que nada mais errado, sendo uma visão super redutora de um projeto crucial de participação cívica. A parte mais importante do projeto não é obviamente a parte administrativa, burocrática e financeira de enquanto decorrem as obras ter o dinheiro inscrito nos documentos previsionais. A parte mais importante dos projetos é o apelo que fazem às populações para que consigam dar a sua visão para o seu bairro, para a sua rua e esse processo decorre todo no ano de 2021.
487. A parte mais rica de todo o Orçamento Participativo decorre precisamente durante o ano 2021 e não durante o ano 2022, que é a consequência dessa riqueza que é ouvir as pessoas e, portanto, não pode concordar em nada com o que o Membro José Leitão disse.
488. O Orçamento Participativo será uma realidade em 2021, naquilo que é a sua melhor parte que é a Câmara Municipal despende do poder que tem, colocando-o nas mãos das pessoas e, portanto, essa parte é fundamental e isso vai acontecer em 2021. A consequência dessa colocação de poder nas mãos dos municípios, acontece sim em 2022.
489. O **Membro José Leitão** menciona que só para concluir que é sabido da posição a CDU em relação ao Orçamento Participativo e, conseqüentemente, não é uma preocupação com a CDU o Orçamento Participativo, achando que quando as pessoas se apresentam às eleições autárquicas, apresentam um programa eleitoral e, conseqüentemente, é nesse e, como diz agora em linguagem futebolística, é focados nesse programa eleitoral que devem estar centrados e não depois em *fait divers* como consideram que o Orçamento Participativo acaba também por alimentar.
490. Refere que além do mais foi uma prática utilizada durante muitos anos e que hoje se se olhar para aquilo que vai ser falado, há muitas poucas autarquias no presente a utilizarem essa figura do Orçamento Participativo, mas agradece a explicação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.
491. Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 4, tendo sido **deliberado, por maioria, com 15 votos a favor (PS) e 6 votos contra (4 da CDU e 2 do PSD), aprovar as demonstrações previsionais do Município de Vendas Novas para 2021, designadamente: Orçamento e Plano Orçamental Plurianual, incluindo relatório, mapa resumo da receita e despesa, mapas de receita e despesa e normas de execução; Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividade Municipal; Demonstrações Patrimoniais Previsionais.**
492. O **Membro José Leitão** apresenta em nome da Bancada da CDU uma Declaração de Voto rápida. (Anexo 25/20)

#### **5.º Ponto – PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA 2021**

493. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
494. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Menciona que em relação ao Mapa de Pessoal para 2021, acrescenta que, para além dos postos de trabalho que já estão ocupados, têm um conjunto de concursos públicos a decorrer para ocupar vagas do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal.
495. No total vão ter, depois de aprovado o Mapa de Pessoal em Assembleia Municipal, trinta e seis lugares a preencher, como está bem detalhado na informação, não prevêm ocupar os trinta e seis, porque há

lugares que estão reservados a pessoas que estão em comissões de serviço ou em mobilidade em outros organismos da Administração Pública, nomeadamente nas Câmaras Municipais e aquilo que é a previsão do Município é incluir esses concursos que estão já lançados e optar por uma vaga de substituição direta de todos os trabalhadores que se aposentem durante o ano de 2021. Por cada saída, uma entrada e não mais que isso, sendo a altura da estabilização do Mapa de Pessoal.

496. O **Membro José Leitão** menciona que antes de se adiantar mais, dizer que na página dois do documento o mesmo apresenta uma gafe, porque diz trinta e oito postos de trabalho vagos, não são trinta e oito, são trinta e seis, pode-se depois concluir um pouco mais à frente e também na divisão operacional, mesmo nos quadros descritivos das divisões a alínea d) diz: “um lugar a preencher reservado a assistente operacional com vínculo com o Município a exercer outras funções em comissão de serviço e outro, com contrato de trabalho a termo resolutivo certo”.
497. Referindo que depois se vai ver à alínea d) e os lugares que lá estão a preencher é só um, não são dois, por isso não sabe, devendo ter havido uma gafe, não sendo coisa de monta, mas só alertar para isso que há um desfaseamento.
498. Menciona que há outro pormenor que gostava de ser esclarecido, é que no documento, o assunto é Proposta de Mapa de Pessoal para 2021 e logo ao virar da folha de rosto, aparece-lhes uma proposta de orçamentação e gestão das despesas com pessoal para 2021. Questiona se isso foi um lapso e enviaram isso por lapso, referindo que não tem mal, tudo bem, ou se isso está incluído no ponto da Proposta de Mapa de Pessoal. É que se for assim estão a votar duas propostas: uma que é a Proposta de Mapa de Pessoal e a outra que é a Proposta de Orçamentação e Gestão das Despesas com Pessoal em 2021, pedindo para ser esclarecido sobre isso.
499. A **Presidente da Assembleia Municipal** questiona o Senhor Presidente da Câmara Municipal se quer já responder.
500. O **Presidente da Câmara Municipal** responde que se não houver mais intervenções dos Membros pode responder já, se houver, responde no fim.
501. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que não.
502. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que a orçamentação também veio no documento por uma questão de considerarem que o documento era mais equilibrado e transparente, embora a competência da orçamentação não seja da Assembleia Municipal, mas sim da Câmara Municipal, ou seja, o que se está presentemente a votar é o Mapa de Pessoal para 2021, vem para conhecimento daquilo que a Câmara Municipal aprovou em termos de orçamentação, sendo, no fundo, uma competência única e exclusivamente da Câmara Municipal, vindo em anexo porque acompanha e enquadra o Mapa de Pessoal. A competência da Assembleia Municipal é só a aprovação do Mapa para 2021.
503. O **Membro José Leitão** sendo assim, agradece desde já o esclarecimento, por isso está resolvido qualquer dúvida sobre o que estão a votar.
504. Aquilo que primeiro queria dizer é que a Bancada da CDU assiste, no momento, estando a falar a partir do presente ano, a uma nova realidade na Câmara Municipal. Ou seja, em 2020, a Câmara Municipal passou a ter quinze pessoas com contrato de trabalho a termo e em 2021, pressupõe ter dezasseis pessoas com contrato de trabalho a termo e pressupõe também ter em 2021 mais dezoito pessoas, além dos dezasseis, com contrato de trabalho a termo.
505. Ou seja, contrariamente a 2020, em 2019/2018 em que não havia trabalhadores com contrato de trabalho a termo na Câmara Municipal, voltam a ter essa prática, isso já para não falarem em anos anteriores, dos contratos de trabalho no fundo a termo, que são contratos de trabalho a prazo. As pessoas até poderão estar em contrato de trabalho a termo durante um determinado tempo, mas depois deverão ser realizados os concursos no sentido de estabilizar a vida dessas pessoas, independentemente quanto aos salários aliás como a Bancada da CDU considera e, como foi dito há bocado são muito baixos.

506. Para a Bancada da CDU era uma questão que era importante que é a questão da precariedade laboral na Câmara Municipal.
507. Também dizer que, na análise do documento do Mapa de Pessoal e no orçamento, não encontraram algo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha assumido com a Bancada da CDU ou com a CDU na reunião que teve do Estatuto do Direito da Oposição que foi a aplicação de uma figura que existe na lei de contrato de trabalho em funções públicas da opção gestonária.
508. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse, na altura, que iria aplicar e não disse só aí, disse-o também em outras reuniões com o Sindicato e a realidade é que depois o que se deparam é que para 2021, essa figura não aparece inscrita no orçamento, gostando de ser esclarecido sobre essa situação.
509. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra e a intervenção do Membro José Leitão.
510. Menciona que sobre a nova realidade da Câmara Municipal, nova, até se voltar a uns aninhos atrás, porque com o PS à frente dos destinos da Autarquia e mesmo com o PS e o PSD, não fizeram contratos porque, de facto, as contratações foram praticamente nulas durante os primeiros anos do mandato. De facto, os contratos a termo são fundamentados com o acréscimo em alguns serviços daquilo que é o considerado normal e, é nessa base que eles são enquadrados.
511. Sobre a precariedade nem sabe se deve comentar ou não, referindo que o Membro José Leitão tem coragem de falar em precariedade vindo da CDU que, à frente dos destinos da Câmara Municipal, fez o que fez a trinta e três trabalhadores que ainda andam em tribunal por causa disso e depois do que fazia com as Juntas de Freguesia em que as pessoas estavam a contrato com a Câmara Municipal e depois passavam para a Junta de Freguesia e depois novamente para a Câmara Municipal com contrato, questionando o Membro José Leitão se tem coragem em falar em precariedade, referindo que estão a falar de contrato de trabalho que têm um termo e que quando justificável, continuarão e ficarão no mapa de pessoal, não estão a falar daquilo que era a prática corrente e, pede desculpa, não admite vindo da CDU que quando esteve na Câmara Municipal sabem bem o que fizeram.
512. Sobre a opção gestonária, de facto, é como disse. Nas reuniões com a Oposição aconteceram num momento e depois foram evoluindo e depois chegaram ao momento final. A opção gestonária não está prevista para o próximo ano, tal como não esteve prevista para o ano corrente. Foi lapso seu na reunião que teve com a oposição, porque tinha informação contrária que tinham previsto para o ano 2020 e não tinham. Já não o previram para 2020, porque, entretanto, foi descongelada a progressão nas carreiras dos trabalhadores da Função Pública e a opção gestonária tem regras bem claras e reconhece com toda a humildade que não as conhecia, até à reunião técnica com os serviços.
513. O **Membro José Leitão** dirige-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo que já é a segunda vez que diz que “não admite”, fica-lhe bem, mas não adianta de nada.
514. Menciona que a opção gestonária o Senhor Presidente da Câmara Municipal não a aplica se não quer, não é por haver progressão dos trabalhadores no presente na Administração Pública que não a aplique. Se quiser aplica-a, se não quiser não a aplica, já há Câmaras Municipais que a aplicaram, a Câmara Municipal de Seia aplicou-a no ano passado a opção gestonária, por isso, não vale a pena estar a arranjar desculpas esfarrapadas.
515. Sobre a questão da precariedade laboral no tempo da CDU também diz que, por exemplo, em 2010, a CDU estava na Câmara Municipal e não tinha nenhum trabalhador a termo e havia duzentos e sessenta trabalhadores na Câmara Municipal. Certamente não tem memória disso, mas havia duzentos e sessenta.
516. Depois a evolução foi para aí em 2014, duzentos e vinte e sete; 2015, duzentos e vinte e dois; 2016, duzentos e catorze; 2017, 2006, 2005 e 2014, há esse declínio e sabem o porquê, depois sobe em 2020 para duzentos e vinte e três e depois a seguir, em 2021, apresenta duzentos e doze trabalhadores, ou

seja, esse é dos números mais baixos que se tem nos últimos anos, de trabalhadores na Câmara Municipal e face à realidade e àquilo que se conhece são, quanto à Bancada da CDU, insuficientes.

517. Isso conjugando com os baixos salários e com a situação de precariedade que os contratos a termo e outro tipo de precariedade como os recibos verdes, que infelizmente a Câmara Municipal tem alguns trabalhadores em recibos verdes, nomeadamente, na área dos técnicos superiores.
518. Consideram que não é um bom caminho e é um caminho que deve ser evitado, não estando a dizer que esse é o caminho que a Câmara Municipal pensa seguir, para isso precisavam de uma perspetiva mais longa para poder concluir alguma coisa sobre isso, mas a realidade é que ele está lá. É assim e o Senhor Presidente pode informar a presente Assembleia Municipal de, se tiver a informação, de quantos trabalhadores tinha a recibo verde há dois anos na Câmara Municipal e quantos trabalhadores tem na presente data a recibo verde na Câmara Municipal e, esses trabalhadores são muito mais do que eram anteriormente.
519. E pode dizer que, sim senhora, há motivos porque houve trabalhadores que saíram em mobilidade, como é evidente e, sabe disso, no caso dos arquitetos e afins, mas a realidade é que também não demora assim tanto tempo a avançar com um contrato a termo para colocar um trabalhador em vez de lhe estar a pagar um vencimento que é um vencimento inferior àquilo que ganha, por exemplo, um técnico superior no início da carreira.
520. O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradece a palavra. Refere que o Membro José Leitão quando apertado “foge para terrenos de conforto” e em que sabe que estão ambos de acordo, referindo que concorda com o Membro José Leitão quanto aos salários, que as pessoas deviam ganhar mais e concorda na generalidade da segunda parte da sua intervenção, mas recorda-o que em 2010, essa flutuação de trabalhadores na Câmara Municipal é justificada com a transição de todas as pessoas que faziam as varreduras para a Junta de Freguesia. Havia uma prática instalada, que não era só em Vendas Novas, acontecia também na Landeira, das pessoas fazerem contrato com a Câmara Municipal durante um ano renovável pelo período máximo e depois transitarem para as Juntas de Freguesia.
521. Estava na oposição na altura e, recorda-se bem que era uma das coisas com que se debatiam e ainda por cima vindo de uma gestão comunista que se apregoava de defender os trabalhadores e, portanto, uma coisa não inviabiliza a outra.
522. Acha que quando defendem uma coisa devem de a praticar e tenta ser coerente naquilo que são as decisões que toma e, no presente caso concreto, deve dizer que, é verdade que resolveram muitas questões de precariedade na Câmara Municipal até com mecanismos do próprio Estado e isso foi sabido.
523. Também é verdade que, nos últimos dois anos, saíram pessoas de um momento para o outro da Câmara Municipal que os deixaram “descalços” e tiveram de recorrer, de facto, a aquisições de serviço para garantir que a Câmara Municipal continua a prestar os serviços até conseguirem resolver as situações que estão agora em resolução.
524. No caso dos arquitetos está um concurso aberto, a questão do gabinete jurídico está um concurso aberto, porque houve um dos colaboradores que pediu mobilidade e, permita-lhe uma visão mais humanista, quando um colaborador não reside em Vendas Novas, pede mobilidade por questões familiares ou por questões de natureza pessoal é um pouco difícil dizer que não, quando estão a impactar a vida das pessoas e, aqueles dois casos concretos de que se está a lembrar com alterações nas vidas familiares e as pessoas pediram mobilidade para as Câmaras Municipais onde residiam. Tiveram essa oportunidade e porque, de facto, o executivo foi sensível a isso.
525. Causou-lhes um problema que foi colmatado com a aquisição de serviços até os concursos públicos, venham eles a dar o que vierem, estarem resolvidos. Mas falando de precariedade é um pouco difícil vindo de quem fazia o que fazia e a prova está em que dos trinta e três colaboradores que estavam no célebre processo que ainda decorre em tribunal, muitos deles estiveram nessa circunstância durante anos a fio. Estiveram anos a fio em situações precárias na Câmara Municipal e, à pressa quis-se

- arranjar uma solução que depois deu asneira e, portanto, aquilo que consideram é que as pessoas não devem de ser assim usadas.
526. De alguma forma, o acréscimo de trabalhos justifica os contratos a termo. Avaliarão e consolidarão aquela que é a resposta que a Câmara Municipal precisa de dar e, aí sim, abrirão contratos por tempo indeterminado.
527. O **Membro José Leitão** refere que são três notas. A primeira em relação à questão de que o Senhor Presidente da Câmara Municipal falou sobre os trabalhadores irem para a Junta de Freguesia, menciona que não percebeu qual era o argumento, dando de barato.
528. A segunda questão em relação aos trinta e três trabalhadores, dizer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que essa foi a solução encontrada para resolver a situação de um conjunto de trabalhadores que estavam na Câmara Municipal e, não é, de forma alguma, dar como garantido que a Câmara Municipal tenha cometido alguma ilegalidade, de tal forma que o processo ainda continua a correr e enquanto não houver a decisão final do tribunal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal também não poderá estar feito juiz já a condenar a CDU por uma prática que tentou salvaguardar os direitos desses trinta e três trabalhadores.
529. Por fim, dizer que parece que se têm trabalhadores em mobilidade e essa mobilidade é solicitada, em vez de recorrer à figura de recibo verde, era bastante mais salutar abrir um contrato a termo para contratar pessoas em vez do recibo verde, sendo essas as questões que pensa que seriam razoáveis de se fazer.
530. Em relação ao programa que o Senhor Presidente da Câmara Municipal falou, felizmente resolveu a situação de muitos trabalhadores, o PREVPAP (Programa de regularização extraordinária de vínculos precários) como sabe isso foi uma proposta apresentada pelos sindicatos e que teve a participação do PCP/CDU na Assembleia da República, como proposta e que conseguiu resolver o problema de alguns milhares de trabalhadores no país que viam a sua vida a arrastar-se nas Autarquias e não só, por exemplo, no Ministério da Educação, que andavam a arrastar a sua vida em situações completamente precárias e que não faziam sentido nenhum.
531. Aquilo que notam hoje é o voltar à existência de muito trabalhador precário porque os trabalhadores existentes hoje nas Autarquias continuam a ser insuficientes para o trabalho que as Autarquias têm e a solução é recorrer ao trabalho precário e isso é um problema que os Autarcas vão ter que resolver. Discutivelmente, a Associação Nacional de Municípios Portugueses tem de pôr mão e tem de pôr cobro nessa situação que é assumir competências e não contratar as pessoas.
532. Pensa que esse é um caminho errado e que vai trazer graves problemas no futuro nas autarquias locais e às populações locais na prestação de um serviço de qualidade aos municípios.
533. O **Presidente da Câmara Municipal** menciona que a Câmara Municipal, no caso dos trinta e três trabalhadores, o tribunal já decidiu. Houve erro administrativo grave, não só porque o Órgão que tutela e que tem competência para aprovar, não o aprovou que é a Assembleia Municipal e isso já se deu como provado, não há grande história.
534. Em relação aos contratos a termo em vez dos chamados recibos verdes ou comissões de serviço, o contrato de termo obedece a um procedimento de seleção, não é imediata a resposta e, em casos em que ficaram sem arquitetos de repente na Câmara Municipal, só para dar o exemplo, era impossível abrir um procedimento que leva meses mesmo assim. Portanto, o procedimento para contratação a termo também tem processo de seleção, é um concurso e, sendo um concurso leva tempo e, portanto, a opção da aquisição de serviços enquanto agora decorrem os concursos é esse o motivo e é mesmo temporário.
535. O **Membro José Leitão** refere que não era para falar, mas não pode deixar em branco aquilo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse sobre a situação dos trinta e três trabalhadores e da decisão do tribunal, menciona que não decidiu, senão, não havia o direito a recurso. Houve duas

instâncias no tribunal que decidiram de determinada forma e, no presente momento, houve recurso para uma terceira instância, consequentemente a decisão não está fechada e, não se pode afirmar que o tribunal decidiu.

536. O Senhor Presidente da Câmara Municipal ao dizer que o tribunal decidiu, está a induzir as pessoas que estão a ouvir de que a situação acabou, mas não, o processo continua a correr, foi para o Supremo Tribunal Administrativo, salvo erro e, está a aguardar decisão e enquanto não haja decisão do supremo e caso não haja hipótese de haver outro recurso, qualquer uma das partes que estão constituídas no processo, o processo não acaba.
537. Por isso, não se pode dizer que o processo já foi decidido. Não, houve decisão em primeira instância com direito a recurso, em segunda instância houve novamente uma decisão com direito a recurso, em terceira instância que é onde está agora poderá haver uma decisão e pode haver novamente recurso, por isso ainda não há uma decisão final e antes disso, haverá outras figuras possivelmente na lei que irão permitir solucionar essa situação, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal sabe e que a Bancada da CDU irá dar o contributo, só aguardam a data para o fazer.
538. Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 5, tendo sido **deliberado, por maioria, com 15 votos a favor (PS), 4 votos contra (CDU) e 2 abstenções (PSD), aprovar o Mapa de Pessoal para 2021.**
539. O **Membro José Leitão** apresenta em nome da Bancada da CDU uma Declaração de Voto. (Anexo 26/20)

#### **6.º Ponto – RELATÓRIO DE REVISÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS DO 1.º SEMESTRE DE 2020**

540. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução, referindo que o mesmo é só para conhecimento.
541. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Menciona que com o justificativo que tinha sido enviado *à posteriori*, normalmente é em setembro que trazem o relatório, não foi possível a revisora o fazer, vem agora, dando conta que até ao final do primeiro semestre, tudo corria normalmente naquela que era a gestão rigorosa dos dinheiros da Câmara Municipal, um conjunto de recomendações que são basicamente semelhantes às do ano anterior, com uma novidade que é o devido acompanhamento à implementação do Snc-Ap – Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas que está no presente momento a ser feito pelos serviços da Câmara Municipal e já enquadra os documentos previsionais que acabaram de aprovar há pouco e que é a única novidade no presente relatório.
542. Toda a tendência aponta para um cumprimento integral de todas as normas no final do ano 2020 de acordo também com aquela que é a expectativa do executivo, sendo de facto só para conhecimento.
543. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

#### **7.º Ponto – PROPOSTA DE MANUTENÇÃO, NO ÂMBITO DE INTERVENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, DE COMPETÊNCIAS ENQUADRADAS NO DECRETO-LEI 57/2019, QUE CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS**

544. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 7.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
545. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Menciona que, como é do conhecimento geral, da entrada em vigor do decreto-lei 57/2019, que determinava a transferência de competências das Câmaras Municipais para as Juntas de Freguesia e, entrando em vigor de forma definitiva, as

- competências passariam a ser das Juntas de Freguesia de forma definitiva a partir de 1 de janeiro de 2021.
546. Da avaliação e do trabalho que foi feito com as duas Juntas de Freguesia, Vendas Novas e Landeira, perceberam que há um conjunto de competências que estão descritas no decreto-lei n.º 57/2019, que as Juntas de Freguesia já têm por delegação e que, no fundo, são enquadradas pelos contratos interadministrativos de delegações de competências.
547. Há, no entanto, um pacote de competências que não é possível com a estrutura orgânica das Freguesias, com o histórico que não têm, passarem a ter e, portanto, de comum acordo com as Freguesias, a Câmara Municipal decidiu manter sobre a sua alçada aquelas que normalmente já eram suas e que não eram alvo de delegação de competências e é essa a proposta que trazem presentemente, apesar da Câmara Municipal se ter pronunciado a competência de decisão é da Assembleia Municipal decidir se essas competências passam para as Juntas de Freguesia ou ficarem na alçada da Câmara Municipal.
548. Só a título informativo, posta a proposta à aprovação dessa decisão é enviada para a DGAL a comunicação e inicia-se um trabalho que esperam o mais depressa possível, que conta ver tudo fechado, para trazer rapidamente à Assembleia Municipal que será o enquadramento das competências que transitaram para as Juntas tem de ser quantificada. É um trabalho que não é muito difícil também, uma vez que já há histórico, estando a falar de varreduras, no caso da Junta de Freguesia de Vendas Novas, estando a falar de varreduras, de manutenção de mobiliário urbano, pequenas reparações na Escola Básica da Landeira, no caso da Freguesia da Landeira.
549. Menciona que é fácil quantificar o peso estrutural dessas competências para depois serem comunicadas à DGAL, porque daqui em diante, a transferência é direta, ou seja, tendo as Juntas de Freguesia já essas competências é a DGAL que transfere o dinheiro para as Juntas de Freguesia e não o Município e, portanto, de alguma forma importa enquadrar o presente assunto, referindo que não são contra a transferência das competências, as Juntas de Freguesia também não o são. No entanto, tem de se perceber e foi esse trabalho que foi feito previamente, se há ou não capacidade de assegurar com eficácia e com eficiência, desde a primeira hora e, portanto, para já a proposta que o executivo faz é essa.
550. O **Membro José Leitão** refere que tinha uma questão e o Senhor Presidente da Câmara Municipal já falou sobre isso que era o início dos trabalhos de apuramento dos recursos necessários para a execução das competências.
551. Uma das coisas que a Bancada da CDU tem solicitado já de muitos anos era essa avaliação dos recursos e o Senhor Presidente da Câmara Municipal já disse que já começaram a fazer o apuramento. Esperam tomar conhecimento desse apuramento e ainda bem que assim é para que a proposta da descentralização de competências não seja de descentralizar verbas para outros objetivos, mas aqueles que são definidos enquanto as competências.
552. Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 7, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 15 votos a favor (PS) e 6 abstenções (4 da CDU e 2 do PSD), **aprovar**:
- 1) a **manutenção, no âmbito de intervenção do Município, de todas as competências referidas no art.º 2.º do DL 57/2019, de 30 de abril, com as seguintes exceções: A) Da alínea b) para ambas as Freguesias – “A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros”; B) Das alíneas a), c) e e) para a Freguesia de Landeira – “A gestão e manutenção dos espaços verdes”, “A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão” e “A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico”;**
- 2) **Que até estarem concretizados estes processos de transferência de competências, em toda a sua amplitude, se mantenham em vigor os Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências celebrados entre o Município e as duas Juntas de Freguesia.**

**8.º Ponto – 2.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS AOS IDOSOS MAIS CARENCIADOS DO CONCELHO DE VENDAS NOVAS**

553. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 8.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
554. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Menciona que a presente alteração, decorridos já há uns anos, desde 2016 e, um trabalho que fizeram com as farmácias locais e, sentiram a necessidade e, sob proposta do Serviço de Desenvolvimento Social, apresentam a revisão ao Regulamento, que basicamente altera, grosso modo, para não estar a detalhar demasiado, obviamente que toda a gente teve acesso ao documento e o leu, há uma alteração face à definição do medicamento e tinham-se apercebido que havia algumas compras desviantes face àquele que era o objetivo do programa e as próprias farmácias reportaram essa situação e, portanto, passam a ser, no fundo, financiados ao abrigo desse programa, aqueles que são os medicamentos acompanhados por prescrição médica que são aqueles que são essenciais realmente.
555. Também foi criado o critério de desempate que tem em conta no peso da equação financeira, as despesas anuais de cada pessoa que concorre com medicamentos, ou seja, introduziram um critério de justiça social que é para desempate. Quem mais precisa, quem mais despesas tem, nomeadamente, doentes crónicos que têm despesas muito avolumadas com medicamentos passam a ser considerados como critério de desempate, ao abrigo da presente alteração. Referindo que são as principais alterações introduzidas.
556. Não havendo intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 8, tendo sido **deliberado, por maioria, com 17 votos a favor (15 do PS e 2 do PSD) e 4 abstenções (CDU), aprovar a proposta de 2.ª Alteração ao Regulamento do Programa de Comparticipação de Medicamentos aos Idosos Mais Careniciados do Concelho de Vendas Novas.**

**9.º Ponto – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO DE VENDAS NOVAS – APÓS DISCUSSÃO PÚBLICA**

557. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 9.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
558. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Menciona que, no presente ponto, passa a palavra à Senhora Vice-Presidente, Elsa Caeiro que acompanha o trabalho de revisão do Regulamento.
559. A **Vice-Presidente, Elsa Caeiro** menciona que o Regulamento esteve em discussão pública, não foram apresentadas quaisquer propostas de alteração e a alteração decorreu da necessidade de perceberem que havia de fazer ajustes ao Regulamento em vigor para dar resposta a algumas questões de funcionamento dos mercados e feiras.
560. Destaca as alterações principais nomeadamente no artigo 18.º, na questão de não se poder ocupar indevidamente a totalidade ou parte dos espaços de venda, sendo uma questão que estava constantemente a não ser cumprida nos mercados e feiras do Município.
561. A forma de atribuição dos espaços ocasionais e a transmissão dos espaços de venda, permitindo que os espaços de venda possam ser transmitidos de pais para filhos que era um pedido recorrente de alguns feirantes e que não conseguiam dar resposta com o regulamento anterior.
562. Também a questão das proibições e do regime sancionatório, de forma a regravar o funcionamento do mercado.
563. Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 9, tendo sido **deliberado, por maioria, com 19 votos a favor (15 do PS e 4 do PSD) e 2 abstenções (PSD), aprovar a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Atividade de Comércio a Retalho não Sedentário de Vendas Novas.**

**10.º Ponto – PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA “O GANGUE DO PEDAL DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS”**

564. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 10.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
565. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em relação ao Gangue do Pedal, menciona que é basicamente um projeto novo que, em articulação com o Serviço de Desporto Municipal e com o Agrupamento de Escolas de Vendas Novas decidiram lançar, embora preveja a aplicação depois de criadas as condições, fruto da pandemia, não é para aplicação imediata, será para assim que possível com as condições de segurança que estimamos.
566. Basicamente, é um projeto de incentivo ao uso da bicicleta, numa ótica de promoção de um estilo de vida mais saudável, também para promoção da atividade física e autonomia e responsabilização também das crianças e dos jovens.
567. Com o presente projeto querem também inculcar princípios de segurança rodoviária e, tendo no presente caso, a GNR como parceiro primordial para sessões de segurança rodoviária com esses jovens que formarão o Gangue do Pedal, mas também, numa tentativa de redução do trânsito automóvel junto das escolas que nos horários de entrada e de saída dos jovens, é, de facto, muito grande e que, de alguma forma, vão tentar com o projeto reduzir. De um ponto de vista ambiental, de um ponto de vista da saúde, de um ponto de vista até da tradição do Concelho de Vendas Novas, a ideia é que a bicicleta volte a ser rainha também nas escolas do Concelho como era, por exemplo, no seu tempo e que saudades tem de ver aquele muro das Escolas C+S e Secundária repleto de bicicletas, com toda uma geração que utilizava a bicicleta para se deslocar e, não foi assim há tantos anos, não são assim tão velhos, mas a verdade é que caiu completamente por “terra” o uso e a autonomia que os jovens tinham e o presente projeto visa combater esse afastamento dos jovens da bicicleta.
568. Portanto, promovê-la, promover um estilo de vida saudável é o objetivo do Programa Municipal, que tem como parceiros os que já frisou e que no próximo ano depois de aprovado o Regulamento, poderá entrar em vigor logo que as condições estejam reunidas para tal.
569. O **Membro José Leitão** refere que primeiro queria agradecer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal a confiança que deposita na qualidade da sua vista que o PPI, o PAM e as GOP’S vieram com uma dimensão que pressupõe que o Senhor Presidente da Câmara Municipal acha que tem uma vista de grande qualidade e que consegue ver os números que aparecem, mas agradece. Sabe que foi um lapso possivelmente, meteram na máquina e a máquina reduziu e não se apercebeu. Está na brincadeira.
570. Segunda questão, menciona que continua a dizer aquilo que já têm dito ao longo de todos os anos que é que a informação à Assembleia Municipal é muito genérica ou inclusive omissa.
571. Tiveram conhecimento recentemente que houve ocorrências menos corretas no cemitério e nunca tiveram informação nenhuma na Assembleia Municipal.
572. A **Presidente da Assembleia Municipal** interrompe o Membro José Leitão referindo que ainda não estão no ponto da Informação da atividade Municipal.
573. O **Membro José Leitão** pede desculpa dizendo que ia um bocado já acelerado, referindo que aguarda.
574. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere duas ou três questões sobre o ponto. Julgam que a intenção é boa, o incentivo à utilização da bicicleta é realmente importante e, realmente, há algumas gerações atrás, a bicicleta era um meio privilegiado para se deslocarem para a escola, sendo que no seu tempo era assim e é de lamentar que agora não seja assim e é importante que a Câmara Municipal também ajude a implementar isso.
575. Menciona que se vai ver se a solução que a Câmara Municipal desenvolveu é a adequada ou não, mas saúdam de qualquer das formas a intenção que é positiva.

576. Refere apenas um reparo, que não lhe pareceu bem, o nome Gangue, na interpretação da Bancada do PSD, não é um nome que remete para um fim positivo, mas sim para um fim negativo.
577. Sugere que se pesquisar a palavra gangue no dicionário não acarreta sinónimos muito simpáticos. Nesse sentido, não escolheriam esse nome para uma iniciativa dessas, para mais falando de jovens e crianças.
578. Deixa uma outra nota, relativa à documentação que vem para a Assembleia Municipal, o mapa que lhes é enviado com os percursos, ele é praticamente ilegível quando o receberam no presente formato e para se pronunciarem, para perceberem o que está realmente a ser feito, acha que a Assembleia Municipal merecia um pouco mais de consideração em relação à documentação que é facultada e solicita que em situações futuras, melhorassem essa questão.
579. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Menciona que, em relação ao presente ponto, saúda a Assembleia Municipal quando o que há a dizer ou a comentar é o nome do projeto, é bom sinal, é sinal que estão alinhados na estratégia da promoção da mobilidade suave e que o nome é a única coisa, de facto, que apraz dizer sobre um projeto de negativo.
580. Informa que o nome surge de um grupo de trabalho que foi criado para esse efeito, com o pessoal do Serviço de Desporto e do Agrupamento de Escolas de Vendas Novas e, que foi obviamente acolhido pelo executivo e dirigindo-se ao Membro Ricardo Videira que obviamente cada um na sua, gangue não tem só uma aceção negativa, no dicionário tem várias entradas e, se forem a uma delas, que é aquela que pensa que quem escolheu o nome ou quem o propôs reporta, diz que gangue é sinónimo de malta, de pessoal, grupo de pessoas com interesses comuns.
581. É uma das entradas do dicionário das várias que tem a palavra gangue e, convida-o a consultar o dicionário para perceber que nem tudo é negativo na palavra gangue, aliás, há projetos de solidariedade social por todo o país que se apelidam de gangue e há até campanhas de marketing de algumas cadeias de supermercado que tinham também um gangue que todos os filhos quiserem ter, em que tinham peluches e outros brinquedos. Era um gangue dos frescos, se não está em erro.
582. Menciona que lhe apraz muito que, de facto, o comentário possível seja esse. Fica satisfeito obviamente por ser um projeto que consideram muito importante, mais do que ser ou parecer e, no caso concreto, a bicicleta tem mesmo de voltar a ser rainha em Vendas Novas porque têm todas as condições para isso.
583. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que tem de se votar o prolongamento por mais 60 minutos, questionando se alguém se opõe.
584. **Foi aprovado, por unanimidade, o prolongamento do período antes da ordem do dia em 60 minutos**
585. Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 10, tendo sido **deliberado, por maioria, com 15 votos a favor (PS) e 6 abstenções (4 da CDU e 2 do PSD), aprovar a Proposta de Regulamento para “O Gangue do Pedal do Município de Vendas Novas”.**

#### 11.º Ponto – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

586. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que como já foi referido na anterior sessão a Proposta de Alteração do Regulamento do Orçamento Participativo relativo ao Orçamento Participativo foi solicitado ser retirado da Ordem de Trabalhos, por não ter havido deliberação na Reunião de Câmara Municipal.
587. **Foi retirada da ordem de trabalhos a Proposta de Alteração do Regulamento do Orçamento Participativo.**

**12.º Ponto – INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL**

588. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 12.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução, referindo que o mesmo é só para conhecimento.
589. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que, no presente ponto, se coloca à disposição de todos os Membros da Assembleia Municipal.
590. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Menciona que a primeira questão que gostaria de colocar tem a ver com o problema ambiental que se vive em Vendas Novas há mais de um ano.
591. O problema ambiental que se vive em Vendas Novas desde julho de 2019, tem sido permanentemente tratado à margem da presente Assembleia Municipal. No dia 14 de setembro do presente ano enviaram um requerimento, através da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, para a Câmara Municipal em que solicitaram a consulta da sentença judicial que veio a ser proferida no âmbito do processo cautelar que foi entreposta pela Fábrica Extraoils contra a deliberação da Câmara Municipal e que felizmente a Câmara Municipal, numa primeira instância ganhou.
592. No dia 23 de outubro do presente ano, a Câmara Municipal anunciou nas redes sociais que a ETAR de Vendas Novas já cumpria a totalidade dos parâmetros legais.
593. No dia 25 de outubro do corrente ano, o PSD solicitou à Câmara Municipal a disponibilização das análises químicas que permitiram produzir essa informação e, até ao momento, essas mesmas análises ainda não lhes foram facultadas.
594. Posto isso, o que questionam ao Senhor Presidente da Câmara Municipal porque é que não faculta as análises que estão pedidas e que se reportam a um período de há cerca de dois meses atrás e, porque motivo é que não lhes faculta a cópia ou permite a consulta do deferimento do tribunal à resposta da Câmara Municipal à providência cautelar entreposta pela Empresa Extraoils.
595. Menciona que, de alguma forma, é desconfortável o facto de ter de estar permanentemente a pedir essa informação e de não haver uma espontaneidade da Câmara Municipal no envio desse tipo de elementos que lhes parecem importantes para a Assembleia Municipal e, recorda, em ambos os casos, existem requerimentos com esses pedidos e são informações importantes e, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal sabe, têm sido acompanhados permanentemente pelo PSD.
596. Relativamente ao ponto de situação de monitorização que tem sido realizada às empresas do Parque Industrial de Vendas Novas, porque é sabido que algumas estavam em incumprimento em termos de descargas de efluentes, gostavam de saber se houve alguma evolução em termos do processo de monitorização que, segundo sabem, estava a ser feito a duas empresas por semana.
597. Por fim, questiona se já foi concluída a auditoria ao processo produtivo da Extraoils que foi acordado em fevereiro de 2020 e que foi despoletado pela Câmara Municipal de Vendas Novas em agosto desse mesmo ano. Perceber se já está concluído e quais é que foram as conclusões desse relatório.
598. O **Membro José Leitão** menciona que continuando com a intervenção anterior e não vale a pena estar a repetir, por isso fala sobre a questão das ocorrências do cemitério que não houve informação nenhuma na Assembleia Municipal sobre esses factos.
599. Também em relação à Empresa Extraoils e ao tal processo da análise de produção da empresa, sendo que os cinquenta dias já decorreram que estavam previstos no contrato, mas é evidente que houve interrupções, já sabem disso porque a CDU na Câmara Municipal fez um pedido do dito relatório e, por isso, gostariam de saber qual era o ponto da situação em relação a esse estudo que foi feito.

600. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Agradece as intervenções do Membro Ricardo Videira e do Membro José Leitão.
601. Em relação às questões na Assembleia Municipal relembra que, respondendo um pouco aos dois, mas mais ao Membro José Leitão que ela reporta a 15 de novembro, ou seja, é a data a que reporta à Atividade Municipal enviada para a Assembleia Municipal, sendo normal que não tenham aí algumas informações que são de *à posteriori*.
602. Em relação ao requerimento do PSD por causa das análises da ETAR refere que assim que receberam o ofício via Assembleia Municipal, solicitaram à AGDA as análises que eles tinham feito e que lhes tinham dado conhecimento na visita feita ao local e foi isso que foi notícia por parte do Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal.
603. Estranham elas não terem sido enviadas, porque já as têm e se não foi enviado, só por mero lapso e, fará questão de, no mais curto espaço de tempo possível, de fazer chegar, porque já as têm, de facto, na Câmara Municipal, de acordo com o que havia sido solicitado e não sendo do Município, tiveram de as solicitar fora, como é óbvio, e a autorização para as poder dar, sendo só uma questão de as fazer chegar, mas de facto não há motivo nenhum, tendo-as na Câmara Municipal, só fazer chegar.
604. Em relação ao processo em tribunal, tiveram uma decisão que teve agora um recurso e a informação jurídica que têm, enquanto decorre o processo em tribunal, não devem ser divulgadas peças do mesmo para fins nenhuns e, portanto, no presente momento o que há a dar são as deliberações da Câmara Municipal de setembro das quais já têm todos conhecimento. O decurso do processo será dado conhecimento quando houver um culminar do processo, não sabendo se obedece a algum segredo de justiça ou não, mas a informação que lhes deram é que essas peças processuais estão em tribunal e, portanto, não as deveriam facultar. Não quer dizer que haja alguma falta de confiança, mas essa informação foi obtida junto do consultor jurídico.
605. Em relação à monitorização, refere que a mesma continua, não tendo ainda nada para apresentar. Quando tiverem, como tinham assumido, fá-lo-ão.
606. Em relação à auditoria a mesma acabou sim, receberam já o relatório final da auditoria, não sendo só à Empresa Extraoils, a auditoria que pediram é muito mais ampla e abrangente do que isso. Pediram uma auditoria ao funcionamento da ETAR da Empresa Extraoils mas também, às redes de esgotos do Parque Industrial de Vendas Novas, à rede que levam e à ETAR também de Bombel.
607. A auditoria não aborda só uma coisa, aproveitaram, com a presente auditoria, analisar também aquilo que é o espectro do serviço todo que têm e que não conheciam a fundo até terem tido um problema, estando no momento em análise técnica nos serviços para depois vir ao conhecimento público, obviamente que primeiro que tudo, à Câmara Municipal que é o Órgão a quem têm de dar conhecimento primeiro e, *à posteriori*, enviar para a Assembleia Municipal, sem problema nenhum.
608. Permitam-lhe dizer que não se revê na questão de não dar conhecimento à Assembleia Municipal, sendo que na última Assembleia Municipal tiveram um ponto em que tiveram quase três horas o assunto até ao ínfimo detalhe.
609. Dirigindo-se ao Membro José Leitão sobre os números pequenos, pede desculpa, mas é como o orçamento da Câmara Municipal, é pequenino, não é muito grande e pede desculpa por isso, mas os mapas que enviam são extraídos do sistema em folha A4, sendo que também tem algumas dificuldades em vê-los, aliás sendo difícil ver um orçamento dessa dimensão, quanto mais os números postos numa folha, sendo que no futuro tentarão fazer um pouco maior.
610. Em relação às ocorrências do cemitério, refere ao Membro José Leitão que não reportam as ocorrências do cemitério, como não reportam a vandalização, por exemplo, que é feita todas as semanas e todos os fins-de-semana aos sinais de trânsito no Concelho.

- 
611. Houve vandalismo no cemitério, foi reportada às entidades competentes que é a GNR no presente caso, foi feita uma participação à GNR e está a decorrer e, como essa do cemitério têm N crimes contra o património, que é assim que eles são classificados, sendo que todas as semanas há crimes contra o património em Vendas Novas, seja porque derrubam sinais de trânsito, seja porque grafitam paredes de edifícios públicos e, de facto, não vêm no relatório porque são questões que são reportadas à GNR que é quem tem competência para o fazer.
612. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Menciona que, para terminar a questão ambiental, pede ao Senhor Presidente da Câmara Municipal apenas que confirme objetivamente essa questão. A deliberação do tribunal em favor da Autarquia, esse deferimento, não pode ser facultado à Assembleia Municipal, portanto não foi facultado a mais ninguém fora do Gabinete Jurídico e da Câmara Municipal. Confirma, sim ou não.
613. A última questão que tinha para colocar e que tem a ver com os computadores e o acesso à internet em necessidade escolar.
614. Na Assembleia Municipal de 15 de maio do presente ano, no ponto em que foram referidas medidas adaptadas pelo Município de Vendas Novas para prevenção e redução dos impactos da Covid-19, questionaram o Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à disponibilização de equipamentos informáticos e acesso à internet aos alunos do ensino básico e secundário que não tendo esse equipamento, estavam limitados e em desvantagem no que refere às aprendizagens essenciais do ensino público.
615. Na altura, havia cento e oitenta alunos aproximadamente sem esse tipo de acesso. Nessa data, o Senhor Presidente disse que existiam alunos sem equipamentos informáticos, nem internet para acederem às aulas e que, na altura, a Câmara Municipal estudou duas hipóteses, a primeira era a aquisição e rapidamente se desvaneceu, porque o procedimento era de tal forma pesado que fazia com que terminasse o ano letivo e ainda não teriam os equipamentos disponíveis para entregar às crianças.
616. Aferiu ainda que tinha conhecimento e, é verdade, que o Governo montou um procedimento de aquisição de equipamentos informáticos e internet a nível nacional para o arranque do ano letivo seguinte, que começou em setembro do presente ano e que, não fazia sentido a Câmara Municipal adquirir equipamentos sabendo, que no Plano Nacional estariam a ser adquiridos equipamentos para esse efeito.
617. Acontece que se está no final de dezembro, já passou o primeiro período e havendo situações de isolamento pontual de alguns alunos, também sabem que o Governo ainda não conseguiu concretizar a entrega dos tais equipamentos informáticos e da tal internet que tinha sido assegurada na época e que fundamentou a decisão da Câmara Municipal e que o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhes trouxe à Assembleia Municipal.
618. As questões que queriam colocar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e, que concordará que também fazem parte das questões que a Bancada do PSD apresentou em termos de propostas para o orçamento da Câmara Municipal para 2021, no âmbito especificamente da mitigação dos efeitos da pandemia é a seguinte: os alunos que por motivo de isolamento que precisarem de utilizar equipamentos informáticos e acesso à internet, têm-nos garantidos, através de apoios da Câmara Municipal, sim ou não.
619. Em segundo lugar, qual foi a posição adotada pelo Município, perante a segunda vaga e que dada a situação que estão a viver, se irá preferir agir preventivamente numa terceira vaga ou se voltará a reagir, no que diz respeito ao facultar esse tipo de equipamentos, questiona como estão a preparar o apoio a essas crianças.
620. O **Presidente da Câmara Municipal** solicita se houver mais perguntas que as façam já, porque não vai estar a responder uma a uma, que não faz sentido nenhum. A Senhora Presidente da Assembleia Municipal conduzirá como achar melhor, mas o Membro Ricardo Videira fez uma pergunta, esperou a

resposta, agora faz outra espera a resposta e vamos estar numa troca de comunicações a noite toda. Por isso, solicita se houver mais questões sobre outros assuntos solicita que as façam todas já.

621. A **Presidente da Assembleia Municipal** voltou a questionar se há mais alguma intervenção. Aparentemente não, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.
622. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que sobre se foi ou não divulgado, tem de indagar porque não o sabe. Não sabe se foi enviado a alguém ou não, sendo que a informação que tinha era que não deveria, mas também não sabe se o deferimento do tribunal era peça final ou não e, se já pode ser divulgado ou não, tem de indagar.
623. Sobre os equipamentos informáticos do ensino básico quem precisa tem ou não computadores, não o sabe. A Câmara Municipal tem competências diretas no que diz respeito aos alunos do primeiro ciclo e esses têm, ao abrigo de um programa que criaram com verbas dos contribuintes que é o Programa “Mais Sucesso Escolar” que colocou nas mãos de todos os alunos um Tablet e fizeram a aquisição de internet para aqueles que não a tinham de forma que na interrupção letiva do ano letivo anterior, pudessem todos acompanhar.
624. A Câmara Municipal, não tendo competências ao nível do ensino básico, nem do ensino secundário, nem verbas ilimitadas e avaliaram a questão da aquisição e não tinham, de facto, verbas para isso, fundou-se nalguma forma no programa que o Governo lançou para esse efeito, sendo que, no momento, não sabe qual é o ponto de situação, sendo que não têm presente a Vereadora da Educação, Ana Barros, pelo que não pode perguntar-lhe, nem passar-lhe a palavra. O que pode fazer é tentar perceber com o Agrupamento de Escolas de Vendas Novas o que é que está ou não previsto e se, de alguma forma, o processo do Governo já chegou à escola ou não, não tendo no momento essa informação.
625. O **Membro Ricardo Videira** dirigindo-se à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, com todo o respeito, pede para não se precipitar que não vai colocar nenhuma nova questão, sendo que as questões que tinha para fazer, elas foram feitas, agora o Senhor Presidente da Câmara Municipal dá uma resposta e o Deputado Municipal em representação do PSD tem direito de contrarresponder, contra-argumentar, com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, não vê que mal virá ao mundo e estão ali a bem da democracia.
626. Pensa que a Senhora Presidente, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, deve de fomentar todos os esclarecimentos que forem necessários.
627. Apenas fazer uma observação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, quando o questionou a primeira vez, relativamente a documentos relacionados com o processo o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não podia facultar, porque estavam ao abrigo do segredo de justiça ou seja aquilo que for. Negou-lhes essa informação inicialmente e agora diz que vai estudar, vai verificar. Acha que o Senhor Presidente da Câmara Municipal antes de fazer esse tipo de intervenções e antes de tomar a decisão de não facultar os documentos à Assembleia Municipal, deve-se informar primeiro, não deve de se informar depois de contraposto pela Bancada do PSD no presente Órgão.
628. Por isso, aquilo que lhe pede, para esse processo e para os próximos, é tudo aquilo que, do ponto de vista jurídico, que possa ser facultado à Assembleia Municipal, deve sê-lo em primeira instância porque é a favor da transparência entre os Órgãos e é assim que devem todos de trabalhar.
629. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que o Membro Ricardo Videira pode pedir o que bem entender, está no seu direito de pedir a informação toda e o executivo nunca se negou a dar qualquer tipo de informação, não pode é, obviamente, manipular ou manietar a resposta que lhe dá ou que lhe pode dar. Enquanto for um país livre, responderá a qualquer Membro da Assembleia Municipal aquilo que entenda em consciência responder e não aquilo que o Membro Ricardo Videira queria que lhe respondesse e que não respondeu, sendo uma questão de singularidade, individualidade e na sua não entra aí. Lamenta imenso, mas o que o Membro Ricardo Videira quer, “sei eu”, como dizia o Ricardo Araújo Pereira.
630. A **Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

- 
631. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 00 horas e 26 minutos do dia 22 de dezembro de 2020.

A Presidente da Assembleia: \_\_\_\_\_

*Jenny*

O 1.º Secretário: \_\_\_\_\_

*Hugo Miguel Serodio Mendes*

**Anexos**



# Coligação Democrática Unitária

## Moção

### Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade

Data de 1998 a aprovação da legislação que «regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade». Consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública, aqui se incluindo os serviços e organismos da administração local, cuja regulamentação nunca foi efetuada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos.

Já em 2008 a Lei n.º 12-A/2008, que revogou expressamente o Decreto-lei de 1998 inscreveu a previsão dos suplementos remuneratórios. Consagração a que não correspondeu a indispensável regulamentação fazendo com que mais de vinte anos depois este legítimo direito não tenha tido aplicação.

Veze sucessivas ao longo destes anos, designadamente com iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República, se procurou dar concretização à Lei determinando o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento destes suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimos aos referidos suplementos.

Considerando que o Orçamento de Estado para 2021 veio finalmente assegurar a efectivação deste direito, ainda que aquém dos valores que seriam devidos e que a proposta do PCP previa, remetendo para os órgãos executivos das autarquias a sua aplicação directa.

Por isso, a **Assembleia Municipal de Vendas Novas** na sua sessão realizada, no dia 18 de dezembro de 2020, **delibera:**

1. **Solicitar** à Câmara Municipal de Vendas Novas **para proceder à sua aplicação de modo a permitir que o suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade passe a ser devido a partir de 1 de janeiro de 2021**, reconhecendo ao conjunto dos trabalhadores definidos no âmbito da Lei que seja reconhecido o grau mais elevado de penosidade e insalubridade;
2. **Saudar os trabalhadores da autarquia** pela luta que ao longo dos anos travaram pela **concretização deste direito;**
3. **Enviar a presente Moção** aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, estações locais, regionais e nacionais de rádio e televisão e publicação nos jornais locais, regionais e nacionais.

Vendas Novas, 18 de dezembro de 2020

**A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas**

## MOÇÃO

### **Por um Verdadeiro Serviço de Urgência Pediátrica no Hospital do Espírito Santo de Évora**

O Conselho de Administração do Hospital do Espírito Santo de Évora (HESE) - um dos mais importantes equipamentos hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS) localizados na região do Alentejo -, decidiu, no passado mês de outubro, encerrar o Serviço de Urgência Pediátrica daquele estabelecimento hospitalar, reduzindo-o a mero balcão de pediatria, integrado na respetiva urgência geral.

Este novo modelo de atendimento, agora implementado pela Administração do Hospital cria um retrocesso estimado em cerca duas décadas, relativamente à oferta especializada de cuidados de saúde destinados às crianças e aos jovens do Alentejo utentes do SNS, servidos por aquela unidade hospitalar.

Assim, ao invés das valências típicas de um Serviço de Urgência Pediátrica, existe, agora, um balcão adjudicado ao Serviço de Urgência Geral.

Com efeito, este “balcão de pediatria” não exige a presença de um pediatra neste serviço, significando isto que, na atualidade, um recém-nascido, uma criança ou um jovem, na situação de um episódio de urgência, pode ter ou não um atendimento especializado, um claro sinal demonstrativo de ter sido tomada uma decisão errada, com claros prejuízos para estes utentes que assim ficam privados de cuidados de saúde adequados ao contexto.

Este tipo de opções, este novo modelo de gestão, é a consequência da falta da contratação de novos profissionais de saúde para esta especialidade.

Em vez de se promover pela criação de condições para o sucesso de novas contratações que permitam que estes utentes, tenham a mesma qualidade dos serviços de saúde, que dispõe a mesma categoria de utentes em outras zonas do país, opta-se antes, pela redução da qualidade da oferta, com as inerentes implicações para a reposição do serviço, criando-se também novas desigualdades em matérias essenciais para a qualidade de vida das pessoas.

Por outro lado, esta decisão é suscetível de o HESE vir a perder capacidade formativa nesta especialidade, e assim perder mais uma valência, sempre com claros prejuízos para os mesmos, as crianças e os jovens que residem no

Alentejo, e que assim sentem mais um aspeto diferenciador de natureza negativa.

Assim, face ao exposto, a Bancada do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida em 18 de dezembro de 2020, por videoconferência, que delibere:

1. Apelar ao Governo, para promover pela rápida reabertura do Serviço de Urgência Pediátrica no HESE, com recursos adequados ao efeito;
2. Solicitar ao Governo pela pronta diligência na contratação de profissionais de saúde, especialmente de médicos pediatras, por parte do conselho de administração do HESE, e;
3. Pelo fomento da capacidade formativa do HESE na especialidade de pediatria.

Por último, que também delibere no sentido de se providenciar pela remessa da presente Moção a Suas Excelências: *i)* a Ministra da Saúde; *ii)* à Comissão Parlamentar de Saúde junto da Assembleia da República *iii)* à Administração Regional de Saúde do Alentejo e *iv)* aos órgãos de comunicação social da região.

Vendas Novas, 18 de dezembro de 2020

A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vendas Novas



## **Dia Internacional da Pessoa com Deficiência – Celebrar a diversidade**

Todos os dias são mais um dia. Para todos nós.

Mas para a pessoa com deficiência, esse dia reveste-se de maior importância. É superação, é conquista, é esforço e muita luta diária para vencer os obstáculos subjacentes às suas particularidades.

No dia 3 de dezembro, assinalou-se o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, data decretada pela ONU e que visa a promoção e garantia dos direitos da pessoa humana e, em especial, das pessoas com deficiência.

Os tempos exigentes da COVID-19 levam-nos a acreditar num futuro ainda mais amigável, sustentável e inclusivo. Urge valorizar a pessoa com deficiência. As limitações não são sinónimo de incapacidade, de demérito.

Valorizar as suas competências, dar-lhes mais oportunidades, dar-lhes a mão e dizer que não estão sozinhos são um conjunto de passos que muitos agentes locais dão em prol da dignidade dos vendasnovenses com deficiência.

A todos estes agentes, sem exceção, exaltamos o seu trabalho constante e diário e estamos a seu lado pela integridade da pessoa humana. Todos temos direitos! Que celebremos a diversidade todos os dias!

18 de dezembro de 2020,

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vendas Novas

## **PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO SOBRE PRESTAÇÃO DE SOCORRO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM VENDAS NOVAS**

De acordo com a Constituição da República Portuguesa, todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover.

Assim, garantir a sinistrados ou vítimas de doença súbita a pronta e correta prestação de cuidados de saúde e o respetivo transporte assistido até ao Serviço de Urgência mais próximo, são funções elementares do Estado Português.

Em Vendas Novas, a prestação de socorro em situações de emergência é assegurada pela Corporação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas. Apesar dos apoios financeiros concedidos pelo Município e pela Junta de Freguesia de Vendas Novas, pela ANEPC e pelo INEM, a Instituição gere um orçamento limitado com consequências diretas na disponibilidade de meios técnicos e humanos que podem ser colocados ao serviço da população.

De acordo com a Direção e o Comando, o número de ocorrências, a distância e tempo despendidos nas deslocações até à Unidade Hospitalar de referência e a limitação de meios técnicos e humanos faz com que em alguns períodos do dia não exista capacidade de atendimento imediato à população, o que redundará em tempos de resposta que chegam a ultrapassar os 30 minutos.

Ciente da criticidade desta circunstância e da sensibilidade que o tema acarreta para a comunidade vendasnovense, e considerando que os artigos 42º a 45º do Regimento da Assembleia Municipal prevêem a possibilidade de criação de Grupos de Trabalho para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do Município, sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da Câmara Municipal, a bancada do PSD na Assembleia Municipal propõe:

1. Criação de um grupo de trabalho para estudar a prestação de socorro em situações de emergência no concelho de Vendas Novas e propor medidas e ações que permitam apoiar a Câmara Municipal a ajudar a melhorar a respetiva performance.

Pretendendo-se que a Grupo reflita o cenário político do concelho, propõe-se que tenha a seguinte composição:

- Presidente da Assembleia Municipal
- 1 representante de cada Partido ou Coligação de Partidos com assento na Assembleia Municipal
- Presidente da Junta de Freguesia de Vendas Novas
- Presidente da Junta de Freguesia da Landeira

Sempre que se manifeste necessário, deverão ser convidados a participar nas reuniões representantes das estruturas de apoio ao socorro, emergência e proteção civil de âmbito local, regional ou nacional.

Vendas Novas, 18 de dezembro de 2020

A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vendas Novas

**Declaração de Voto**  
**Proposta de Demonstrações Previsionais para 2021 (Orçamento, PPI e PAM)**

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas votou contra a proposta de Demonstrações Previsionais para 2021, pelas mesmas razões que foram apresentadas pelos Vereadores da CDU na Câmara Municipal, pelo que deve ser anexada a esta declaração a referida declaração, e fazer parte da acta desta sessão da Assembleia Municipal.

Vendas Novas, 18 de dezembro de 2020

## **Declaração de Voto**

### **Mapa de Pessoal para 2021**

Na reunião de Assembleia Municipal de Vendas Novas realizada, no dia 18 de dezembro de 2020, a bancada da CDU votou contra a proposta de Mapa de Pessoal apresentada:

- porque tem menos lugares/postos de trabalho do que os Mapas de Pessoal de anos anteriores o que impedirá a Câmara Municipal de Vendas Novas de cumprir em devido tempo as suas responsabilidades legais e de resolver mais depressa problemas e carências que estão a prejudicar a vida das populações do nosso Concelho;
- porque aumenta o número de contratações a termo (16) e aponta como caminho essa prática na previsão dos lugares a preencher (+18);
- porque não prevê a aplicação da opção gestionária aos trabalhadores que dela possam beneficiar, como tinha assumido o Presidente da Câmara, Luís Dias, na reunião com a CDU ao abrigo do Estatuto do Direito da Oposição.

Por este motivo votámos contra a referida proposta

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas